



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UESB)**



**RÔMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA**

**O TERRITÓRIO USADO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
NAS COMUNIDADES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Vitória da Conquista/BA  
2024

**RÔMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA**

**O TERRITÓRIO USADO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
NAS COMUNIDADES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico  
Linha de pesquisa: Dinâmicas da Natureza e do Território  
Orientação: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Vitória da Conquista/BA  
2024



## FICHA CATALOGRÁFICA

R576f

Rocha, Rômulo Dias dos Santos.

O território usado e a política de assistência social: um estudo sobre a proteção social básica nas comunidades rurais de Vitória da Conquista - Ba. / Rômulo Dias dos Santos Rocha, 2024.

147f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. José Eloízio da Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 132 – 136.

1. Geografia e Assistência Social . 2. Território usado. 3. Direitos humanos. 4. Produção destrutiva. I. Costa, José Eloízio da . II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 910.91734

**Catálogo na fonte: *Juliana Teixeira de Assunção* – CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)  
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

**“O TERRITÓRIO USADO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A PROTEÇÃO BÁSICA NAS COMUNIDADES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA”**

RÔMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 29 de abril de 2024

Banca Examinadora

**Prof. Dr. José Eloízio da Costa**  
(Orientador – UFS)

**Prof.ª Dr.ª Fernanda Viana de Alcantara**  
(Examinadora Interna – UFS)

**Prof. Dr. Luís Manuel Costa Moreno**  
(Examinador Externo - IGOT – ULisboa)

**Rômulo Dias dos Santos Rocha**  
(Mestrando)

Em primeiro lugar, dedico este trabalho à minha filha, Luíza, que estamos ansiosamente aguardando para receber neste mundo. Que a presença de dois pais mestres lhe sirva de inspiração para valorizar a busca incessante pelo conhecimento, entendendo-o como a chave para a conquista de liberdades em um mundo ainda tão marcado pela exclusão e desigualdade.

Em segundo lugar, mas não menos importante, dedico este trabalho ao grupo de convivência de Bate Pé e às populações dos territórios rurais de Vitória da Conquista que enfrentam, com muita esperança, um constante processo de luta por requalificação socioespacial e pela cidadania plena. Que o esforço conjunto continue a florescer e transformar realidades.

## AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer à escola e à universidade públicas, pois, graças a elas, consegui avançar a um nível educacional ao qual meus pais não tiveram muito acesso. Agradeço aos professores que aprovaram meu projeto na primeira entrevista e permitiram que eu ocupasse uma vaga e concluísse este mestrado.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Eloízio Costa, pelas orientações, parceria, paciência e pela liberdade de pensamento que me foi dada. À minha banca examinadora, nas pessoas de Fernanda Alcântara e Luís Moreno, pelas preciosas contribuições e pela gentileza e acolhimento. Um agradecimento especial à minha esposa, Verena, que, além de ser minha família, é também minha revisora e compartícipe nessa tentativa de construir e desvelar conjecturas em busca de explicações sobre tanta coisa que nos afeta. Aos meus colegas e amigos do Cras rural, em especial aos que gentilmente me cederam as entrevistas, que foram importantíssimas para a construção deste trabalho.

Agradeço também a cada membro da comunidade rural de Vitória da Conquista que cedeu seu tempo para responder às entrevistas e questionários; à Ana Fernandes e à Gleisse pelo empenho na aquisição da autorização para a coleta de dados. Por fim, agradeço aos professores Altemar, Fernanda, Larissa, Jânio Santos, Luciana Amorim, Mário Rubem, Espedito e Suzane, que, de formas diferentes, fizeram parte dessa importante fase do meu processo educacional, e aos meus colegas de turma pela jornada compartilhada.

## RESUMO

O espaço banal, enquanto lócus de reprodução da vida humana, é onde as populações constroem relações históricas, sociais, de pertencimento, territorialização-desterritorialização e processos de lutas. A Proteção Social Básica é uma subdivisão da Assistência Social e representa uma das seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Este estudo, que trata da Proteção Social Básica-PSB nas comunidades rurais, discute as territorialidades do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Rural de Vitória da Conquista-BA. Os CRAS representam o principal segmento responsável pela execução de serviços que visam a prevenção de riscos sociais e violação de direitos humanos no âmbito da Assistência Social. O CRAS rural, ou CRAS 5, é um equipamento que atende exclusivamente os povoados rurais de Vitória da Conquista - BA e, portanto, precisa ter capilaridade nesses territórios. Comunidades historicamente subjugadas como as periferias e os povoados quilombolas são os territórios prioritários das demandas da Assistência Social. Assim, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, através dos CRAS, tem seu foco nas territorialidades produzidas nos espaços de vivência das populações que atende. Nesse contexto, deve-se considerar o Território e sua polissemia, as questões socioeconômicas e culturais das famílias, seus arranjos, as vulnerabilidades sociais e outras questões que envolvem valores, crenças e demandas individuais, como resultados do modo pelo qual o Espaço é produzido. A experiência dos CRAS, no Brasil, conduz a uma perspectiva geográfica da Política de Assistência Social, quando se confronta suas diretrizes com o conceito de Território Usado proposto por Milton Santos. Assim, a materialização das territorialidades dos CRAS de Vitória da Conquista - BA se concretiza nas diversas relações que se tecem na hinterlândia dos espaços de vivência das populações urbanas e rurais, mais especificamente nos lugares de vivência que abrigam o cotidiano da família brasileira. Este estudo discute a relação entre as territorialidades da Assistência Social, em Vitória da Conquista - BA, as perspectivas das populações que utilizam os CRAS e destaca a importância de considerar as contingências locais no planejamento das políticas públicas e das políticas de Estado. As diretrizes do CRAS rural estão ancoradas no Território Usado, que abriga tanto as vulnerabilidades quanto as horizontalidades e resistências por parte das populações rurais. Entender como essas territorialidades têm sido produzidas, no âmbito do CRAS rural de Vitória da Conquista, é o objeto do presente trabalho.

**Palavras-chave:** Território usado; Direitos humanos; Cotidiano; Geografia e Assistência Social.

## ABSTRACT

The banal space, as a locus for the reproduction of human life, is where populations build historical, social, belonging, territorialization-deterritorialization relations, and processes of struggles. Basic Social Protection is a subdivision of Social Assistance and represents one of the securities guaranteed by the Unified Social Assistance System - SUAS. This study, which deals with Basic Social Protection (PSB) in rural communities, discusses the territorialities of the Rural Social Assistance Reference Center - CRAS in Vitória da Conquista, Bahia. The CRAS represent the main segment responsible for the execution of services aimed at preventing social risks and human rights violations within the scope of Social Assistance. The rural CRAS or CRAS 5 is a facility that exclusively serves the rural villages of Vitória da Conquista-Bahia and, therefore, needs to have a presence in these territories. Historically subjugated communities such as the outskirts and quilombola villages are the priority territories for Social Assistance demands; thus, the National Social Assistance Policy - PNAS, through the CRAS, focuses on the territorialities produced in the living spaces of the populations it serves. In this context, the Territory and its polysemy must be considered, along with the socio-economic and cultural issues of families, their arrangements, social vulnerabilities, and other issues involving values, beliefs, and individual demands, as outcomes of how Space is produced. The experience of the CRAS in Brazil leads to a geographical perspective of Social Assistance Policy when confronting its guidelines with the concept of Used Territory proposed by Milton Santos. Thus, the materialization of the territorialities of the CRAS in Vitória da Conquista-Bahia is manifested in the various relationships woven in the hinterland of the living spaces of urban and rural populations, more specifically in the places of existence that house the daily life of the Brazilian family. The research discusses the relationship between the territorialities of Social Assistance in Vitória da Conquista-Bahia, the perspectives of the populations that use the CRAS, and highlights the importance of considering local contingencies in the planning of public policies and State policies. The guidelines of the rural CRAS are anchored in the Used Territory, which encompasses both vulnerabilities and horizontalities and resistances on the part of rural populations. Understanding how these territorialities have been produced within the rural CRAS of Vitória da Conquista is the object of this research.

**Keywords:** Used Territory; Human Rights; Everyday Life; Geography; and Social Assistance.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>FIGURA 1 - Fluxo administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social no âmbito dos CRAS e CREAS em Vitória da Conquista – BA, 2023 .....</b>	<b>50</b>
<b>FIGURA 2 - Paisagem do Bairro Nossa Senhora Aparecida - VC/BA-2017 .....</b>	<b>57</b>
<b>FIGURA 3 - Paisagem do Bairro Nossa Senhora Aparecida - VC/BA-2023 .....</b>	<b>58</b>
<b>FIGURA 4 - Paisagem do povoado de Bate-Pé - VC/BA-2023.....</b>	<b>58</b>

## **LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 1 - Localização e abrangência dos CRAS em Vitória da Conquista – BA, 2023 .....</b>	<b>52</b>
<b>MAPA 2 - Localização dos CRAS da zona urbana e suas respectivas áreas de abrangência em Vitória da Conquista-Bahia- 2023 .....</b>	<b>54</b>
<b>MAPA 3 - Divisão Territorial de Vitória da Conquista - BA, 2022.....</b>	<b>65</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crescimento da extrema pobreza -Brasil-2012-2023 .....	61
GRÁFICO 2 - Crescimento da extrema pobreza-Nordeste-2012-2023 .....	62
GRÁFICO 3 - Crescimento da extrema pobreza -Bahia-2012-2023 .....	62
GRÁFICO 4 - Crescimento da extrema pobreza -Vitória da Conquista-2012-2023 .....	62
GRÁFICO 5 - Porcentual da população entrevistada por distrito:.....	69
GRÁFICO 6 - População entrevistada por faixa etária.....	90
GRÁFICO 7 - Entrevistados por Gênero.....	90
GRÁFICO 8 - Estado civil do entrevistado-Zona Rural VC-Ba-2022 .....	91
GRÁFICO 9 - Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça- Brasil-3º trimestre de 2022.....	91
GRÁFICO 10 - Auto reconhecimento da população Raça/Etnia.....	92
GRÁFICO 11 - Potencialidade e resistências por permanência no território .....	93
GRÁFICO 12 - Perspectivas de futuro das populações .....	94
GRÁFICO 13 - Avaliação dos entrevistados sobre atendimento da Assistência Social.....	100
GRÁFICO 14 - Importância do CRAS para as populações .....	102
GRÁFICO 15 - Percentual da população que afirma conhecer o CRAS.....	102
GRÁFICO 16 - Funções do CRAS de acordo com a população: .....	103
GRÁFICO 17 - Nível de relacionamento entre população e CRAS.....	104
GRÁFICO 18 - Serviços e benefícios da Assistência Social já utilizados pelos entrevistados .....	106
GRÁFICO 19 - Quantidade de pessoas por residência.....	108
GRÁFICO 20 - Problemáticas dos territórios sob olhar das populações.....	113
GRÁFICO 21 - Problemáticas reconhecidas no seio familiar .....	113
GRÁFICO 22 - Nível de escolaridade da População.....	127

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1 - Relação dos CRAS do município de Vitória da Conquista- BA-2023</b> .....	<b>52</b>
<b>QUADRO 2 - Quantidade de profissionais para atendimento dos CRAS segundo a NOBRHSUAS-2011</b> .....	<b>73</b>
<b>QUADRO 3 - Demandas elencadas pela população</b> .....	<b>101</b>
<b>QUADRO 4 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais característicos de zona rural de Vitória da Conquista-BA</b> .....	<b>111</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1- População rural de Vitória da Conquista-BA</b> .....	<b>71</b>
---	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS	Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CADÚNICO	Cadastro Único de beneficiários do Programa Bolsa Família
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RI	Relatório de Informações
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
VC	Vitória da Conquista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 TERRITÓRIO, GEOGRAFIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Espaço geográfico, Território e lugar de vivência na perspectiva da Assistência Social: Caminhos e possibilidades teóricas .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.2 Território Usado: Sinônimo de Espaço humano .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.3 Territorialidades da família: Relações de poder e cotidiano .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Proteção Social Básica e matricialidade sociofamiliar na escala local dos Territórios .....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Desigualdade Social e Direitos Humanos como foco de uma política de Estado .....</b>	<b>37</b>
<b>2.3.1 A Privação das liberdades na formação histórica do Brasil.....</b>	<b>41</b>
<b>3 TERRITORIALIDADES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 A rede de Serviços Socioassistenciais de Vitória da Conquista- BA.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Os territórios dos CRAS de Vitória da Conquista e suas representações cartográficas.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3 A atuação dos CRAS no contexto dos territórios hegemônicos de Vitória da Conquista .....</b>	<b>55</b>
<b>3.4 O rural de Vitória da Conquista e sua ligação com a política de Assistência Social.....</b>	<b>59</b>
<b>3.4.1 O Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em Vitória da Conquista. 63</b>	
<b>4 O CRAS RURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA: ENTRE AS PROBLEMÁTICAS DE SUA ESTRUTURA E OS DESAFIOS DOS TERRITÓRIOS.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 Perspectiva socioterritorial do CRAS rural.....</b>	<b>71</b>
<b>4.1.1 Perspectivas dos trabalhadores do CRAS Rural no âmbito dos SCFV's... 76</b>	
<b>4.1.2 Perspectivas dos trabalhadores do CRAS Rural no âmbito do PAIF. .... 83</b>	
<b>4.2 Perspectivas socioterritoriais das populações do CRAS rural e suas relações com os territórios de vivência.....</b>	<b>89</b>
<b>4.2.1 Aspectos Históricos e identitários dos povoados pesquisados: Elementos da memória local e origens dos povoados.....</b>	<b>95</b>

<b>4.3 A relação População/CRAS rural .....</b>	<b>100</b>
<b>4.3.1 O uso do Auxílio Brasil/Bolsa Família como ferramenta de interferência dos governos na relação população/CRAS rural .....</b>	<b>105</b>
<b>4.4 As fragilidades territoriais e os movimentos de resistência vivenciados pela população.....</b>	<b>111</b>
<b>4.4.1 Infraestrutura .....</b>	<b>114</b>
<b>4.4.2 Cultura e Lazer .....</b>	<b>116</b>
<b>4.4.3 Violência .....</b>	<b>118</b>
<b>4.4.4 Saúde mental.....</b>	<b>119</b>
<b>4.4.5 Saúde básica .....</b>	<b>120</b>
<b>4.4.6 Trabalho .....</b>	<b>121</b>
<b>4.4.7 Preconceito .....</b>	<b>123</b>
<b>4.4.8 Educação .....</b>	<b>125</b>
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>127</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<b>7 APÊNDICES .....</b>	<b>138</b>
<b>    Apêndice A: Questionário para usuários .....</b>	<b>138</b>
<b>    Apêndice B 01: Roteiro de entrevista realizada com servidores dos CRAS-PAIF .....</b>	<b>141</b>
<b>    Apêndice B 02: Roteiro de entrevista realizada com servidores dos CRAS-SCFV .....</b>	<b>141</b>
<b>8 ANEXOS .....</b>	<b>142</b>
<b>    Anexo 01 – Roteiro de entrevistas aplicados nos encontros do diagnóstico socioterritorial.....</b>	<b>142</b>
<b>    Anexo 02 – Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa.....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o Estado brasileiro tem se valido do território no sentido de buscar, nesse, uma aproximação com a realidade social para o aperfeiçoamento das políticas públicas ou das políticas de Estado. Uma dessas políticas é a de Assistência Social, que se coloca no bojo do enfrentamento às urdiduras contidas no tecido social do país com foco em questões que tem sua gênese na desigualdade social. Dessa forma, territórios historicamente subjugados entendidos aqui como as periferias, os territórios quilombolas, os povoados, as vilas rurais e demais espaços de vivência da classe trabalhadora são territórios da Assistência Social.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social - NOB SUAS 2012, em seu artigo 1º, “A política de Assistência Social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS.” (Brasil, 2012, P.15). Além disso, propõe, através do conceito de universalização, que todo cidadão brasileiro tenha direito à proteção socioassistencial.

As seguranças afiançadas pelo SUAS são propostas no artigo 4º da NOB-SUAS. Este inclui, em seu inciso primeiro, a acolhida, que é feita por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização de Proteção Social Básica e Especial. Esses espaços se materializam nos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Proteção Social Básica-PSB) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Proteção Social Especial-PSE). A Proteção Social Básica é uma subdivisão da Assistência Social que tem objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal, apoiando famílias e indivíduos na ampliação de sua proteção, ao mesmo tempo em que promove direitos e visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações atendidas.

Os serviços da Proteção Social Básica atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade social<sup>1</sup>, isso inclui os usuários do Cadastro Único de beneficiários

---

<sup>1</sup> Na Assistência Social, indivíduos ou grupos podem ser considerados sujeitos em vulnerabilidade ou risco social nas seguintes condições: “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termo étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2005, p. 33)

do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada-BPC. Esses serviços, em Vitória da Conquista - VC, hoje são acessados nos CRAS. Esse último é considerado porta de entrada da Assistência Social e as suas principais ferramentas de trabalho estão no Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência.

É nesse âmbito que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS se reproduz, amparada nas dinâmicas dos territórios de vivência das populações atendidas. Nesse contexto, os CRAS desempenham um papel central. Quando em sintonia com as complexidades socioeconômicas e socioculturais das famílias nos respectivos territórios, considera seus arranjos, as vulnerabilidades sociais presentes e outras nuances relacionadas a valores, crenças, processos de resistência e demandas individuais.

A experiência dos CRAS, no Brasil, conduz a uma perspectiva geográfica na Política de Assistência Social, quando suas diretrizes são confrontadas com o conceito de Território Usado proposto por Milton Santos. Assim, na materialização dos Territórios atendidos pelos CRAS de Vitória da Conquista - BA, seja no urbano ou no rural, se concretizam as diversas relações que se tecem no cotidiano, na escala do lugar, entendido aqui como uma escala da totalidade.

De maneira geral, a pesquisa busca entender a produção das territorialidades da Assistência Social, através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Rural de Vitória da Conquista - BA, e sua relação com o paradigma do Território Usado.

Sendo assim será necessário: compreender o significado do Território Usado e sua ligação com a política de Assistência Social do Brasil; analisar o papel do Estado brasileiro com a Política de Assistência Social e a relação de ambos com a dinâmica dos territórios urbanos e rurais de Vitória da Conquista - BA; examinar de que forma o paradigma do Território Usado tem relação com as ações dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS em Vitória da Conquista - BA; discutir as perspectivas do CRAS Rural de Vitória da Conquista e das populações atendidas pelo equipamento nas suas interrelações concretas com o território onde vivem e relacionar a concepção de “matricialidade sociofamiliar”, da Assistência Social, com as leituras geográficas acerca de Território Usado, Lugar e Cotidiano.

A Assistência Social está inserida no município de Vitória da Conquista - BA, se reproduz espacialmente, cria territorialidades e interfere no cotidiano de muitas pessoas. Diante do exposto, o primeiro capítulo desta dissertação se pauta em leituras da Geografia



crítica e outras ciências no sentido de apresentar possibilidades teóricas que deem conta de entender as relações que envolvem as ações do Estado e o Território Usado, do ponto de vista dos que o usam como abrigo.

No percurso, relaciona-se as concepções de território da Assistência Social com as noções de território da Geografia. Com isso, examina-se de que forma o Território Usado se encaixa nas diretrizes da política de Assistência Social e representa o espaço vivido das populações do CRAS rural.

No primeiro capítulo, também, apresentar-se-á o início de um percurso teórico metodológico que lança mão de uma análise sobre o papel e as relações do Estado brasileiro com a Política de Assistência Social, resultando em desdobramentos nos territórios urbanos e rurais. No decorrer do capítulo serão apresentados os caminhos que indicam qual a relação do território com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) rural e uma análise acerca das relações estabelecidas entre o Estado brasileiro, o sistema capitalista e a Assistência Social.

Este capítulo estabelecerá as bases teóricas fundamentais para a proposta desta dissertação, com destaque para os fundamentos geográficos das categorias Território, Espaço, Lugar e o conceito de cotidiano. Apresentar-se-á uma abordagem discursiva que integra a leitura dos direitos humanos, as noções de matricialidade sociofamiliar da Assistência Social e suas interconexões com as concepções da ciência geográfica.

No segundo capítulo serão apresentados alguns resultados e discussões focados em interpretar as territorialidades dos CRAS, com foco em alguns aspectos geográficos dos Centros de referência do município de Vitória da Conquista - BA. O objetivo é compreender os vários significados do território para a política de Assistência Social, bem como examinar de que forma o Território Usado pode ser substrato onde as bases dos CRAS são edificadas.

São apresentados mapas e gráficos que refletem as estratégias de aproximação da Assistência Social com os territórios de atuação. Tais mapas serviram para identificar os equipamentos e sua distribuição no município, relacionar os territórios atendidos aos objetivos da Assistência Social e discutir os dados apresentados à luz das territorialidades que justificam a localização destes equipamentos para a Assistência Social.

O terceiro capítulo compõe a parte do estudo de caso da dissertação. Nesse se discutirá as perspectivas do CRAS Rural de Vitória da Conquista, dos trabalhadores da unidade e das populações atendidas pelo equipamento nas suas interrelações concretas

com o território onde vivem. É nesse capítulo que serão apresentadas as análises dos dados coletados em campo.

Além de discutir as perspectivas da unidade e das populações atendidas pelo equipamento, busca-se entender como as populações avaliam a sua relação com a Assistência Social, interpretam o espaço vivido e percebem as principais problemáticas vivenciadas no território. Para isso foram realizadas observações *in loco*, coletas de informações verbais, entrevistas com servidores e os questionários, que foram aplicados aos usuários do CRAS rural e a moradores de vários povoados do município.

Os questionários, com dezesseis questões de múltipla escolha, duas de livre escrita e sem identificação do entrevistado, foram aplicadas de maneira coletiva nos atendimentos realizados nas localidades e em vários encontros de responsabilidade do CRAS rural. O público alvo dos questionários foram os usuários dos serviços socioassistenciais e moradores das localidades rurais. Já os servidores participantes receberam um roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas. A princípio pretendia-se realizar, também, entrevistas com membros da gestão, mas por questões de burocracia institucional essas entrevistas precisaram ser excluídas da dissertação.

Outra parte importante da coleta de informações foi feita durante os encontros para realização do Diagnóstico Socioterritorial, que é uma ferramenta importante para a leitura dos territórios da Assistência Social. O diagnóstico foi realizado em vários povoados nos períodos de outubro de 2022 a fevereiro de 2023 e abrangeu vários povoados dos 11 distritos rurais e dos distritos sede 1 e 2 de Vitória da Conquista. Esses encontros foram constituídos por reuniões com membros dos territórios nos quais se apresentou um roteiro (Anexo 01) com perguntas relativas à realidade dos seus espaços de vivência.

Através das falas dos participantes e de outras informações colhidas, foi construído um capítulo que apresenta as distintas leituras dos moradores dos povoados rurais de Vitória da Conquista sobre a sua realidade. As observações destacam desde questões sobre a memória local aos conflitos socioespaciais presentes nos territórios.

Em resumo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os usuários e servidores da Assistência Social do Município, pesquisa sobre a criação dos principais equipamentos dos CRAS; questionários, observações *in loco*, registros fotográficos e pesquisas ao acervo do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, disponibilizados na rede e nos bancos de dados do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS. Os resultados obtidos com o processo de aplicação dos questionários serviram para compor a argumentação da pesquisa e a construção de tabelas, quadros e mapas. Isso tudo deve considerar

os processos de tabulação e análise dos dados coletados e a organização das informações extraídas das entrevistas, em consonância com as leituras que pautam teoricamente as análises.

A pesquisa bibliográfica compõe instrumento central do trabalho, sendo que a base teórica para se discutir Território e Lugar e Cotidiano se baseia na leitura crítica de trabalhos sobre o Espaço Geográfico. Com efeito, são adotados alguns aportes teórico-metodológicos fornecidos por abordagens da Geografia e de áreas afins que dialogam com a perspectiva do trabalho como Santos (1978, 1985, 1994, 1996, 1999, 2002, 2006), Koga (2013), Carlos 1996, Raffestin (1972), Sen (2000), dentre outros.

A discussão é sustentada pelas contradições que se apresentam na relação dialética entre os pares. Uma análise crítica sobre a construção das territorialidades da Assistência Social encontrada em Brasil (2014), juntamente com a leitura da “Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOBSUAS”, de 2012, e outras que pautam o assunto, servirão de suporte para compreender o significado do conceito de território para a Política de Assistência Social do Brasil.

## **2 TERRITÓRIO, GEOGRAFIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta seção explora abordagens, tanto da Geografia crítica, quanto de outras disciplinas, no sentido de buscar as bases teóricas que amparam as discussões a que se propõe. Inicia-se, através deste, o caminho teórico-metodológico com vias a entender as dinâmicas presentes na relação entre população, Estado e Assistência Social. No contexto, as noções de direitos humanos são fundamentais, pois são uma conexão chave para entender o significado da matricialidade sociofamiliar na Assistência Social e do Território Usado na ciência geográfica.

O desenvolvimento social é tema do capítulo e de toda discussão da dissertação. Por conseguinte, as liberdades às quais o indivíduo experimenta podem estar vinculadas ao acesso que esse tem à cidadania, de tal forma que as privações pelas quais o indivíduo passa reduzem suas liberdades e suas possibilidades de desenvolvimento.

Por fim, o substrato de reprodução das populações é o Território Usado. Através dele, as instituições e as populações se apropriam do território. Alguns sujeitos da construção dos territórios o fazem na busca das verticalidades e outros das horizontalidades. Assim, se constitui o Território Usado e todas as contradições inerentes a sua reprodução.

## **2.1 Espaço geográfico, Território e lugar de vivência na perspectiva da Assistência Social: Caminhos e possibilidades teóricas**

O espaço é objeto de estudo da ciência geográfica, entendido como produto das relações entre sociedade e natureza. É, sobretudo, a categoria base da Geografia e, portanto, é imperativo adotar uma concepção de espaço alinhada com o escopo da pesquisa para uma análise eficaz da realidade em questão. De acordo com Lefebvre (2000), espaço e tempo são construtos sociais, resultantes e condicionantes na produção da sociedade. Ele argumenta que é por meio das complexas relações sociais, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho e à produção de mercadorias, que os espaços se configuram ao longo do tempo histórico, assumindo formas que refletem sua realidade histórica e social.

Carlos (1996) propõe a ideia de produção e reprodução do espaço como dois processos articulados importantes na construção da sociedade. Segundo a autora, “se o processo de reprodução, por um lado, refere-se ao processo de realização de acumulação de capital, por outro se refere ao desenvolvimento da vida humana” (Carlos, 1996, p. 34). A produção seria essa formação dos espaços condicionados pelo trabalho e pela sua divisão, enquanto a reprodução indica o processo de continuidade do que já foi produzido pelo trabalho humano, ligado ao desenvolvimento da própria sociedade.

Na visão de Milton Santos “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1999, p. 39). Ao mesmo tempo é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (Santos, 2009, p.106). O autor entende o espaço como uma totalidade em sua relação entre o global e o local; assim, na escala do lugar, o cotidiano de um pequeno vilarejo no sertão do Nordeste brasileiro representa uma escala dessa totalidade. Necessariamente faz-se compreender que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstrução desse todo. (Santos, 1985, p. 04)

Um aprofundamento da obra de Milton Santos permite observar que o Espaço aparece como uma categoria abstrata ou uma instância social que se impõe a tudo e todos e se materializa pelo uso do território, resultando no espaço geográfico historicizado,

constituindo os Estados-nação e as formações socioespaciais. O uso do território se dá através do que o autor define como tecnoesfera e psicoesfera. A primeira se refere ao processo técnico científico informacional aplicado nos mais distintos territórios com objetivos políticos e econômicos. Já a segunda se relaciona com o controle das mentes dos sujeitos no processo de produção e consumo de mercadorias dentro da dinâmica do modo de produção vigente. Para ele, “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem. Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país.” (Santos, 2001, p. 19).

Na visão de Marx, o Estado e os atores hegemônicos ajudam a produzir territórios dotados de desigualdades socioespaciais e conflitos, que no contexto urbano pode ser visto na fragmentação e articulação do espaço, sendo, na visão de Corrêa, “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (Corrêa, 1989 p. 9). Conjectura-se que o espaço é economicamente produzido e socialmente vivenciado e nas relações sociais estão presentes construções advindas de projetos racionalistas paralelamente às construções de cunho cultural e afetivo.

As sociedades contemporâneas são resultado das transformações exercidas pelo homem, influenciados pelo seu sistema produtivo e desenvolvimento técnico, que tendem a formar os espaços diferenciados, e como resultado “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (Santos, 1978, p. 122).

A desigualdade social é fabricada no processo de produção do território; assim, há quem use as periferias, as favelas, os guetos como território de vivência e, pelo contrário, quem se apropria dos territórios como meio de especulação financeira e lucro. Nesse movimento, a qualidade de vida e as liberdades dos sujeitos do espaço banal são afetadas. As ausências e violências provocadas por esse processo são o que dão razão de existência para a Assistência Social. Seus equipamentos mais importantes atuam na escala do lugar, mas fazem parte de toda uma conjuntura que envolve as horizontalidades e as verticalidades presentes nos territórios.

### **2.1.2 Território Usado: Sinônimo de Espaço humano**

A cidadania que se dá no território tal como ele é hoje, na visão de Milton Santos (2011), é uma cidadania incompleta. Para ele, um novo modelo de cidadania é necessário

quando se busca “uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade.” (Santos, 2011, p. 80). Para isso é necessário uma mudança na gestão e no uso do território.

Ao explorar a relação entre território e cidadania, é pertinente recorrer às concepções de Território como recurso e território como abrigo. Essa ideia consiste no pressuposto de que o território como recurso se confunde com o território das empresas, dotado de infraestrutura, tecnologia e controlado através de aspectos normativos. Defende-se que “Para os atores hegemônicos, o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” (Santos, 2000, p. 12); sendo assim, o uso do território se dá de forma independente dos lugares e potencializa as desigualdades sociais e territoriais do trabalho. Em suma, seria este o uso corporativo do território.

O território como abrigo pressupõe o espaço dos atores hegemônicos e sua busca constante pela adaptação “ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (Santos, 2000, p. 12). Nessa busca por adaptação aparecem os movimentos de resistência, contra as investidas dos atores hegemônicos que forçam uma mercantilização da vida e a manipulação das mentes em prol de uma conformidade aos modos de consumo.

Na perspectiva do Território Usado como abrigo compreende-se formas de apropriação do espaço pelas quais as pessoas usam o território, transformando-o em espaço de vivência e onde têm seus cotidianos permeados por processos de luta e resistência. Essas formas de resistência se concretizam na busca pela requalificação da vida, durante o processo de construção da cidadania.

David Harvey (2001) defende que os movimentos de resistência aparecem de várias maneiras, sejam morais, políticas, estéticas, religiosas e até filosóficas. Muitas vezes aparecem, também, na apropriação das políticas de Estado pelas populações locais, por vezes, na forma de benefícios sociais. “Em alguns casos, a resistência é contra a própria ideia de mercadorização e restrição de acesso a bens e serviços básicos (como educação, saúde e água potável) por meio de mecanismos de mercado” (Harvey, 2001, p. 83). Esses devem ser considerados bens básicos para garantia da sobrevivência, não uma mercadoria. Sendo assim, traça-se um paralelo entre as ideias de Harvey (2001) e Santos (2000) e conclui-se que é sobretudo nas relações de uso dos territórios que residem esses movimentos de resistência.

O território como abrigo, na perspectiva de Milton Santos, pode ser a representação territorial vista a partir do sujeito que nele habita e estabelece todas as formas de

relações, inclusive as relações de poder. O papel do sujeito hegemônico na construção do território está imbricado com as necessidades de sobrevivência e de reprodução do seu cotidiano.

Para Haesbaert (2008) “devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja, etc.” (Haesbaert, 2008, p. 04). Assim, a depender da sociedade, do grupo, da cultura ou até do próprio indivíduo, há variáveis no controle social pelo Espaço.

Segundo o autor, o próprio território como recurso tem, em si, duas facetas na sua produção: a de ser produzida pelos dominantes e os dominados, no qual “os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana” (Haesbaert, 2008, p. 03). Em suma, o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, sendo que o território simbólico dos atores hegemônicos pode ser também território como recurso pois, para Haesbaert, o território nunca se manifesta de forma pura. Sendo assim, o simbólico tem sempre uma carga funcional e vice versa.

Para Milton Santos “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2012, p. 138). Segundo o autor, o Território Usado é uma categoria de análise, sendo o uso do território o que explicaria o social e não o território em si, ao passo que não existe forma de entender o território sem considerar a sua utilização.

Santos propõe a ideia de que existe uma noção de território trazida nas ideias da Modernidade que, a seu ver, ao defender a concepção de conceitos puros, se apresenta de forma incompleta: “entretanto o território usado inclui todos os atores e não apenas o Estado, como na acepção herdada da modernidade. Abriga todos os atores, não apenas os que têm mobilidade (...) refere-se à existência de espaço total e não apenas o espaço econômico” (Silveira, 2011, p. 153).

O Território Usado é também sinônimo de espaço banal e abrigo de todos, onde as empresas coexistem com as instituições e indivíduos, ainda que em campos de força desiguais. A vida material se dá no território usado, que é dotado de significados e representa o espaço geográfico. Há, sobretudo, um conflito entre os interesses do local e o global, ou seja, do interesse do espaço vivido, do espaço banal e o que pode ser considerado como espaço racionalizado, de conteúdo ideológico, que vem de fora invadindo o cotidiano e o funcionamento dos lugares com suas normas e regras. A estes territórios

normatizados se incluem à noção de redes com suas formas e normas, ao serviço de alguns e em contraposição ao espaço banal que deveria estar a serviço de todos.

Mas, quem produz quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial. (Santos, 2005, p. 259).

É nesse sentido que se inclui a noção de mundo globalizado e de uma globalização que, na visão de Milton Santos, é “perversa” na medida em que atravessa tudo, incluindo a consciência das pessoas e que transforma tudo em mercado, incluindo a natureza, as ideias a ciência, informação e a política. “O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização “perversa” e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado.” (Santos, 2005, p. 260). Há uma oposição evidente entre o mercado e a sociedade civil que se materializam e o palco dessa disputa é o território nas suas diversas dimensões e escalas.

Considerem-se as noções de Horizontalidades em contraposição às de Verticalidades, sendo que nesta os atores que dominam e interferem no funcionamento dos territórios, além de provocar a alienação às pessoas dos lugares, a fazem de acordo com interesses corporativos e de processos tecnificados com ações de caráter político e ideológico. Esses são agentes da produção das verticalidades, que não necessariamente têm uma ligação física de proximidade como o território; muitas vezes se reproduzem de forma virtualizada, através dos fluxos e das redes.

Destarte, o conteúdo ideológico de ordem distante invade o local e acirra o conflito com as populações locais, com a vida local, ou seja, com o espaço banal. Contra essas investidas, o espaço banal, na perspectiva de Milton Santos, precisa ser fortalecido pois isso possibilitaria mudanças na organização social do espaço. Ampliar as horizontalidades seria uma dessas formas de fortalecimento.

A noção de horizontalidade, importante para a reprodução do espaço banal, “corresponde aos domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (Santos, 2005, p. 256). O espaço banal irá se opor ao espaço econômico ao passo em que a vida em comunidade é ameaçada pelo modelo econômico



globalitarista<sup>2</sup> que interfere e impossibilita a cidadania plena das pessoas. Sendo assim, é no nível local que essa plenitude deve ser buscada, tendo os atores locais como os protagonistas de mudanças nos processos sociais para o bem de todos. O lugar é o espaço de resistência da sociedade civil com possibilidades reais de estender as resistências nas escalas maiores. Nesse sentido Santos entende que:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. (Santos, 2006, p. 55).

A leitura proposta pelo autor traz a crítica à dominação imposta pelas relações verticalizadas e suas normas rígidas, tendo também suas limitações, o que favorece um cenário otimista aos agentes do espaço banal, pois existem também as possibilidades de ampliação das uniões horizontais. O conhecimento sistemático da realidade é, pois, fator importante na construção de relações horizontais, uma vez que é catalisador de possibilidade ao “pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.” (Santos, 2005, p. 260).

Nesta direção, adianta-se que as comunidades rurais de Vitória da Conquista são os lugares de moradia e reprodução da vida de pessoas da classe trabalhadora. São territórios que sofreram processos de metamorfose no decorrer da história e, diferente de algumas décadas atrás, não mais são conhecidas por um potencial produtivo agrícola, tampouco mantém a cultura da produção familiar de subsistência na maior parte deles, principalmente para as populações dos povoados sede dos distritos.

Essa é uma característica das novas formas de reprodução do rural que tem a cultura do modo de vida urbano e importa deste, de forma mais potencializada, as problemáticas das periferias urbanas, ao mesmo tempo em que ainda preserva a ideologia arcaica

---

<sup>2</sup> Para Milton Santos a globalização se apresenta de forma totalitária e se impõe às camadas populares, sobretudo pelas nações hegemônicas. Nesse contexto, a ideia de globalitarismo é usado para determinar a face colonizadora da globalização, que aprofunda a desigualdade social.

do patriarcado dos coronéis, da violência de gênero e de processos segregativos inerentes ao percurso histórico do rural no Brasil.

Sob essa ótica tem-se que os territórios, prioritariamente assistidos pela Assistência Social, entendidos aqui como espaços hegemonzados, ocupados, apropriados e usados por uma diversidade de sujeitos e instituições com histórias e vivências distintas, são uma importante base de interesse para a leitura que se propõe quando se considera que:

o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isto é, as infraestruturas que chamamos sistemas de engenharia, a agricultura, a indústria, o meio construído urbano, as densidades demográficas e técnicas, mas também o que o constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, cultura, movimentos da população e fluxos de toda ordem, incluindo ideias e dinheiro (Silveira, 2011, p. 155).

É no cotidiano das pessoas e seus territórios que se materializam os efeitos das contradições da realidade social e das relações verticalizadas produzidas no modelo capitalista. Complementar a isso considera-se que “a relação inseparável entre território e sujeito ou população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas” (Koga, 2003, p. 35). No cotidiano e através dele, também os preceitos da Assistência Social estão ancorados.

O espaço banal é o objeto da referida política e essa, enquanto instituição de Estado, é também um agente do espaço banal pois faz parte de um fortalecimento das horizontalidades quando se põe no enfrentamento de questões que impactam na prática da cidadania. Porém, é importante frisar que a instrumentalização da Assistência Social para fins políticos partidários pode produzir verticalizações. Foi o que aconteceu historicamente com os modelos assistencialistas baseados na caridade e nos dogmas morais religiosos.

Para além disso, alguns equipamentos da Assistência Social têm foco em outras problemáticas do território que estão ligadas a reprodução local de cunho cultural e nos processos de alienação que tem precedentes históricos e podem se apresentar nos lugares através das várias formas de violência, de questões sociais, como a gravidez na adolescência, abandono ou maus tratos a idosos e pessoas com deficiência, depressão, trabalho infantil, etc. Esses problemas se concretizam na escala do lugar, mas estão ligados ao quadro global e às formas que a sociedade assume. Também são resultados das desigualdades territoriais, ao passo em que há territórios onde o direito à cidadania não chega de forma plena.

Os processos históricos envolvendo o papel da mulher, das populações negras e de outras minorias também fazem parte desse arcabouço social e histórico. Nesse processo de lutas pela construção das horizontalidades, de acordo com o que se busca na NOBSUAS (2005), o CRAS tem potencial de gerar o fortalecimento das resistências locais contra a alienação das populações e todos os outros processos que separam o espaço banal da cidadania plena. Nessa perspectiva, as políticas de enfrentamento das desigualdades precisam ser cirúrgicas, não apenas para superação das vulnerabilidades sociais ou do seu estancamento paliativo, mas no sentido de ajudar a construir territorialidades que caminhem para modelos emancipatórios.

### **2.1.3 Territorialidades da família: Relações de poder e cotidiano**

A família se reproduz na escala do lugar e as relações de poder presentes no seu cotidiano produzem variadas territorialidades. O Lugar como categoria de análise da Geografia implica considerar as necessidades dos sujeitos como essenciais nas investigações da realidade objetiva. O cotidiano se constitui na escala local e sua reprodução se dá com forte relação a fatores internos e externos a ele. Para Santos (1985, p. 3) “quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do menor.” Neste cenário, o cotidiano familiar é afetado por uma intrincada variedade de implicações oriundas de outras escalas territoriais.

Com o estudo do cotidiano é possível entender a conexão do indivíduo com o lugar, e do lugar com o mundo. Através do corpo o homem experimenta o mundo nas suas instâncias particulares fortemente influenciados pelo mundial, em uma conexão entre o singular e a totalidade.

Tratando-se de cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial [...] o conceito torna-se o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano no global. (Lefebvre, 1991, p. 35)

Deve-se considerar que a dinâmica do vivido acontece no lugar, consequentemente o cotidiano é a expressão desse vivido, que está dialeticamente ligado ao mundial, ao uso do território e ao espaço globalizado. Para Carlos (2001):

A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido em uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido que

criam laços profundos de identidade, habitante – habitante e habitante – lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição de vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto (Carlos, 2001, p. 29-30).

De acordo com Koga, “a escala do território de vivência não pode ser confundida com um microterritório, uma simples miniatura de um território mais amplo, refletida localmente. O território de vivência aproxima-se, nesse caso, da dimensão do lugar denominada por Milton Santos” (Koga, 2013 p. 37). Para Santos “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições-cooperação e conflito são a base da vida em comum” (Santos, 1999 p. 201). Pode-se afirmar que a ressignificação do cotidiano pode ser buscada no Lugar e o lugar representa o espaço vivido e percebido, ao mesmo tempo em que é a dimensão espacial do cotidiano.

Essa leitura entende que na escala do lugar estão os elementos da vida comum, ou seja, das pessoas e das empresas, apresentando ao mesmo tempo a convivência entre os sujeitos e as infraestruturas nos territórios. Em concomitância a todo o movimento da vida cotidiana e dialeticamente ligado ao espaço global, em meio às tecnologias aplicadas nos lugares, estabelecem-se valores, sentimentos, culturas, promove-se ideias, ideologias e costumes. Assim como Santos (1999), reconhece-se que “os lugares, desse ponto de vida, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo” (Santos, 1999, p. 212). A apropriação do lugar se configura no cotidiano, considerado o banal, o familiar, o próximo, que parte do local, mas que não pode ser entendido fora de uma totalidade. Dessa forma concebe-se o cotidiano no plano do espaço vivido, mas sempre buscando essa totalidade.

Na dimensão do lugar se constitui o cotidiano da família como uma instituição na qual as relações de poder têm central importância e a forma com que esse poder é exercido pode criar várias demandas sociais na forma de problemáticas do espaço.

Em uma primeira aproximação, o “território é um espaço definido e delimitado por e à partir de relações de poder” (Souza, 2013, p.78). As leituras clássicas a exemplo da filosofia Foucaultiana atribuem ao poder as características de dominação, violência, autoridade e competência. Essas proposições de poder são entendidas por Souza (2013) como poder heterônomo, ou seja, a dominação de alguns indivíduos sobre os outros em um sistema de ética segundo o qual as normas de conduta provêm de fora, promovendo nos sujeitos dominados as relações de dependência, submissão e obediência.

Essa leitura aplicada ao território da família é uma base viável para entender as situações de violência que se perpetuam nas relações cotidianas. A família é uma instituição que tem a função protetiva dos sujeitos que fazem parte dos ciclos de vivência, sobretudo, de crianças, adolescentes e idosos. No entanto, em muitos casos, é de dentro da família que partem as violências estruturais da sociedade brasileira permeando o cotidiano de quem faz parte dos núcleos familiares e quem compartilha do mesmo território de vivência.

Não se pode afirmar que família é uma instituição perfeita, tampouco está livre de ser um lugar de desproteção. Há famílias em que alguns membros podem ser psicopatas, pedófilos, narcisistas ou simplesmente pessoas violentas. A situação pode se agravar quando esse membro da família tem algum poder sobre os outros, podendo suceder com os pais, avôs, tios ou outros sujeitos do ciclo familiar. Quando se fala de matricialidade sociofamiliar é comum focar nas questões mais intimistas da família nuclear, com ênfase na intimidade, nas relações afetivas e na proteção social dos seus entes. No entanto, a família que assume essa função protetora é, ao mesmo tempo, uma instituição que tem um grande potencial de desproteção, principalmente para mulheres e crianças.

Na Assistência Social de Vitória da Conquista, a mulher costuma ser o membro mais participativo das comunidades, o que aumenta a importância de seu papel decisivo no núcleo familiar, dado o seu potencial de proteção dentro da família e de ser mais participativa que os homens nas organizações políticas dos territórios. Nas diretrizes da Assistência social, acredita-se que essa, enquanto minoria, necessita passar por um processo de empoderamento com vias à construção de uma emancipação feminina. Via de regra, seu cotidiano está sempre carregado de responsabilizações socialmente impostas, ligadas aos seus papéis de mães, avós ou filhas mais velhas, no qual lhes é atribuído o cuidado da família, das tarefas domésticas e obediência aos membros patriarcais do ciclo familiar.

Considerando também que a história da família brasileira se constitui dentro de uma centralidade de poder patriarcal, a mulher como sujeito social tem, na sua história, o cerceamento de direitos e limitações do seu exercício à cidadania. Como resultado disso, há uma subalternização do seu papel social que contribui para que seja comum o seu silenciamento diante de violências contra seus dependentes ou contra si própria no núcleo familiar. Sendo assim, as expectativas tradicionais sobre o papel da mulher na família podem entrar em conflito com as metas de autonomia e igualdade de gênero estabelecidas pelas políticas de Estado.

Através da PNAS 2004 o Estado passa a assumir, também, uma função na proteção social dos membros das famílias, diferente do modelo aplicado nos sistemas de proteção contributivo do passado. Isso promoveu, na família, um novo paradigma quando o seu desenvolvimento passou a ser compreendido como desenvolvimento social e as violências intrafamiliares passam a ser combatidas pelas políticas de Estado.

Na visão Clássica do Estado de Bem-estar Social, a família constituía-se em modelo de proteção social baseado no trabalho produtivo e se fundamentava na premissa da garantia de empregos estáveis e remunerações compatíveis com as demandas familiares.

A crise fiscal do Estado de Bem-estar Social impactou significativamente uma considerável parcela dos países mais economicamente desenvolvidos. Como o Brasil não foi signatário de um projeto voltado a esse modelo de proteção social pois, dentre outros fatos históricos, o Estado adotou a agenda neoliberal que, segundo Laurell (1997) é caracterizada por medidas de racionalização econômica, privatização do Estado, de uma orientação macroeconômica promovida pelo grande capital financeiro global, provocou-se o agravamento das desigualdades, do desemprego estrutural e um crescente contingente de despossuídos.

A proposta da Assistência Social brasileira não se compromete a garantir o pleno emprego (presente no paradigma do Estado de bem-estar social), tampouco um projeto de promoção de igualdade social, mas de mínimos sociais para garantir alimentação e alguns direitos ou serviços básicos aos que já foram socialmente excluídos. Permanece o Estado neoliberal, que contribui para que esses mínimos não sejam suficientes para que as famílias exerçam as funções mínimas de proteção necessária dos seus membros. Em suma, o Estado, através da Assistência Social, passa a criar mecanismos de vigilância constante direcionadas às famílias, mas não cria mecanismos de proteção social com ênfase na superação das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Ao invés disso, nos territórios hegemônicos, o Estado costuma ser ausente no que diz respeito a aplicação das leis e, conseqüentemente, na garantia de direitos fundamentais. Em vários desses territórios o Estado chega na forma da violência policial contra as pessoas do lugar ou de negligência em relação à garantia dos direitos básicos. Isso é fruto de construções sociais pautadas em relações de poder heterônomo, estranhos aos grupos, mas fortalecidos diante dos processos de alienação que as populações vão sofrendo na história. Nessa perspectiva, o poder heterônomo que se materializa nas formas de violência também são problemáticas, a serem combatidas pelos movimentos de resistência que aparecem nos territórios e no cotidiano das famílias.

## **2.2 Proteção Social Básica e matricialidade sociofamiliar na escala local dos Territórios**

As políticas sociais são resultado de movimentos de luta da classe operária no decorrer da história. No Brasil, o avanço das pautas neoliberais gera campos de força antagônicos ao desenvolvimento das políticas sociais, dificultando o papel de conceder mínimos sociais e condições dignas de sobrevivência, como, por exemplo: garantia de renda, ampliação do acesso a direitos, políticas e inclusão no mundo do trabalho, que visem à autonomia do cidadão. Por isso, políticas de redução de danos se tornam necessárias em países com altos índices de desigualdades como o Brasil.

A Assistência Social, em Vitória da Conquista, é servida de oito Centros de Referência de Assistência Social-CRAS, que fazem parte do Sistema único de Assistência Social-SUAS, e tem a responsabilidade da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF). Através desse órgão é possível afirmar que há intervenção direta do Estado no cotidiano dos usuários da Assistência Social.

O CRAS rural de Vitória da Conquista ou CRAS 5, está localizado na praça Catão Ferraz, no centro de Vitória da Conquista, o que reflete uma estratégia de gestão do território, quando se considera a amplitude do território rural da cidade, na qual há dificuldades de se manter equipamentos nos 12 distritos rurais do município.

A Política de Assistência Social é dividida em dois níveis: a proteção social básica e especial, essa última subdividida entre média e alta complexidade. A Proteção Social Básica é responsável pela oferta dos CRAS nos órgãos estatais, também podendo ser ofertado por entidades sem fins lucrativos de Assistência Social, assim, conhecidas como Organizações da Sociedade Civil – OSC.

A função do CRAS segundo o art. 6º C, § 1º da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS é “prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2011, P.115). Para isso oferta um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

O equipamento é conhecido pelo seu caráter preventivo e proativo, dentro da Assistência Social, além de ser considerado porta de entrada para a referida política. Sua atuação se dá em uma obrigatoriedade de conhecer a dinâmica da população dos territórios que atende, traçando estratégias para o enfrentamento das desigualdades sociais

através de ações planejadas, de serviços continuados, encaminhamentos para benefícios e atendimentos diversos, com vias a prevenção e superação das vulnerabilidades sociais.

Neste sentido, entende-se aqui que agentes diversos e concretos produzem e usam seu território como condição para sua reprodução; que a política pública da Assistência Social deve produzir uma territorialidade intencionalmente voltada à equidade na distribuição dos direitos e oportunidades sociais e; que os CRAS, a partir de suas localizações, devem potencialmente constituir-se em equipamentos potencialmente transformadores de condições institucionais, produzindo territórios de direitos, garantidos pelo Estado. (Brasil, 2014, p.20).

Os Territórios atendidos pelos CRAS se caracterizam por ser onde se materializa a fome, o trabalho infantil, a luta de gênero, luta pelo direito ao trabalho e à cidade, a segregação, a exclusão e, sobretudo o controle por instituições diversas, em especial para política partidária. Afinal, muitos programas sociais se tornaram base para a eleição e fortalecimento de segmentos políticos, o que significa que a Assistência Social tem caráter estratégico, também, na reprodução do território político-partidário da atualidade.

A proteção social através do CRAS é ofertada de três formas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. O CRAS se apresenta como uma instituição pública municipal:

De base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica às famílias” (Brasil, 2011, p 5).

A função do PAIF é proativa e protetiva, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e garantir o acesso a direitos básicos ou processos formativos que se traduzam em construção de autonomia para o cidadão acessar esses direitos.

Existe uma tipificação específica para os serviços ofertados, que garante, também, oferta de serviços à população por demanda espontânea, onde o próprio cidadão procura os serviços, ou por encaminhamento da rede socioassistencial, no qual situações de desproteção social já em acompanhamento são inseridas ou encaminhadas a outros órgãos dentro dos eixos prioritários dos serviços.

Em consonância com o PAIF, está o SCFV, que complementa as ações do primeiro através da oferta de espaços com objetivos específicos, ancorados na evolução gradativa de superação de situações de risco social, mas também de construção de espaços de convivência, com objetivos de fortalecer vínculos comunitários e relações de pertença com o lugar de vivência. Cada grupo é constituído de acordo com o seu período de vida,



podendo ser formados por crianças até 6 anos; de 6 a 15; de 15 a 17. Ou de adultos e jovens de 18 a 29; de 30 a 59 ou idosos acima de 60 anos.

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (Brasil, 2016, p. 8)

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, também pretende prevenir os riscos sociais, principalmente os que geram situações de isolamentos e exclusão. O objetivo principal é garantir o direito a convivência com vistas a inclusão social, autonomia e participação na vida pública das pessoas idosas ou com deficiência, assim como a prevenção de riscos sociais como o rompimento de vínculos familiares e sociais, a exclusão e o isolamento.

Para tanto, visa a garantia de direitos, a inclusão social, a participação e a autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, dando ênfase às suas potencialidade e possibilidades. O público-alvo são os Beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada, e outros membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

As equipes que atendem os serviços dos CRAS devem ser compostas pelos técnicos de referência, sendo estes: técnicos de nível superior, psicólogos, assistentes sociais, um coordenador concursado e os técnicos de nível médio: educadores, sociais, orientadores sociais ou mobilizadores. A equipe de referência está prevista na NOB-RH/SUAS (2013) pela Resolução nº 17/2011, tendo o quantitativo de profissionais atuantes de acordo com o porte do município ou do território que atende.

O equipamento está aberto a atender os diferentes perfis socioeconômicos, mas atende, preferencialmente, famílias de baixa renda. Outras variáveis são foco dos processos de trabalho a ser executados pelos CRAS, como as estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

No âmbito da Assistência Social, há o reconhecimento de situações de desproteção social cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas de forma negativa (deficiência, etnia, religião, orientação sexual, situação civil, etc.), agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos. (Brasil, 2016, p. 9)

Para atender ao objetivo proposto pelo MDS é necessário que o CRAS reconheça as carências e potencialidades ou movimentos de resistência do território no qual está

inserido. Isso pode ser realizado através do diagnóstico socioterritorial, executado pelo poder público responsável pela Assistência Social no município, mas com a participação efetiva e estratégica dos profissionais que possuem capilaridade nos territórios, ou seja, os profissionais do CRAS. Nesse sentido:

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. (Brasil, 2009, p. 10)

Para Assistência Social, em especial para os CRAS, entender e atuar nos Territórios é base para o desenvolvimento de relações de construção da cidadania e superação de vulnerabilidades sociais, e para isso é necessário inserir a equipe no cotidiano das populações atendidas.

Nos CRAS, através dos SCFV's, a educação social pretende ser um meio de construção do conhecimento sobre a sociedade e dos direitos humanos como mecanismo emancipatório, com ênfase na construção de uma identidade que coloca o sujeito como participante de um projeto de sociedade. É por isso que, na Proteção Social Básica, a centralidade sociofamiliar é elemento base para a construção de territorialidades pela Assistência Social, sendo necessário uma tradução correta do termo, dentro de um quadro teórico necessário aos movimentos de resistência e aos problemas dos territórios.

Para a Assistência Social, a família é considerada o núcleo territorial dotado de afetividade, afinidade ou de laços consanguíneos. Trabalhar com essa instituição requer lançar mão de processos formativos baseados na práxis, na experimentação de realidades distintas, espaços de diálogo e ações de cunho cultural e socioeducativos.

Todavia, considera-se que há uma a proposta trazida na PNAS/2004 que, como mostra o livro técnico do governo federal: Assistência Social e Territorialidades (2014), “está sendo implementada em desconexão aos fundamentos teóricos e metodológicos que instruem o trabalho neste âmbito” (Brasil, 2014, p. 189).

O livro Assistência Social e Territorialidades (2014) propõe, no âmbito da Política de Assistência Social, formas de enfrentamento das contradições no processo de reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Propõe-se, por exemplo, que o trabalho social com as famílias deva promover transformações no seu cotidiano, e essas transformações

precisam ser executadas no sentido de fomentar, nesse cotidiano, um efetivo processo que dê conta de travar um embate contra as estruturas de poder estabelecidas.

Um desses esquemas de poder se apresenta nas relações interpessoais que envolvem as questões de gênero e as próprias relações da hierarquia familiar com potencial antagônico ou no fortalecimento das relações de subjugamento, que colocam indivíduos em situações de subalternização social.

De acordo com a proposta do referido livro, o atendimento às famílias não pode ser feito com base na empiria do trabalho cotidiano ou em conhecimentos prévios de cunho administrativo, nem minimizada às necessidades básicas dos sujeitos, pois os problemas que a Assistência Social se propõe a combater tem base em um processo de construção de uma sociedade repleta de contradições.

Apresenta-se, também, os resultados de uma pesquisa realizada em algumas unidades de atendimento da Assistência Social de São Paulo na qual notou-se que os trabalhos, na maioria das unidades pesquisadas, estavam sendo executados sem o aporte de um esquema teórico com rigor metodológico que fosse ancorado no entendimento das problemáticas vivenciadas. Constatou-se que os trabalhos eram conduzidos sem considerar os fatores determinantes da estrutura social geradora das desigualdades, ou das suas manifestações fenomênicas.

Muitos profissionais da Assistência Social, até os dias atuais, ainda enxergam os indivíduos que atendem, dentro de um quadro naturalizado da pobreza, com vias as tentativas de embutir em suas mentes a ideia de trabalhos psicossociais enquanto “temos um número igualmente relevante de falas que desnudam um desconhecimento sobre o alcance da política de Assistência Social como direito” (Brasil 2014, p. 193).

O objetivo da pesquisa consistiu em compreender as percepções dos profissionais sobre o trabalho desenvolvido com as famílias, tendo como base o conceito de matricialidade sociofamiliar. Durante o processo notou-se, nas narrativas dos profissionais entrevistados, uma abordagem que, em vários momentos, utilizava as condições de vulnerabilidade e pobreza das famílias como justificativa para que alguns profissionais invadissem a esfera privada dessas famílias, resultando em formas coercitivas e higienistas de controle sobre suas escolhas.

Alguns posicionamentos de profissionais que atuavam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), durante o período da pesquisa, revelaram uma conexão significativa entre sua prática profissional e a maneira como percebiam o público da Assistência

Social, fundamentada em uma leitura funcional/positivista, com uma base conservadora e moralista das famílias atendidas.

Essa visão conservadora é a mesma que culpabiliza as famílias pela própria condição de pobreza e isso coloca mais um entrave a ser enfrentado pela Política de Assistência Social que é a de superar a lógica Funcionalista-Positivista arraigada na cultura da Assistência Social brasileira. É estabelecido, portanto, como fundamentos base para o desenvolvimento do trabalho a ser realizado com as famílias, no que diz respeito aos direitos socioassistenciais e garantias do SUAS, os conceitos de matricialidade sociofamiliar; território e participação popular.

A eleição destes três conceitos-chave atende a duas ordens de justificativas, inicialmente porque portam maior densidade teórico-metodológica para a organização da proposta de proteção básica propugnadas, depois porque expressam com maior nitidez a contraditoriedade que perpassa este arranjo conceitual ou, como dissemos o edifício categorial do SUAS. (Brasil, 2014, p. 188).

A proposta é que através da concepção de matricialidade sociofamiliar, a atuação profissional possa lançar mão de conceitos teórico metodológicos que se afastem de visões preconceituosas sobre os territórios e os sujeitos atendidos. As ideias conservadoras que propõem o endireitamento das famílias e dos territórios considerados vulneráveis representam um entrave ao próprio desenvolvimento da Política de Assistência Social, ao passo que se deve evitar negligenciar os indivíduos e suas aspirações, modos de vida e cultura, sob a ótica de uma visão elitista que se volta aos princípios do que representou o assistencialismo religioso.

As formulações de matricialidade sociofamiliar, propostas nos documentos do SUAS, também não são muito claras sobre o tratamento da questão, deixando espaço para interpretações equivocadas. Algumas distorções produzem discursos e culturas que desviam os objetivos e reproduzem as concepções estereotipadas de família tradicional, cujos papéis de cada membro são predefinidos e na qual o Homem é o chefe e a Mulher assume a responsabilidade primeira de cuidar dos filhos sozinha.

É nesse sentido que algumas posturas precisam estar de acordo com fundamentos teórico-metodológicos e *expertise* profissional para que o trabalho com famílias não se torne um mecanismo de interferência nas funções e na cultura dos assistidos. Assim:

Cabe advertir que direcionar as ações e os serviços socioassistenciais para o âmbito da família, valorizando a importância de referências morais e afetivas, acaba por idealizar uma família-modelo, aquela que é capaz de ser reestruturada e empoderada, alterando seus traços

disfuncionais, de forma que finalmente se organize para prover suas necessidades. (Brasil, 2014, p. 194)

Propõe-se uma incorporação de fundamentos teóricos das políticas sociais que se relacionam ao SUAS, para que se supere o senso comum nos trabalhos da Assistência Social e, conseqüentemente, as práticas voluntaristas e subalternizantes, de improvisos e vazias de conteúdo crítico transformador. A proposta dessa reflexão entende que a “apropriação dos aspectos ético-teóricos, que explicam as contraditórias condições materiais e imateriais de vida da população é condição fundante para o desenvolvimento das estratégias de organização política coletiva frente aos principais dilemas vivenciados pela população.” (Brasil, 2014, p. 195). Nessa concepção deve-se considerar a família no cerne da sociedade burguesa, pois essa se reproduz contraditoriamente no seio das relações tipicamente capitalistas materializadas no processo de globalização.

### **2.3 Desigualdade Social e Direitos Humanos como foco de uma política de Estado**

A Política de Assistência Social, da forma que é praticada no Brasil, existe, principalmente, porque existe a desigualdade social, pobreza, miséria e todo tipo de injustiça social. Isso não é, senão, o resultado de uma forma de sociedade pautada na concentração de renda e acumulação do capital, somando-se o histórico do Estado brasileiro de desrespeito aos direitos humanos de maneira institucionalizada e de uma cultura racista, classista e patriarcalista arraigada no cotidiano social do Brasil.

A volta do governo Lula, no ano 2023, e o fortalecimento dos discursos que pautam a luta contra a fome no Brasil tendem aprisionar o tema da desigualdade social ao combate aos efeitos da pobreza. A fome é um dos mais severos efeitos do processo de produção da desigualdade no mundo, mas se a fome e a pobreza fossem sanados hoje, ainda assim, não seriam sanados os problemas do território.

Para Sposati “a relação da política pública de Assistência Social, no modo de produção capitalista, está intrinsecamente marcada pelo modo com que o capitalismo produz e reproduz a proteção social do trabalho e a relação com os direitos humanos e sociais e especialmente, com direitos de cidadania.” (Sposati, 2016, p. 08). É preciso superar a ideia de proteção social que usualmente é projetada através da oferta de benefícios que, segundo a autora, renova o princípio de esmola enquanto mantém a Assistência Social cativa de um processo que envolve as crises de enfrentamento de forças liberais e conservadoras contra as desigualdades sociais produzidas por elas. A autora propõe que:

Defendo que proteção social significa presença e garantia de usufruto de seguranças sociais públicas acessadas, individual ou coletivamente,

pelos cidadãos e cidadãs, na condição de um direito humano e social, independente da sua idade, sexo, etnia, religião, vida isolada ou partilhada, que proporciona apoio e atenção para enfrentar incertezas, desproteções, fragilidades presentes nas intercorrências da vida que ferem a dignidade humana e o reconhecimento da cidadania. (Sposati, 2016, p. 11)

Os direitos humanos estão nos fundamentos da constituição brasileira atual, portanto, são parte da lei e não são um grupo, uma entidade; eles são fundamentos da vida em sociedade, necessários à reprodução e o desenvolvimento da humanidade. Aliás, pode-se afirmar que a própria noção de desenvolvimento pode ser estabelecida através de várias leituras, uma delas é a que diz respeito às concepções formuladas pelo teórico indiano Amartya Sen quando defende que as liberdades do ser humano estão relacionadas com suas capacidades de realizações.

Sen entende que os seres humanos não nascem portadores de direitos, pois estes direitos têm que ser conquistados e garantidos na constituição; para ele os direitos são dados por alguma instância e estão condicionados a deveres correspondentes (Sen, 2000). Relaciona-se essa questão com a leitura proposta por Arendt (1983), na qual o poder não é simplesmente violência ou dominação, força ou vigor. Para ela: onde existe violência não existe poder e este não é uma qualidade individual, mas coletiva. Ela afirma que “enquanto a força é qualidade de um indivíduo isolado, o poder possa existir entre os Homens quando eles agem juntos e desaparece no instante que eles dispersam” (Arendt, 1983, p.212). Isso implica dizer que o poder é constituído por grupos. A força seria a qualidade de um indivíduo isolado, mas sozinho esse sujeito não poderia exercer poder ainda que dotado de força.

Ainda de acordo com a autora, o poder é a habilidade humana de agir em comum acordo. Força é estritamente violência, que tem um caráter instrumental no sentido de servir-se de alguém como coisa, meio ou instrumento para atingir os seus fins. Essa será típica de regimes totalitários e distingue-se de autoridade, que tem outro significado, pois para ser ter autoridade não é necessária a coerção e sim o reconhecimento de regras sociais. As regras sociais, dessa feita, em sua forma ética garantiriam os direitos humanos “concebidos como direitos partilhados por todos, de cujo benefício todos devem usufruir” (Sen, 2000, p.233). Assim os direitos humanos são possíveis quando os grupos em sua ética assim o reconhecem, a ética a qual as sociedades democráticas modernas se conduzem materializam-se nos atos constitucionais.

Nos direitos humanos está incluso o direito à vida e a liberdade, assim como a da liberdade de opinião e de expressão. Está incluso também o direito ao trabalho e à

educação e várias outras noções que interessam às distintas correntes do pensamento econômico e do pensamento social. Em muitos países existe a negação de direitos fundamentais civis básicos e para Sen (2000) isso é uma negação de liberdade. A propósito, “o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas” (Sen, 2000, P.17). Nas proposições do autor, as ausências das liberdades são, em essência, oposição ao desenvolvimento. Extinguir essas ausências acarretam no desenvolvimento, que seria, em suma, a qualidade de vida e não necessariamente ser dotado de dinheiro.

O conceito está ligado às liberdades às quais os sujeitos desfrutam. Embora, o desenvolvimento das liberdades humanas tenha grande influência com as questões econômicas, sociais e políticas. Outras questões como a saúde, o lazer, o acesso à educação e alimentação integral, ou seja, a qualidade de vida, representam o acesso às liberdades. Essas liberdades por sua vez se traduzem em capacidades humanas. Por exemplo: a privação da liberdade econômica seria uma privação da liberdade, pois priva os sujeitos das liberdades sociais e incapacita-os a acessar a cidadania plena. Sen (2000) salienta que:

Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão. (Sen 2000, p. 1)

Para ele é necessário expandir as liberdades reais das populações e não simplesmente focar o desenvolvimento no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), pois “sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (Sen, 2000, p. 28). A falta de oportunidade social limita as liberdades e dificulta que as pessoas participem da vida pública e as aproximam das mazelas sociais como a fome, o adoecimento mental, analfabetismo pois, para o autor, o fato de um cidadão não saber ler, escrever, contar ou até mesmo se comunicar é também privação de liberdade.

A história da mulher, enquanto sujeito social, foi constituída dentro de um paradigma que potencializou a supressão de seus direitos básicos como o trabalho assalariado, à educação, o direito de ir e vir e até o direito a opinião ou sufrágio. Na perspectiva de desenvolvimento como liberdade, entende-se que a mulher foi e ainda é impedida de acessar várias liberdades pois, “adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e homens, afeta – e às vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimos graus as liberdades substantivas para o sexo feminino”

(Sen, 2000, p. 29). De tal forma, independente de raça, etnia e classe social, as mulheres sofrem processos de subjugação social.

Em contraposição a isso, muitas são as liberdades que podem ser acessadas; “entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta” (Sen, 2000, p. 366). A educação, por exemplo, seria um mecanismo de humanização do sujeito pois tem capacidade de fomentar emancipação, sendo esta última uma das muitas liberdades.

Sen também entende que o Estado tem a função de criar mecanismos para fortalecer as liberdades humanas, sendo que “o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.” (Sen, 2000, p. 71). Assim o Estado deve garantir políticas públicas que assegurem direitos sociais dos indivíduos, mas isso não significa fazer assistencialismo, e sim assegurar mecanismos de igualdade e paridade de oportunidades.

O Estado é uma instituição em que, a depender de quem o controla, as relações sociais podem caminhar para a barbárie da violência institucionalizada ou para políticas que promovam a cidadania. Para Marx e Engels (1998, p. 74) “todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta”. Questiona-se, então, considerando essa ideia, se o Estado está a serviço das classes dominantes, como poderia criar mecanismos capazes de resolver a questão das desigualdades territoriais?

Se por um lado entende-se que o Estado se coloca a serviço das classes dominantes, por outro há o reconhecimento de que sem este as políticas de proteção social são inaplicáveis; assim constatam Torres e Ferreira ao afirmar que o trabalho da proteção social deve estar presente na vida social dos cidadãos e seus territórios, ao passo em que “não se trata de um controle da vida por parte do Estado, mas sim de uma postura protetora que, ante a violação de direitos, se coloca como agente ativo no combate a violação e na proteção das vítimas, sem Estado, não é possível que essa proteção seja assegurada pelos cidadãos e cidadãs.” (Torres e Ferreira, 1998, p. 291)

Concorda-se com Rocha (2008) quando define que:

Fazem parte deste Estado e não fazem parte do seu governo a Constituição, o conjunto de servidores públicos estáveis, o patrimônio público, a máquina burocrática pública, as forças públicas, etc. Isto porque a sociedade precisa que estas instituições sejam estáveis e impessoais, que não estejam sujeitas às mudanças de governo no processo eleitoral



e que sejam republicanas pertencentes ao conjunto da sociedade e não aos interesses de quem está no poder. (Rocha, 2008, p. 141).

A Assistência Social é um conjunto de ações e leis do Estado que visam a emancipação dos sujeitos e se pretende romper com as práticas assistencialistas. No entanto abriga programas, como o Bolsa Família, que tem um potencial de gerar acomodação na população e a instrumentalização para usos político-partidários. Isso não quer dizer, necessariamente, que a Assistência Social, tampouco o Bolsa Família, é simplesmente uma política do assistencialismo.

As classes que comandam o Estado se movimentam no sentido de instrumentalizar a Assistência Social, mas essa como um direito fundamental e como dever do Estado, precisa se afastar das práticas assistencialistas baseadas em ideias clientelistas que usam o poder público ou as instituições como formas de acomodação da população, estabelecendo domínio através da troca de favores. O assistencialismo nunca teve objetivo de emancipar nem de incentivar a busca pelo direito às liberdades; mesmo assim com esse viés criou-se o modelo de assistência que até nas décadas de 1980/90 “eram símbolo de uma ação a ser negada por significar tutela, favor, voluntarismo, clientelismo, assistencialismo, ação pontual e nunca campo de estudo e muito menos política social” (Sposati, 2004, p. 03).

Já a Assistência Social como política de Estado e, não de governo, tende a se aproximar das noções de direitos humanos e de possibilidades de emancipação social. A criação dos CRAS baseou-se nessa intenção, um dos seus objetivos maiores é o de fortalecer as resistências contra as contradições sociais, junto às populações e não pelas populações.

A desigualdade social se firma nessa perspectiva como um ponto central da discussão que se propõe, pois é através desta, considerada uma das mais graves privações da liberdade, que surgem as ideias assistencialistas, o assistencialismo religioso e posteriormente, a Assistência Social como política de Estado. A desigualdade Social, aqui, não é apenas entendida pelo caráter puramente econômico. Considera-se que do processo de construção da desigualdade, faz parte a desigualdade de direitos, assim como a diferenciação de direitos entre homens e mulheres, negros e brancos, etc.

### **2.3.1 A Privação das liberdades na formação histórica do Brasil**

O Estado brasileiro tem sua história repleta de atos constitucionais que por vezes avançam, por vezes regridem acerca dos direitos humanos. A constituição imperial de

1824 é exemplo disso, tendo essa sido objeto de fortes críticas quando dissolveu a constituinte anterior e criou um conjunto de leis autoritárias. Já a constituição da república de 1891 promoveu a ampliação dos direitos humanos, mas manteve a estrutura de desigualdade e o controle sobre os desfavorecidos. Nessa, o direito ao voto é ampliado, abolindo a exigência de renda para o exercício do direito, mas ainda o restringia a um grupo de pessoas e excluía principalmente a população marginalizada - diga-se a população negra e as mulheres.

Os abusos de poder cometidos por agentes do Estado mostraram as fragilidades do regime, considerado por muitos, não republicano. Nesse contexto algumas reformas foram aplicadas, mas sem sucesso. A situação dos direitos humanos se agrava com o que ficou conhecido como a revolução de 1930, quando aconteceu a dissolução do congresso nacional e dos direitos políticos e sociais. Nesse período era comum o desrespeito aos direitos humanos e, conseqüentemente, isso provocou reações que dois anos mais tarde culmina em um governo provisório e na perspectiva de uma nova constituinte.

A censura a órgãos da imprensa era comum e a participação popular nas decisões políticas cada vez menor. Mas é em 1934 que se processam alguns avanços. Todos imbricados pelos processos legais da constituição formulada na época, que promoveu proteção social à classe trabalhadora, incluindo o direito a um salário mínimo, repouso semanal e o limite de 8 horas diárias de trabalho. Através dessa constituição podia-se falar em direitos que buscassem o bem estar geral da população brasileira.

Não custou a aparecer outro processo que interferiu na constituição, e se apresentou nas iniciativas do Estado Novo, quando, em novembro de 1937, instituiu o autoritarismo e a suspensão da maioria dos direitos civis. O direito de ir e vir, o sigilo a correspondência, a liberdade de reunião e outros direitos básicos foram excluídos. Só em 1946, através de uma nova constituição, é que o país passa por um processo de redemocratização, de recuperação de direitos civis e a ampliação de outros. Essa normalidade volta a ser interrompida após o golpe militar de 1964, com a criação da Carta Maior de 1967, constituída dos Atos Institucionais (AI-1 e AI-2) e sucessivamente até o ato institucional mais restritivo e antidemocrático, conhecido como o (AI 5).

Nesse processo houve, novamente, a restrição ao direito de reunião, e um conjunto de arbitrariedades contra civis e personalidades públicas como artistas, políticos e sindicalistas. A greve passa a ser proibida, o trabalho infantil é permitido a partir de 12 anos de idade e a diferenciação salarial por questões de gênero e idade é institucionalizado. Dessa feita a corrupção e a violência tomaram o cotidiano do governo militar, onde as

seções de tortura a opositores eram comuns e a promoção da barbárie se instalou de forma plena e institucionalizada.

Esse breve relato da história dos direitos humanos no Brasil escancara a existência de um conjunto de forças que sempre imperaram no sentido de manter seus privilégios e um controle através do Estado, ainda que isso implicasse passar por cima dos direitos básicos da maioria da população. Fica evidente o fato de que o Estado brasileiro tem um histórico de desrespeito aos direitos humanos, através de constituições autoritárias no decorrer da história e, em alguns casos, da constituição atual.

Destaca-se que os mecanismos que dão legitimação a essa forma de coerção da maioria usando o aparato estatal estão na base da constituição da sociedade brasileira. A obra de Faoro (2012) proporciona uma análise crítica e profunda das estruturas de poder no Brasil, abrindo espaço para reflexões sobre as persistentes práticas patrimonialistas e oligárquicas que moldaram a sociedade brasileira. O autor examina a formação do patronato brasileiro, destacando a ambígua relação entre o público e o privado que caracteriza as elites históricas compostas por burocratas, aristocratas e letrados.

O termo "patrimonialismo", cunhado por Max Weber, é introduzido na narrativa para enriquecer a compreensão desse fenômeno. Weber (1999) o define como uma forma de organização social baseada na economia doméstica e uma autoridade tradicional, caracterizada por uma relação desigual de dominação. Faoro (2012) destaca a relação íntima entre o governante e o Estado, assemelhando-se a uma propriedade privada estendida em que o governante trata o aparelho estatal como seu patrimônio pessoal.

No âmbito do patrimonialismo, Faoro observa o predomínio do controle estatal e a utilização da máquina governamental para beneficiar grupos específicos sem um comprometimento genuíno com o bem-estar da sociedade. Ressalta-se a persistência do patrimonialismo e do clientelismo desde sua introdução pela coroa portuguesa durante a colonização, atravessando diversos séculos como um sistema enraizado na estrutura política brasileira.

A ideia do estamento também pode ser explorada como um instrumento do controle patrimonialista do Estado. Esse estamento coopta as ferramentas de atuação estatal, não em busca do interesse público ou de uma matriz ideológica, mas como uma visão personalizada e autorreferenciada, resultando em uma confusão entre as esferas pública e privada. O estamento busca sua autopreservação, perpetuando seus valores e baseando-se na desigualdade pela honra pessoal e no exclusivismo social.

O resultado desse contexto histórico está no que Souza (2017) irá discutir em "A Elite do Atraso", onde o autor argumenta que a elite brasileira mantém atitudes vinculadas à herança histórica do período escravocrata. Ele destaca como as estruturas sociais e econômicas criadas durante a escravidão geraram uma elite que perpetua valores e práticas, fortalecendo a desigualdade e o atraso no país. A elite do atraso, segundo Souza, atua para manter seus privilégios econômicos e sociais, muitas vezes prejudicando o desenvolvimento do país como um todo.

O livro de Jessé Souza destaca a influência dessa elite sobre as instituições brasileiras, incluindo o sistema político, judiciário e mídia, exercendo-a para proteger seus interesses e evitar mudanças que possam ameaçar sua posição privilegiada. Ele argumenta que essa elite contribui para a manutenção das desigualdades sociais, econômicas e educacionais no Brasil e exclui determinados grupos da participação plena na sociedade enquanto contribui para o deprecimento dos direitos humanos.

Em contrapartida, o Estado também produziu constituintes que previam os direitos humanos, aplicando normas de convivência pacífica e formas de controle da violência. De acordo com Santos (1987) os direitos humanos passam a fazer parte das políticas de Estado no processo de educação para cidadania.

O território brasileiro é um produto social que tem, na sua gênese, a história de dizimação de povos indígenas e de suas culturas, através da violência e de imposições culturais e religiosas. No decorrer da história brasileira surgiu o flagelo da escravidão negreira e tudo que implicou na produção do território nacional sob essa lógica.

Grande parte da riqueza do Brasil colônia foi produzida pelo trabalho escravo em meio a toda violência que constitui a sua história. O que culminou na exclusão (via de regra, como escolha política) de grupos populacionais, ao passo que produziu um território desigual refletido na divisão do trabalho, na desigualdade de gênero e da exclusão de grupos raciais e étnicos.

Somente a partir do final do século XX, com a promulgação da constituição de 1988, é que se passa a inserir como políticas de Estado as propostas que envolvem a ampliação dos direitos humanos. Nesse contexto surge, através do artigo 194 da constituição federal de 1988, a lei de Seguridade Social. Essa estabelece que todo cidadão brasileiro tem direito à proteção social do Estado e esses pilares devem ser garantidos através do tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Destarte, formou-se o embrião do que hoje é constituído como Política de Assistência Social, que opera na esfera do desenvolvimento social. Alguns gestores municipais

se atrevem a adjetivá-la como política de garantia de direitos. O que evidencia que os atos constitucionais, as leis, estatutos e as instituições de controle que deveriam garantir os direitos já estabelecidos na constituição não estão cumprindo o seu papel.

Ao observar o exemplo do combate ao trabalho infantil, sabe-se que existem leis específicas no Estatuto da Criança e do Adolescente que versam sobre o tema e combinados com as instituições, como o ministério público e a polícia, se conecta a toda uma rede de amparo. Ainda assim, não há uma efetividade fecunda no combate à exploração do trabalho de crianças, em sua maioria preta e parda, mas, exclusivamente, pobres. Isso ao se considerar o trabalho infantil degradante como uma questão interseccional<sup>3</sup> da criança pobre proveniente dos territórios hegemonzados, geralmente preta ou parda.

Esse fenômeno coexiste dentro do que Marx (1984) entende por superestrutura, sendo essa um produto do que vivemos em cada tempo histórico, e que hoje, reflete as ideias contemporâneas, os aspectos das políticas estabelecidas, dos processos legalistas e estéticos e do controle das mentes através das ideologias. Para ele, o Estado está a serviço das classes dominantes.

Contraditoriamente é o Estado quem, através da lei, determina as políticas que servirão a população. Dessa forma, através da criação da Política de Assistência Social, o Estado brasileiro reconhece oficialmente, na constituição, a necessidade de combater as mazelas presentes nos territórios e com isso propõe que “a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (Brasil, 2004, p.15). Na atualidade, as ferramentas que a Assistência Social dispõe para a superação de vulnerabilidades sociais tem se pautado em estratégias como as políticas de transferência de renda, campanhas de igualdade racial, processos educativos, dentre outros.

É importante que se esclareça o lugar que ocupa Assistência do Brasil. Seu papel não é revolucionário e nem pretende romper com as estruturas do sistema capitalista, devendo ser reconhecido tal como ele se apresenta dentro da superestrutura.

Para Sposati (2016) no contexto do sistema capitalista não opera essa sociedade com a permanência de direitos sociais, e sim regulações no formato de programas atribuídos aos governantes em exercício, sendo assim, para ela, a Assistência Social não tem condições concretas ou legais de superação da desigualdade ou de resolutividade da

---

<sup>3</sup> “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177).

igualdade. Esse “messianismo” que é, muitas vezes atribuído a ela, e outras funções que não condizem com seu verdadeiro papel criam uma falsa ideia que acaba por mascarar “seus efeitos para o cidadão e para o envolvimento da responsabilidade social do Estado brasileiro e sua relação ambígua com a sociedade do capital” (Sposati, 2016, p. 08).

Em contrapartida, o Estado brasileiro, através do livro *Assistência Social e Territorialidades*<sup>4</sup> (2014), propõe refletir em torno de algumas ideias analíticas para construir estratégias de ação nos territórios. Entende-se que o Território e a territorialidade são o substrato no qual se deve buscar os elementos para operacionalizar a política pública a partir da produção científica em Geografia, e das possibilidades, dessa, dialogar com outras áreas científicas, principalmente com as ideias da Assistência Social.

Há quem considere o conjunto de ações da Assistência Social como políticas de redução de danos ou uma espécie de política compensatória e não há por que afirmar que esta não o é. Mas é fato que, nas configurações atuais da realidade brasileira, com o aumento da pobreza e da desigualdade social, do avanço das políticas neoliberais, a retirada de direitos civis, o avanço da uberização da economia e a ampliação dos famintos no Brasil, essa é uma política cada vez mais importante e necessária, não como possibilidade de ascensão de uma nova ordem, mas como uma ferramenta aplicada ao território, que produz alguns efeitos de médio e longo prazo no cotidiano daqueles de dela necessitam, faz saber que:

Há que ressaltar que não se trata de invocar as técnicas e/ou metodologias socioeducativas, ou de desenvolvimento humano, de empoderamento, dentre tantas fórmulas. Este saber é inócuo se não há o domínio do conhecimento teórico-crítico, sem o qual as metodologias por mais modernas que se apresentem serão apenas ferramentas sem utilidade. (Brasil, 2014, p. 189)

De qualquer forma é preciso entendê-la, por suas capacidades, contradições e seus efeitos. Isso não poderá ser feito sem se considerar as formas que o espaço assume sob a égide do modelo de produção vigente, o resultado de suas contradições e os processos históricos de formação do Brasil. Não se deve desconsiderar, também, outras dimensões da construção do território que partem dos movimentos de quem os têm como abrigo e como lugar de existência, de construção de cotidiano ou do lazer e do ócio como

---

<sup>4</sup> Trata-se da publicação do Governo Federal denominada: **Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões Acadêmicas Sobre o Desenvolvimento Social e o Combate à Fome publicada em 2014**, contendo o livro: *Assistência Social e Territorialidades* que se propõe a discutir “as dinâmicas da produção de territorialidades atrelados a uma busca pela ampliação dos direitos sociais e de fortalecimento da cidadania. Busca reconhecer também que há uma polissemia em relação aos riscos e vulnerabilidades, precariedades, desqualificação, destituição, desfiliação e exclusão social que não devem ser analisados sem reconhecer “as históricas desigualdades acumuladas na produção da sociedade brasileira e de seu território, de maneira multidimensional, pluriescalar e relacional” (Brasil, 2014, p. 19)

princípios da vida comum, baseados na lógica de quem busca a qualidade de vida, de realizações e construções afetivas, mas enfrentam um conjunto de forças que imperam nas sociedades contemporâneas e conduzem a outras lógicas desfavoráveis.

Nos territórios dos sujeitos hegemonzados, os índices de insegurança alimentar têm crescido e complicado as condições de existência, sobretudo após a pandemia do COVID 19. Há uma potencialização das problemáticas que, para além dos efeitos da desigualdade de renda nos mais distintos territórios, continuam a existir. Um exemplo disso é a violência contra a mulher, que não é necessariamente resultado da pobreza, mas do machismo estrutural. O crescimento da depressão entre jovens também é resultado das demandas sociais surgidas nos últimos anos, assim como o índice de suicídio, de adoecimento, da falta de perspectiva de trabalho, do racismo estrutural e da violência policial/racial, somadas às outras violências nos territórios que ampliam as demandas da Assistência Social.

Por tudo isso se deve considerar todas as questões que impactam diretamente nos lugares e no uso do território pelas pessoas que nele habitam. Assim as situações de violência de gênero, racismo, os movimentos de luta por direitos, as relações de pertencimento e afetividade, dentre outros que se materializam no uso do território, também são parte da reprodução da vida comum. Através da Assistência Social, isso passa a ser objeto de ação do Estado, no sentido de criar mecanismos que fortaleçam os processos de luta por direitos com vias à emancipação dos sujeitos que habitam os territórios hegemonzados.

### **3 TERRITORIALIDADES<sup>5</sup> DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

---

<sup>5</sup> Identificação das territorialidades do SUAS segundo normativa:

(Lei nº12.345, de 2011)

- A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades ... (Art. 2º - II)
- Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais (Cap 3. Art. 6º - IV)
- As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, como base de organização, o território. (Art. 6º - § 1º)
- A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da Assistência Social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. (Art.6º A- § único)
- O CRAS é unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Art. 6ºC - § 1º) Brasil (2013, p.64).

Esta seção concentra os esforços na interpretação das territorialidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Busca-se investigar as territorialidades dos CRAS de Vitória da Conquista com vistas a compreender as diversas nuances geográficas na perspectiva da política de Assistência Social e a interpretar de que maneira o Território Usado se configura como base para a reprodução dos CRAS.

Entende-se que as territorialidades da Assistência Social estão ligadas às liberdades acessadas através dos direitos fundamentais conforme pode-se observar nos seus documentos oficiais. Destaca-se que:

Nesta primeira aproximação, a territorialidade do SUAS pode ser compreendida, também, como a construção de um projeto de território dos direitos que devem expandir-se na escala nacional a todas as regiões e municípios, disseminar-se para abarcar distintas áreas e setores urbanos e rurais e aproximar-se de todos os segmentos sociais em situações de riscos e vulnerabilidades. Trata-se, assim, ao mesmo tempo, de um projeto de produção de novas territorialidades. (Brasil, 2014, p.245)

As periferias e os povoados rurais são os principais alvos das intervenções da Assistência social em Vitória da Conquista, pois esses se convertem em territórios com maior índice de vulnerabilidades. Existe toda uma rede de serviços socioassistenciais direcionados a esses territórios, alguns deles são muito dependentes dessa rede. Como isso se configura e quais os desdobramentos é o que será discutido no decorrer do capítulo.

### **3.1 A rede de Serviços Socioassistenciais de Vitória da Conquista - BA**

De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), o Desenvolvimento Social é o órgão responsável pelas políticas públicas de Assistência Social, de Direitos Humanos e, através dessa premissa, desenvolve estratégias para a implementação de políticas voltadas a superação de vulnerabilidades.

Além do reconhecimento das vulnerabilidades territoriais nos espaços de vivência das populações, outros grupos se apropriam dos espaços da Política de Assistência Social para fortalecimento dos seus processos de resistência, assim a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) é constituída de várias coordenações de proteção a grupos minoritários.

A Coordenação de Diversidade Sexual é um exemplo destacado na SEMDES, dedicada ao fortalecimento de políticas para o público LGBT. Além disso, a pasta engloba políticas voltadas para mulheres, promovendo igualdade de gênero, idosos, habitação de interesse social, e crianças, visando garantir direitos e formação integral.

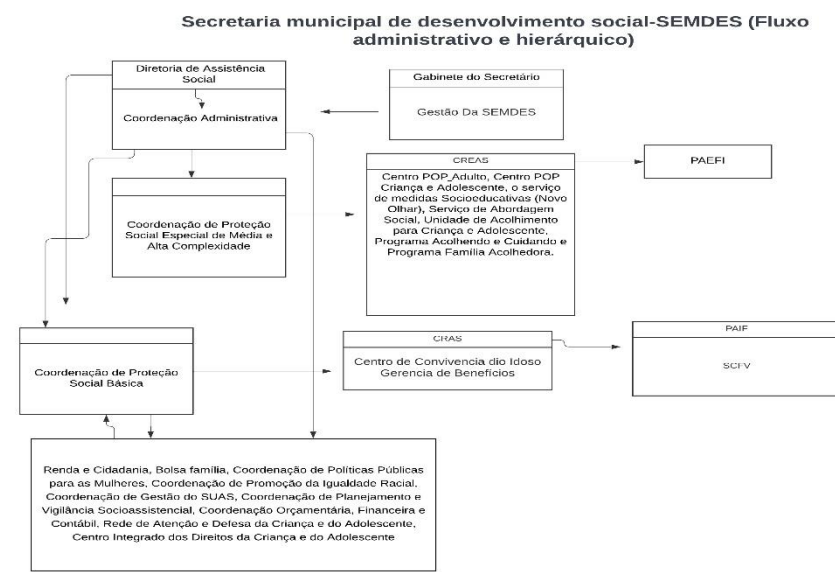


No topo da estrutura organizacional está o gabinete do Secretário, posicionado hierarquicamente abaixo apenas da prefeita. Em seguida, diversas coordenações e equipamentos desempenham funções específicas. A Diretoria de Assistência Social lidera a coordenação e organização do SUAS no município, exercendo papéis administrativos, executivos e deliberativos na Assistência Social local. A Coordenação Administrativa é responsável pelos processos administrativos, desde o controle de materiais até burocracias como licitações e execução de obras.

A Coordenação de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade é um setor focado no atendimento protetivo e na administração de diversos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Esse último com foco na oferta do Serviço de Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos-PAEFI, que acompanha pessoas que sofreram violações de direitos humanos, privações ou se apresentam com vínculos sociais e familiares rompidos. Além dos CREAS outros equipamentos, como Centro POP Adulto, Centro POP Criança e Adolescente, Serviço de Medidas Socioeducativas (Novo Olhar), Serviço de Abordagem Social, Unidade de Acolhimento para Criança e Adolescente, Programa Acolhendo e Cuidando, e Programa Família Acolhedora. Adicionalmente, a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional planeja, coordena e executa ações na área de segurança alimentar e nutricional.

Além dessas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) é composta por outras Coordenações ligadas a Proteção Social Básica, como a de Renda e Cidadania e à Proteção Social Especial, como o Complexo de Escuta Protegida. Ver Fig. 01.

**FIGURA 1 - Fluxo administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social no âmbito dos CRAS e CREAS em Vitória da Conquista – BA, 2023**



Todas essas coordenações e serviços estão subordinados à SEMDES, que é o núcleo administrativo central da Assistência Social local e está situado em uma área próxima ao centro de Vitória da Conquista. Embora grande parte das coordenações opere nas instalações da SEMDES, algumas têm sedes em outras regiões do centro da cidade.

Os órgãos em questão, com exceção dos CRAS e CREAS, enfrentam um desafio significativo ao não estarem localizados nos territórios prioritários da Assistência Social. Isso resulta em dificuldades para estabelecer diálogos eficientes no contexto do trabalho em rede, especialmente com os CRAS e CREAS. Apesar dessa lacuna, um dos objetivos da SEMDES é direcionar todos os seus serviços para atender prioritariamente às necessidades das populações assistidas, com um enfoque especial nos territórios de grupos historicamente marginalizados aos quais se destinam os CRAS. O objetivo é promover equidade e inclusão social, apesar das limitações geográficas existentes.

Os CRAS e CREAS são geralmente implantados próximos às comunidades que usufruem de seus serviços, desempenhando um papel central na aproximação de todos os setores da Assistência Social aos territórios onde a população vive. Diante disso, destaca-se a necessidade imperativa de as coordenações concentrarem seus esforços na integração ao cotidiano dos CRAS e CREAS, reconhecendo a importância vital desses equipamentos para uma abordagem eficaz e centrada na comunidade, capaz de atender às demandas locais e fomentar a verdadeira inclusão social.

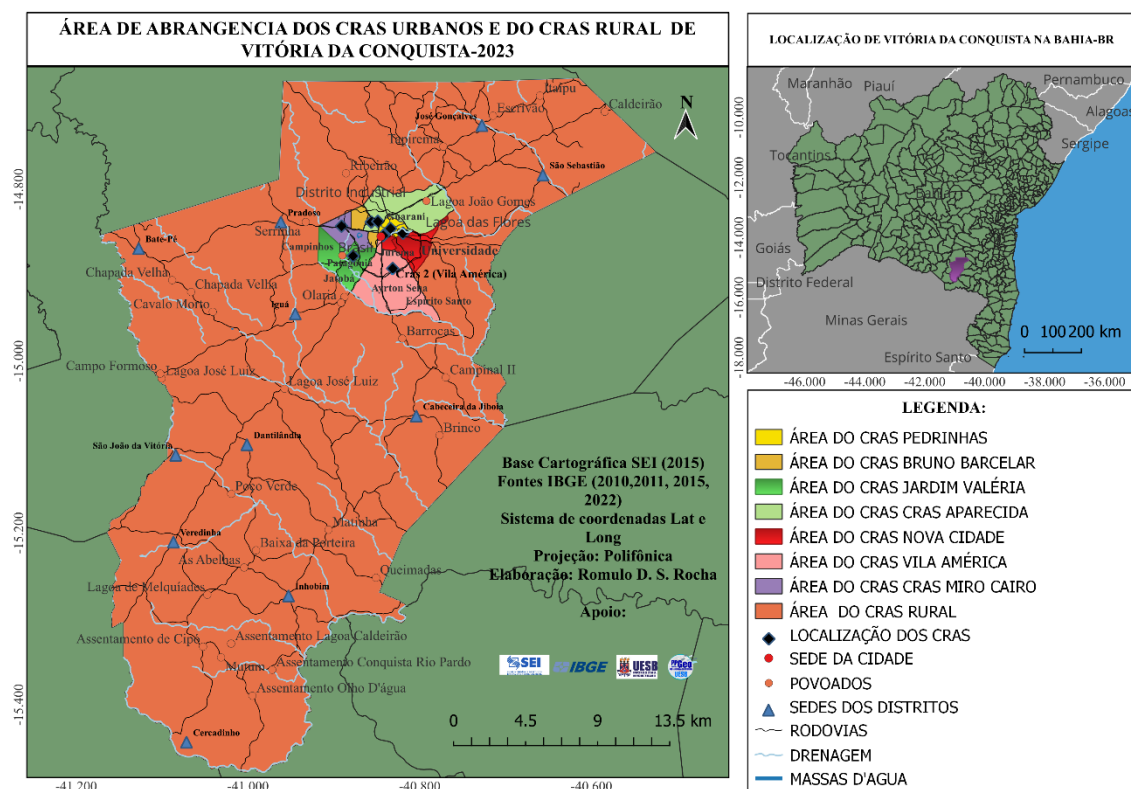
### 3.2 Os territórios dos CRAS de Vitória da Conquista e suas representações cartográficas

Na PNAS, o CRAS é entendido como porta de entrada para todos os outros serviços e programas da Assistência Social. Através de um viés preventivo esse se define como o principal equipamento da Proteção Social Básica. “Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência” (Brasil, 2009, p. 09). Uma de suas funções é reconhecer as vulnerabilidades dos diferentes territórios e criar mecanismos de atuação nos mesmos.

A Coordenação de Proteção Social Básica é o setor que articula e gerencia as políticas da proteção de cunho preventivo e administra os oito CRAS de Vitória da Conquista. Além disso, é responsável, também, pelo Centro de Convivência do Idoso, pelo gerenciamento de benefícios como o Bolsa Família e pelo Centro de Convivência Conquista Criança.

Na cidade de Vitória da Conquista, a localização dos CRAS dá um indicativo de como a vulnerabilidade é entendida sob o olhar da Assistência Social local. Observa-se através do **Mapa 01** que a distribuição dos CRAS é feita com objetivo de cobrir toda a cidade, mas as unidades dos CRAS estão localizadas em zonas específicas do município. O critério de escolha dos bairros onde os CRAS urbanos se localizam estão ligados aos índices de vulnerabilidade social, reconhecidos pelo poder público. Já o CRAS Rural, está localizado em uma área do Centro da Cidade, por considerar a mobilidade da população de zona rural e a concentração do transporte que faz linha entre os distritos e o espaço urbano municipal.

## MAPA 1 - Localização e abrangência dos CRAS em Vitória da Conquista – BA, 2023



Elaborado por: Rômulo D S Rocha-2023

O mapa apresenta todos os oito CRAS da cidade em funcionamento, até o ano de 2023, sendo eles o CRAS 1 (Bruno Bacelar); CRAS 2 (Vila América); CRAS 3 (Cruzeiro/Pedrinhas); CRAS 4 (Jardim Valéria); CRAS 5 (CRAS Rural); CRAS 6 (Nova Cidade); CRAS 7 (Nossa Senhora Aparecida) e CRAS 8 (Miro Cairo).

### QUADRO 1 - Relação dos CRAS do município de Vitória da Conquista- BA-2023

CRAS 1 - Bruno Bacelar	Sua implantação consta do ano de 2008, sendo este o primeiro CRAS a ser inaugurado no município. Este CRAS está localizado no Loteamento Bruno Bacelar que atende as localidades: Bruno Bacelar, Pombal, Ana Carolina, Nenzinha Santos, Itapoã, Ubaldino Figueira, Urbis V. Urbis II, Urbis III, Santa Cruz, bairro Brasil, Santa Helena.
CRAS 2 - Vila América	Inaugurado em 19 de julho de 2008, atende as localidades: Vila América, Morada dos Pássaros I, II, III, Morada Real, Renato Magalhães, Urbis VI, Boa Vista, Ayrton Sena, Vila Elisa, Loteamento Stº Antonio, Loteamento Lorena, Loteamento Parque Stª Mônica e Jardim Guanabara, Parque Imperial, Ipanema, Jurema.
CRAS 3 - Cruzeiro/Pedrinhas	Localizado no Bairro Cruzeiro e implantado em 10 de junho de 2011. Atende as localidades: Pedrinhas, Alto Marrom, Cruzeiro, Petrópolis, Guarani, Centro, São Vicente e Sumaré.

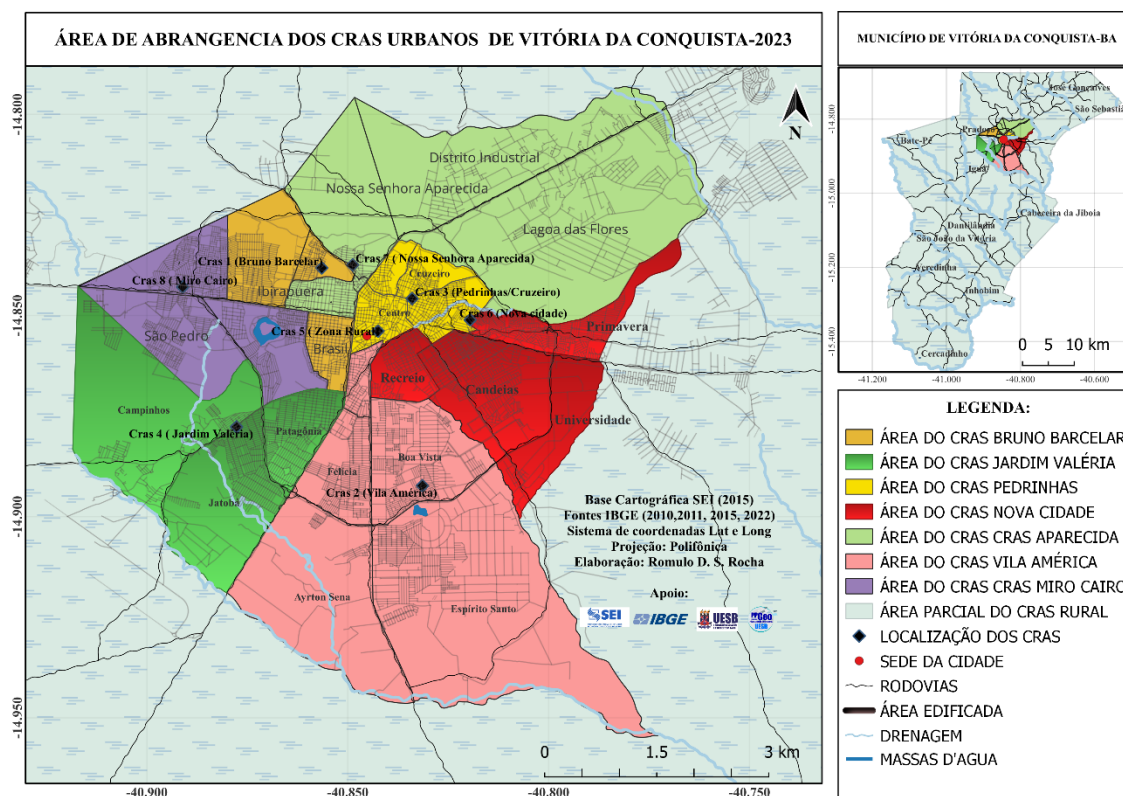
CRAS 4 - Jardim Valéria	Foi implantado em 03 de outubro de 2011, é o de número 4, localizado no loteamento Jardim Valéria (bairro Jatozá), atende as localidades: Jardim Valéria, Jardim Copacabana I e II, Jardim Sudoeste, Morada Nova, Morada das Acácias, Conveima 1 e 2, Cidade Modelo, Santa Terezinha, Simão, Conjunto Vitória, Vila da Conquista, Kadija, Patagônia, Antônio Brito e Campinhos.
CRAS 5 – Zona Rural	É o responsável pela Zona Rural e atende as localidades dos onze distritos de Vitória da Conquista e seus mais de 200 povoados, mais os povoados do distrito sede 01 e 02. De acordo com site do Ministério do Desenvolvimento Social (2023) esse CRAS 5 foi implantado no dia 8 de agosto de 2011.
CRAS 6 – Nova Cidade	Localizado no loteamento Nova Cidade, esta atende às localidades do Nova Cidade, Panorama I e II, Stª Cecília, Boa Esperança, Stela Figueiras, Padre Anchieta, Jorge Teixeira, Vivendas da Serra, Alto da Conquista, Veloso, Bela Vista, Loteamento Pôr do Sol, Alto da Colina, Alto dos Carvalhos, Alto das Candeias, Loteamento Morada da Vitória, Candeias, Recreio, UESB, Flamengo, Urbis I, Inocoop I e II, Bem Querer.
CRAS 7 - Nossa Senhora Aparecida	Implantando em março de 2012, localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, atende as localidades: Nossa Senhora Aparecida, Ibirapuera, Lagoa das Flores, Centro Industrial, Iracema, Periperi, Cedro, Chácara Guarani, Fazenda Paixão e Distrito Industrial.
CRAS 8 - Miro Cairo	O CRAS Miro Cairo foi implantado em maio de 2013, que atende as localidades: Miro Cairo, Henriqueta Prates, Loteamento São Pedro, Cidade Maravilhosa, Senhorinha Cairo, Terras do Remanso, Recanto das Águas, Vilas Serranas I, II, III e IV, Bateias I e II, Urbis IV, Loteamento Cidade Serrinha, Laje Grande I e II, Pacheco, Loteamento. Sobradinho e Nova Esperança.

Fonte: Autor 2023

Excetuando-se o CRAS 5, que atende exclusivamente a população de zona rural, os sete CRAS urbanos, somados, abrangem todo o conjunto dos bairros e loteamentos de Vitória da Conquista e estão em localização estratégica conforme mostra o Mapa 2.

O loteamento Bruno Bacelar foi o primeiro a receber um CRAS no município e se caracteriza por ser um território da periferia, cuja grande parte dos terrenos é proveniente de ocupação ilegal, sendo também um reduto de vivência para trabalhadores de baixa renda. Os altos índices de violência, as questões de infraestrutura e a dificuldade de acesso aos serviços da cidade são características que potencializam as vulnerabilidades e os processos de marginalização do loteamento na cidade de Vitória da Conquista e isso justifica a prioridade desse território para receber o primeiro CRAS.

## MAPA 2 - Localização dos CRAS da zona urbana e suas respectivas áreas de abrangência em Vitória da Conquista-Bahia- 2023



Elaborado por: Rômulo D S Rocha-2023

O perfil socioeconômico e socioterritorial das localidades que recebem os CRAS é bem parecido com o do Bruno Bacelar. O loteamento Vila América, por exemplo, que foi o segundo território no município a receber um CRAS, é conhecido por um elevado índice de ocorrências violentas e por se caracterizar como um território socioeconomicamente desfavorável. Sua (re)produção se inicia após a cessão dos terrenos, pela prefeitura, para a construção de moradia de trabalhadores. Na atualidade, conflitos novos aparecem devido ao processo de especulação imobiliária provocada pela construção de condomínios fechados no entorno do bairro Boa Vista, que abriga o loteamento Vila América, gerando processos de especulação, gentrificação e de desterritorialização de várias famílias.

Todos esses territórios que recebem os CRAS de Vitória da Conquista são espaços de lutas e conflitos sociais. Muitas lutas foram tecidas na construção destes em prol das melhorias estruturais e ainda são comuns no dia a dia da população que depende desses territórios para a reprodução da sua vida e, assim, buscam também o direito a cidade e o de uma melhor requalificação da vida urbana.

As problemáticas presentes nos territórios justificam a presença dos CRAS em meio às contradições presentes na concepção dos espaços, nas classes sociais, na divisão social do trabalho e etc. Com base no livro: *Assistência Social e Territorialidades* (2014), afirma-se que o processo de exclusão/inclusão social são aspectos fundamentais para entender as territorialidades constituídas através da leitura dos CRAS e por isso essa é uma orientação a ser seguida no sentido de buscar uma forma mais eficaz de atuação nos territórios.

O Território Usado abriga em si as problemáticas que são o foco das ações dos CRAS. Os CRAS fazem parte de uma rede de proteção social que integra setores da sociedade civil e do Estado no combate a essas problemáticas, presentes em todos os territórios, mas que aparecem com mais força nos territórios historicamente marginalizados. O estudo do CRAS rural sob a ótica do Território usado deve oferecer uma leitura apropriada de como tudo isso tem funcionado no município de Vitória da Conquista - BA.

### **3.3 A atuação dos CRAS no contexto dos territórios hegemônicos de Vitória da Conquista**

A cidade de Vitória da Conquista – BA se reproduz em um quadro de desigualdades constituídas no processo de formação do território brasileiro, mas é sobretudo no recorte do que será entendido aqui como as periferias do município que as problemáticas do espaço urbano aparecem de forma mais explícita, materializando as contradições da realidade social. Maricato (2003) entende que a periferia é criada e recriada como uma espécie de cidade ilegal dentro de um modo de produção segregativo e considera que:

Essa cidade ilegal inexistente, frequentemente, para o planejamento urbano oficial. Embora as grandes cidades brasileiras contem com um respeitável número de profissionais envolvidos com o tema, não raramente estes trabalham com uma realidade virtual através das representações nos gabinetes, longe do território sem lei, sem segurança ambiental, sem saneamento, constituído pelas áreas de moradias pobres. (Maricato, 1996, p.9)

A periferia é produto social e também resultado das relações de produção engendradas ao longo do tempo. Para Corrêa, (1986) “a periferia urbana tem sido objeto das práticas territoriais das classes dominantes” (Corrêa, 1986, p. 73). Nesse sentido, todo tipo de vulnerabilidade se reproduz com mais ênfase nesses territórios caracterizando-os como espaços de conflitos socioespaciais, que podem ser entendidos quando se analisa a condição real de existência das populações que habitam estes espaços.

Para Santos (1979) “Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade.” (Santos, 1979, p. 229). Acrescenta-se às ideias do autor as necessidades de acesso a quem usa a periferia como lugar de existência com vias a satisfazer suas necessidades de acessibilidade à cidadania. Quem habita as periferias convive com a ausência de bens, serviços e direitos e com o distanciamento social que impede uma apropriação da cidade.

Existem concepções variadas sobre a noção de periferia urbana. Sobretudo na atualidade, na qual fica difícil explicar os espaços periféricos das cidades pelo caráter geometrificado ou pela condição de pobreza dos habitantes. A partir dos anos de 1990, o termo periferia foi adentrando as camadas mais populares e assumindo novos contornos na sociedade brasileira. No início da década de 2000, a indústria do entretenimento se apropriou das questões estéticas contidas nas relações espaciais que permeavam os espaços periféricos e criou, no imaginário popular, uma noção própria do que é ser periferia com forte influência nas produções cinematográficas. Como resultado, tem-se que os próprios moradores da periferia se apropriam do termo e seguem ressignificando os seus sentidos.

As populações das periferias e favelas, no final do século XX, criam movimentos de resistência em prol do direito de contar sua própria história e estabelecer seus próprios valores sobre o lugar onde moram sem a necessidade de intervenção da academia ou de narrativas da mídia. Desse contexto emergiram diversos movimentos culturais e políticos que retratam o cotidiano da periferia por meio da expressão autêntica da população, exemplificado, por exemplo, pelo grupo de Rap Racionais.

Segundo D’Andrea (2020), as noções de periferia da academia foram perdendo preponderância enquanto essa passou a relativizar o termo, mas foi a partir das vozes da população que o termo periferia alcançou uma visibilidade na sociedade brasileira, o que permitiu conceituar os principais espaços de vivência da população trabalhadora que é, ao mesmo tempo, palco de lutas e desigualdades, violência e solidariedade.

É sob essa perspectiva que o conceito de periferia será interpretado aqui. Sendo assim, as características dos territórios atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em Vitória da Conquista, podem ser analisadas à luz das concepções de Maricato (2003), que destaca o distanciamento do Estado em relação aos direitos humanos dos habitantes de áreas subjugadas.

Tanto os espaços urbanos quanto os povoados rurais em Vitória da Conquista, compartilham semelhanças no perfil socioeconômico e socioterritorial, ao mesmo tempo



em que são cenários de lutas, desigualdades, violência e solidariedade. O controle urbanístico exercido pelo Estado e por empresas resulta na fiscalização do uso do solo em territórios onde a legislação é respeitada e os recursos financeiros são aplicados de maneira abrangente. Paralelamente, esse processo contribui para a configuração de uma cidade ilegal. Nesse contexto, a periferia representa essa cidade à margem da legalidade, na qual o Estado, por meio de instituições como a polícia, e sujeitos sociais da psicosfera, concorrem para a supressão dos direitos dos cidadãos e a perpetuação da exclusão social.

De igual forma, as periferias são territórios onde a autoconstrução de residências é comum; em muitos casos as catástrofes naturais atingem de forma letal os habitantes de áreas sem regulação fundiária, ao mesmo passo que o acesso aos mecanismos legais, aos transportes, aos serviços de saúde, dentre outros, é precário ou inexistente.

Considera-se que a característica mais marcante que une os povoados rurais de Vitória da Conquista e os bairros periféricos é o fato de ambos serem territórios nos quais existe a negação de direitos básicos ou, em outras palavras, a negação de liberdades. Além disso, observa-se que os povoados na zona rural de Vitória da Conquista se entrelaçam como uma extensão da periferia, uma vez que a realidade de supressão de direitos humanos nas populações dos bairros periféricos é reproduzida, também, nos territórios rurais, com algumas variações do ambiente urbano para o rural e de território para território, dentro de suas dinâmicas particulares.

Outro elemento que nem sempre distingue a periferia urbana dos povoados rurais de Vitória da Conquista é a paisagem. Houve um tempo em que era possível debater sobre a diferença entre um ambiente rural e um urbano com base na observação da Paisagem. Entretanto, essa lógica transformou-se, como é evidenciado nas Figuras 2, 3 e 4.

**FIGURA 2 - Paisagem do Bairro Nossa Senhora Aparecida - VC/BA-2017**



Fonte: Autor (2017)

**FIGURA 3 - Paisagem do Bairro Nossa Senhora Aparecida - VC/BA-2023**

Fonte: Autor (2023)

**FIGURA 4 - Paisagem do povoado de Bate-Pé - VC/BA-2023**

Fonte: Autor (2023)

O bairro Nossa senhora Aparecida, ilustrado nas Figuras 2 e 3, está inserido no contexto da periferia urbana de Vitória da Conquista. Apesar das áreas fotografadas estarem a pouco menos de 2 km do centro da cidade de Vitória da Conquista (terceira maior cidade da Bahia), leva-se em conta os fatores que foram citados no discorrer das discussões e não em seu caráter geometrificado. O povoado de Bate Pé (Figura 4) está localizado a cerca de 35 km da sede da cidade e é a sede do distrito rural de Bate Pé. Na observação das imagens, sem uma descrição das suas características, ficaria difícil identificar, nos elementos da paisagem, o que é urbano e o que é rural.

No contexto da Assistência Social se considera uma leitura da periferia como território vulnerável onde existe a negação e o distanciamento de direitos humanos básicos, como o acesso à educação, Seguridade Social, a domicílio salubre e a serviços básicos de infraestrutura, além da renda. A periferia e todas as problemáticas presentes na sua reprodução podem ser consideradas como de território vulnerável e, por isso, é referência para atuação dos CRAS.

É salutar esclarecer que a vulnerabilidade social está nas periferias, independente do caráter de renda das famílias. Alguns grupos como as mulheres de todas as etnias e

classes sociais já são uma população vulnerável quando se considera a condição que estas estão sujeitas na sociedade brasileira.

Com base nessa ideia, alguns dados do IBGE de 2010 já mostravam:

A proporcionalidade dos considerados vulneráveis, com base, somente, no quesito renda, foi sempre menor, em todas as regiões do país (média de 7,4%), em relação aos considerados vulneráveis com base no quesito carência social, que atingiu uma média de 36% da população; os considerados vulneráveis pela combinação entre os quesitos renda e carência social chegaram a uma média de 22,4%. Foram considerados não vulneráveis, nesse estudo, apenas 34,2% da população brasileira. (Koga, 1996, p.9)

Esses dados dão o direcionamento de que existe uma carência social, ou seja, não é só renda que conta para se ter uma vida plena; é uma união de fatores que impactam na vida das pessoas que as tornam vulneráveis, tais como os que já foram citados e que são negados, com mais recorrência, aos habitantes dos territórios vulneráveis. A busca das populações periféricas por requalificação socioespacial também é permeada de desafios.

D'Andrea (2020) afirma que “a presença de jovens periféricos nas universidades é constituída por trajetórias quebradas” (D'Andrea, 2020, p. 33), uma vez que a busca por requalificação é dificultada por uma estrutura projetada para que pobres não se apropriem dos espaços de conhecimento e de poder.

### **3.4 O rural de Vitória da Conquista e sua ligação com a política de Assistência Social**

Em se tratando dos territórios do CRAS 5, deve-se reconhecer que o cotidiano das populações nos povoados rurais, cada vez mais, se assemelha ao cotidiano dos loteamentos urbanos visto que, em boa parte das vilas que representam os distritos rurais de Vitória da Conquista, as problemáticas do território rural traçam um paralelo com as problemáticas do território urbano. Não se pode mais restringir a reprodução dos povoados rurais aos processos produtivos agrícolas ou o modo de vida rural.

Há o entendimento de que a infraestrutura nas áreas rurais é mais limitada em comparação com ambientes urbanos. De tal forma entende a servidora do CRAS rural, S.S.A. quando afirma que:

As características sociais e econômicas dos territórios rurais da nossa atuação, podem variar, mas geralmente incluem atividades agrícolas predominantes, como cultivo de café, feijão e milho. A população rural muitas vezes está envolvida na agricultura familiar, e a infraestrutura é mais limitada em comparação com áreas urbanas. Questões

socioeconômicas, como acesso à educação e serviços de saúde, podem ser desafios em algumas regiões rurais. (S.S.A, 2023, informação verbal)<sup>6</sup>

Em contraste com parte das ideias da servidora, observou-se que as populações dos povoados rurais como Iguá e Bate Pé têm uma relação cada vez mais de dependência aos serviços e trabalho na cidade. Seus habitantes se afastam das atividades antes tidas como estritamente rurais e se adaptam a um modo de vida cada vez mais urbano. A pesquisa de campo revelou que, segundo os próprios moradores dessas localidades, atualmente as práticas de produção agrícola são raras no entorno dos povoados.

Esses também observam que as novas gerações cada vez menos se interessam pelo trabalho agrícola e cada vez mais por um emprego na cidade. Muitos se sentem mais conectados com o modo de vida urbano e tendem a perder a identificação com o território de vivência. Em contrapartida, o que era tido como território de paz e sossego agora se apresenta no contexto do tráfico de drogas, na violência policial e doméstica e o no alto índice de desemprego de jovens e adultos, assim como o aumento do trabalho infantil. O modo de vida urbano passa a ser referência para os moradores dos povoados sede de Vitória da Conquista.

Ao se fazer uma reflexão sobre o impacto das mudanças estruturais e tecnológicas na ruralidade questiona-se sobre qual espaço rural é limitado em relação a qual espaço urbano. É necessário que se tenha uma compreensão sensível das transformações no mundo rural que reconheça as características sociais e econômicas variadas nos territórios rurais na atualidade.

Graziano da Silva (2002) propôs a ideia de um novo rural e constatou que este se dividia em quatro grandes subconjuntos: A agropecuária e agroindústria de *commodities*, dotada de tecnologias e que representava o que hoje conhecemos como agronegócio; as atividades ligadas a agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e os trabalhadores expropriados e excluídos dos processos de produção do agronegócio; os serviços que surgem através das atividades não agrícolas, muitas vezes de cunho industrial, lazer e serviços e as atividades que assumem importância no cenário nacional com a modernização de atividades agropecuárias localizadas em nichos de mercado específicos.

Na perspectiva do autor, o meio rural atual ganhou novas funções e transcendeu a ideia básica de território de atividades agrícolas, agroindustrial ou agropecuária e muitos

---

<sup>6</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S.S.A em novembro de 2023 através de formulário Google Forms

membros das famílias rurais se ocupam de atividades não agrícolas, muitas vezes ligadas ao meio urbano, sendo conhecidas como as famílias pluriativas. Faz saber que na década de 1990, em nível nacional, houve uma redução do número de pessoas ocupadas com atividades agrícolas sem que houvesse uma redução de residentes nas zonas rurais brasileiras e essa tendência se processa até os dias atuais.

As populações residentes nos territórios rurais de Vitória da Conquista, principalmente as que são atendidas pelo CRAS rural, são essencialmente contingentes de mão de obra para os serviços, comércio e indústria da cidade de Vitória da Conquista. Boa parte da mão de obra dos jovens ocupados que residem nos povoados rurais é absorvida pela indústria e comércio locais, ao passo que se observa uma diminuição cada vez maior das atividades agrícolas de base familiar nos espaços rurais do município.

De toda forma, entende-se que não é a “agricultura que define a ruralidade e, em segundo, que essa atividade econômica não é exclusivamente praticada em espaços rurais, sendo sua prática bastante comum em espaços urbanos e periurbanos” (Locatel, 2004 p. 141). O bairro Lagoa das Flores, em Vitória da Conquista, é um exemplo dessa contradição, pois é o maior território produtor de hortaliças da cidade, com forte ligação ao mercado local e está localizado no perímetro urbano do município. Em contrapartida a hinterlândia do distrito de Bate Pé não apresenta a mesma dinâmica. Esse é um dos territórios rurais dos quais os moradores têm uma grande dependência com o comércio e a indústria local.

O Censo IBGE de 2010 identificou que, em todo território nacional, há uma concentração maior da pobreza em áreas rurais. Os dados publicados pelo IPEA em 2011 já indicavam uma população de 5,2% de pessoas em extrema pobreza em áreas rurais. Observa-se, através dos Gráficos 1, 2, 3 e 4, o crescimento da extrema pobreza nas diferentes escalas territoriais.

### GRÁFICO 1 - Crescimento da extrema pobreza -Brasil-2012-2023



Fonte: Ministério da Cidadania-SAGICAD-2023

## GRÁFICO 2 - Crescimento da extrema pobreza-Nordeste-2012-2023



Fonte: Ministério da Cidadania-SAGICAD-2023

## GRÁFICO 3 - Crescimento da extrema pobreza -Bahia-2012-2023



Fonte: Ministério da Cidadania-SAGICAD-2023

## GRÁFICO 4 - Crescimento da extrema pobreza -Vitória da Conquista 2012-2013



Fonte: Ministério da Cidadania-SAGICAD-2023

No Brasil, o número de famílias cadastrados no CadÚnico, em situação de de extrema pobreza, cresceu 70.50% de 2012 para 2023, na região Nordeste o aumento foi de 46.68%, no mesmo período. Já no Estado da Bahia cresceu 50.28%, enquanto que na cidade de Vitória das Conquista o crescimento foi de 96.65%.

Na atualidade o crescimento da extrema pobreza atinge todos os territórios, a nível nacional. Mas em algumas regiões, dada as conjunturas da realidade brasileira, esse crescimento é maior que em outras. Os dados indicam um crescimento gradativo da

extrema pobreza que no Brasil saltou de 12.897.221 em 2012 para 21.990.125 em 2023. Os dados do Cadastro Único de beneficiários do Programa Bolsa Família - CadÚnico indicam que Vitória da Conquista é uma das cidades onde o percentual de pessoas em extrema pobreza cresceu mais que a média nacional, regional e estadual.

Deve-se considerar que as entrevistas do CadÚnico são auto declaratórias e os dados são retirados das informações fornecidas pelos beneficiários e podem conter muitas declarações falsas. Soma-se a isso a forma como o programa Auxílio Brasil foi ofertado em 2022, atrelado a um processo de campanha eleitoral cheio de contradições e com vias a oferta de benefícios sem a devida fiscalização, portanto, os dados podem não ser muito fidedignos.

Essa realidade de pobreza, metamorfose dos espaços rurais, periferação, manipulação política, somadas às ausências de direitos humanos presentes nos povoados rurais de Vitória da Conquista, dão uma liga consistente que une Assistência Social e os territórios rurais no município.

### **3.4.1 O Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em Vitória da Conquista**

O diagnóstico socioterritorial é ferramenta importante para uma leitura dos territórios da Assistência Social. É através deste que se deve planejar as estratégias de atuação da rede socioassistencial. Um ator importante desse processo é a Vigilância Socioassistencial que, com base em novos parâmetros surgidos no desenvolvimento da Política de Assistência Social, exigiu “um esforço para superar a ausência de informação e de dados que orientasse a organização do sistema, o processo de planejamento e a tomada de decisão” (Brasil, 2013, p. 46). Isso desembocou na criação de um conjunto de ferramentas capaz de gerenciar um sistema de informações desagregadas que são estratégicas para produzir estudos sobre as vulnerabilidades territoriais e de gerenciar a oferta de serviços socioassistenciais.

Para que a Vigilância exerça sua função na perspectiva territorial, a PNAS/2004 estabelece a necessidade de implantação de políticas articuladas de informação que promovam novos patamares de desenvolvimento da política, das ações realizadas e da utilização dos recursos, favorecendo a participação, o controle social e a gestão. Para tanto, aponta a construção de um sistema de informações com vistas à ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da área, contribuindo para o exercício dos direitos da cidadania. (Brasil, 2013, p. 54)

Seguindo essa lógica, os servidores do CRAS rural juntamente com os servidores responsáveis pela Vigilância Socioassistencial do município, iniciaram uma parte

importante do diagnóstico socioterritorial da zona rural. O diagnóstico foi realizado em vários territórios, nos períodos de outubro de 2022 a fevereiro de 2023, e abrangeu os principais povoados dos onze distritos rurais e dos distritos sede 1 e 2 de Vitória da Conquista e constituiu-se por reuniões com membros dos territórios, nos quais se apresentou um roteiro com perguntas relativas à realidade dos espaços de vivência e discutiu-se a realidade de cada povoado.

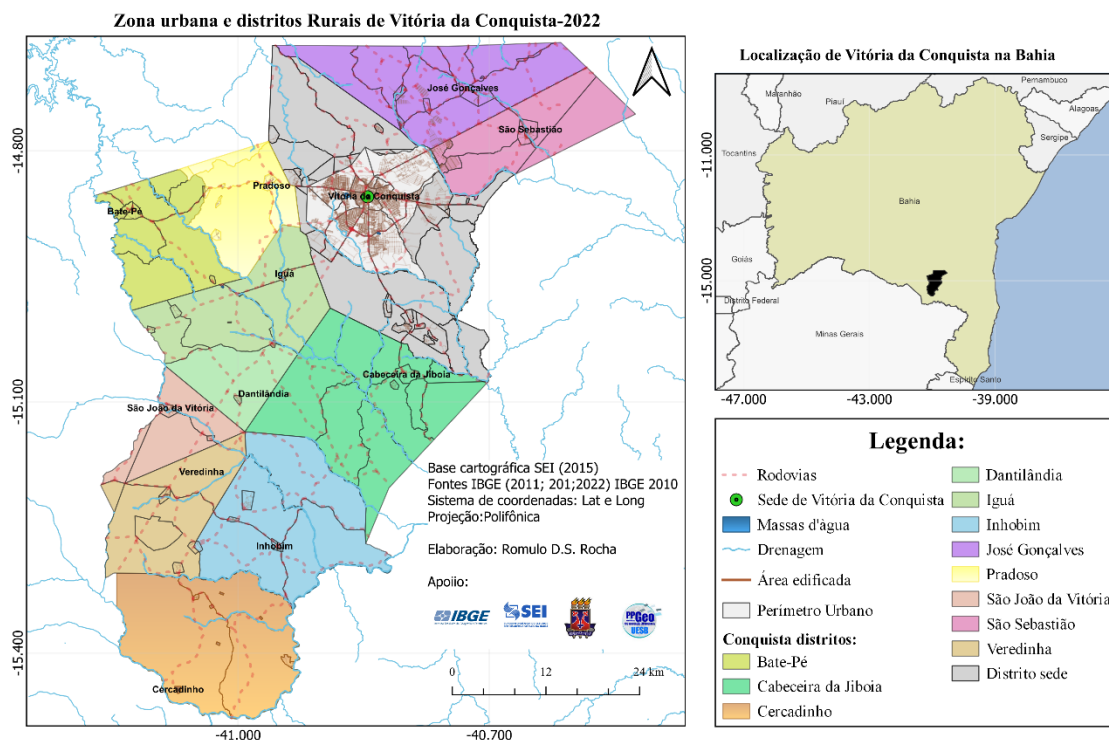
É necessário, antes de dar continuidade à discussão, referenciar uma informação importante sobre os territórios atendidos pelo CRAS Rural. No contexto das divisões do território, mais especificamente na divisão político-administrativa dos territórios intramunicipais de Vitória da Conquista, existem algumas particularidades que criam incoerências. Uma dessas se relaciona ao que se estabelece como rural e o que é considerado urbano. Alguns territórios estão localizados em áreas não muito bem definidas pela administração municipal, dentro dos limites legais de cada zona, e as políticas que atendem com base nas divisões territoriais precisam adaptar-se para cobrir essas áreas.

Nesse contexto o CRAS rural atende, além dos onze distritos exclusivamente rurais do município, uma divisão distrital conhecida como Distrito Sede. O Distrito Sede é subdividido em Distrito Sede 1 e Distrito Sede 2. O Distrito Sede 01 equivale a parte norte, acima do perímetro urbano da cidade e faz fronteira com os distritos de José Gonçalves e Pradoso. O Distrito Sede 02 corresponde a parte sul, de acordo com o mapa 03, faz fronteira com dos distritos de Iguá, Cabeceira da Jiboia e São Sebastião.

A maioria dos povoados rurais localizados nas áreas dos Distritos Sede 01 e 02 são de responsabilidade do CRAS 5 e apresentam uma dinâmica diferenciada dos outros territórios rurais por estar, também, na fronteira do Distrito Industrial do município. Essa localização, no âmbito da Assistência social, influencia na cultura do trabalho infantil em fábricas de bloco e empresas de cerâmica da região.



### MAPA 3 - Divisão Territorial de Vitória da Conquista - BA, 2022



Fonte: Rômulo D S Rocha-2022

Através do Diagnóstico Socioterritorial, iniciado em 2022, a SEMDES de Vitória da Conquista, juntamente com o CRAS Rural iniciaram o planejamento das ações direcionadas a cada território para o ano de 2023 com vias a traçar um panorama das realidades distintas dos povoados e das dinâmicas produtivas internas a eles. Visto que:

Para o entendimento da função da Vigilância Socioassistencial, articuladas às funções de proteção social e defesa de direitos, o território de vivência se coloca como uma referência essencial, pois é nesse território que a dinâmica da vida acontece. (Brasil, 2013, p.64)

O mais importante nos encontros foi discutir e entender a realidade dos moradores com base na leitura que os próprios fazem do espaço habitado. Em campo, algumas análises estabelecidas através das narrativas dos moradores revelam que há a construção de uma identidade rural cada vez mais próxima das atividades urbanas e dependente das políticas de Assistência Social.

As reuniões do Diagnóstico Socioterritorial seguiram um roteiro predefinido pela Vigilância Socioassistencial do município. Esse roteiro tem por base o artigo: Trabalho Profissional: responsabilidade de Proteção Nos serviços Socio Assistenciais de Torres e Ferreira (2019). Desse artigo foram retiradas e adaptadas as perguntas que nortearam a

escuta. Os encontros também foram importantes para a pesquisa de campo da presente dissertação, correspondendo aos espaços onde foram aplicados a maior parte dos questionários e das entrevistas com os moradores dos povoados e usuários da Assistência Social. Os modelos de entrevistas e questionários aplicados podem ser consultados no apêndice A e B.

É através dessas ações que a Assistência Social pretende se conectar aos territórios de vivência da população atendida ao considerar que conhecer esses territórios nas suas particularidades é base tanto para a Vigilância Socioassistencial quanto para os CRAS adentrarem o território. Para J.N, servidora do CRAS rural, a gestão territorial:

É a execução do trabalho na prática, onde se conhece os pontos positivos e negativos da localidade atendida. E é feita a divulgação dos serviços do CRAS através da sua equipe nos setores mais importantes da comunidade, como na escola, no posto de saúde, na associação de moradores e outros que achar necessário. (J.N, 2023, informação verbal)<sup>7</sup>

O caderno 3 do CapacitaSUAS (2013) reconhece os territórios de vivência como o “chão” da Assistência Social. Associa-se essa ideia ao proposto nas concepções de Santos (2002) na qual o território seria o chão mais a identidade e, portanto, o território usado. Com efeito, “essa noção de território usado é muito valiosa para a política de Assistência Social, pois vai remeter ao território vivido ou ao território de vivência, do exercício da vida” (Brasil, 2013, p.64).

As informações sobre os territórios são fundamentais para a Vigilância Socioassistencial e para os processos de trabalho dos CRAS. Estes devem estar mais focados na perspectiva dos territórios de vivência do que nos processos administrativos, ainda que os resultados dos processos de trabalho se convertam em dados quantitativos.

Geralmente a Assistência Social trabalha com vias ao atendimento por público alvo. Nesse sentido alguns grupos como idosos, crianças e pessoas com deficiência recebem uma atenção especial no planejamento e nas ações colocadas em prática. No entanto o próprio caderno CapacitaSUAS (2013) alerta para o fato de que ao pensar a política social através de públicos alvo corre-se o risco de adotar uma visão homogeneizadora da realidade social. Isso pode limitar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas territoriais, negligenciando nuances, particularidades e complexidades desses espaços.

---

<sup>7</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, J.N em novembro de 2023 através de formulário Google Forms

Em vez disso, é essencial buscar o entendimento sobre a dinâmica dos territórios de vivência, capturando tanto sua singularidade, mas focado em uma leitura da totalidade.

O diagnóstico socioterritorial pode ser feito sob vários olhares e deve envolver o máximo possível de agentes do território, mas, principalmente, os que fazem uso e constroem a territorialidade desses espaços. As populações devem ser escutadas pelas políticas públicas em detrimento do que historicamente foi executado, ou seja, as decisões que costumam vir de cima para baixo e convertem as pessoas em dados estatísticos, na forma de público alvo, de beneficiário ou usuário de serviços. O próprio termo usuário passa uma ideia de que o cidadão atendido é um cliente do Estado e, em alguns territórios do município, o termo não é benquisto pela população por essa expressão estar associada a uso de entorpecentes e o tráfico de drogas.

A concepção de participação compõe um dos eixos estruturantes do SUAS, mas entende-se que a segmentação por público alvo não aproxima as populações da gestão participativa na Assistência Social. Como parte do enfrentamento desse problema, o diagnóstico deve ser aplicado de forma ampla e participativa, ao passo em que:

O Diagnóstico Socioterritorial não pode ficar restrito a um setor ou a um grupo de técnicos da gestão da política pública. Trata-se de um instrumento que pode e deve ser tornado público a todos os técnicos, agentes e cidadãos que queiram conhecer melhor a presença da política nos seus respectivos territórios de atuação. (Brasil, 2013, p.64)

De acordo com o caderno do CapacitaSUAS, o diagnóstico socioterritorial precisa dar chão ao que está definido na base de números quantitativos que compõem a leitura das vulnerabilidades do território. Assim é possível a comparação dos territórios para criar mecanismos que captem as ausências e as carências de infraestrutura dos lugares.

Destaca-se também conhecer a história, o perfil cultural de determinada localidade e as relações intraterritoriais. Em suma, é necessário produzir dados tanto qualitativos quanto quantitativos. Os dados quantitativos são necessários uma vez que, através deles, é possível avaliar o que tem funcionado na Política de Assistência Social. Já os dados qualitativos devem ser buscados adentrando o cotidiano do território onde os profissionais da Assistência Social vivenciam as relações junto aos moradores. Isso parece inviável quando se considera a dimensão física do território de zona rural de Vitória da Conquista associada a fragmentação das centenas de povoados na malha territorial do município versus as limitações inerentes ao CRAS rural.

Por fim, para fazer Diagnóstico Socioterritorial, é necessário pisar o chão da política de Assistência Social e entender esse chão mais a identidade como substrato de todo trabalho da referida política. O chão da Assistência Social é o lugar de vivência das populações. Pisar esse chão significa adentrar e inserir-se no cotidiano dos lugares com objetivo de participar do fortalecimento das horizontalidades territoriais através de ações que envolvem pensar as problemáticas e possíveis caminhos emancipatórios para as populações.

Os encontros dedicados à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS rural destacaram a necessidade de compreender a realidade concreta das comunidades e de seus territórios de vivência. Este entendimento se revela fundamental para a formulação de estratégias eficazes no planejamento e implementação da política de Assistência Social. Os equipamentos que mais se conectam com a realidade vivida dos territórios são os CRAS e CREAS e por isso será importante uma articulação entre os setores e de servidores efetivos nos equipamentos, no sentido de propiciar acúmulo de conhecimento sobre os territórios para uma atuação mais fecunda.

#### **4 O CRAS RURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA: ENTRE AS PROBLEMÁTICAS DE SUA ESTRUTURA E OS DESAFIOS DOS TERRITÓRIOS**

Essa seção é dedicada ao estudo de caso do CRAS Rural de Vitória da Conquista, no qual se analisa as perspectivas da unidade, dos profissionais e das comunidades atendidas. Aqui são apresentados, analisados e discutidos os dados coletados em campo e os seus resultados.

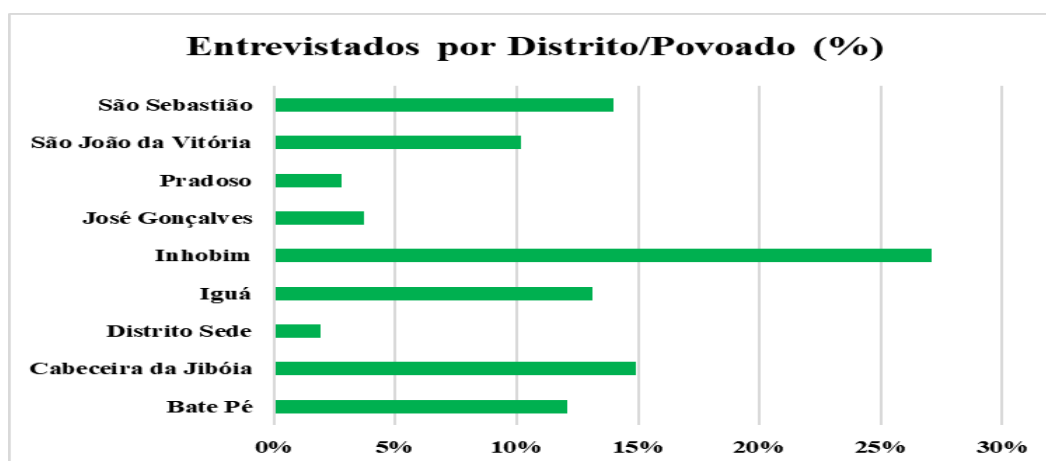
A coleta das informações foi realizada no decorrer de várias reuniões com grupos de moradores nos distintos povoados rurais de Vitória da Conquista em várias ações promovidas por setores da Assistência Social do município, que tinha por finalidade produzir o Diagnóstico Socioterritorial do CRAS rural. Os facilitadores dos diálogos foram os servidores do CRAS Rural e representantes da vigilância socioassistencial do município. As entrevistas propostas pela Assistência Social seguiram um roteiro de perguntas (Anexo 1), no qual se buscou entender as visões, anseios e movimentos de resistência do público participante.

A participação nas reuniões do Diagnóstico Socioterritorial proporcionou a coleta de informações em campo no qual se pôde traçar um perfil dos povoados contendo as mais distintas visões e aspirações dos moradores. Eles foram essenciais nos resultados da pesquisa que, além de ser composto por entrevistas e coleta de informações verbais, também contou com a aplicação de questionários.

A amostra dos questionários foi de 107 pessoas e parte dos seus resultados são apresentados e discutidos no decorrer desse capítulo com vias a analisar o perfil, perspectivas e desafios das populações e a desvendar o espaço vivido sob a ótica de quem faz uso dos territórios para reprodução da vida. Destarte, as análises que compõem a argumentação do trabalho apresentam as problemáticas, desafios, fragilidades e movimentos de resistência nos territórios, sob olhar das populações locais, acrescidas de uma leitura crítica ancorada na ciência geográfica.

Dos onze distritos rurais de Vitória da Conquista, em oito foram aplicados questionários, são eles: Bate Pé, Cabeceira da Jibóia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória e São Sebastião. Em alguns povoados rurais do Distrito sede 1 e 2 também foram aplicados questionários. O gráfico 05 mostra a porcentagem da distribuição de entrevistados por Distrito.

GRÁFICO 5 - Porcentual da população entrevistada por distrito-VC/Ba-2023



Fonte: Autor 2022

Alguns encontros foram realizados nos povoados sede dos distritos. Os que não foram estão dispostos nos povoados da hinterlândia, mais especificamente em Matinha (Inhobim), Comunidade quilombola Barreiro do Rio Pardo (Inhobim), Duas Vendas (Cabeceira da Jibóia), São José (Iguá), Corta-lote (São João da Vitória), lagoa do Boi (Iguá), Rancho Alegre (Iguá), Dantilandia (Inhobim), Povoado Casa de Telha (Cabeceira da Jibóia), Lagoa de Zé Luís (São João da Vitória), Barrocas (Distrito sede 2), dentre outros.

Nem todos os territórios rurais foram contemplados com os questionários, mas os onze distritos e uma parte do Distrito Sede, que é de responsabilidade do CRAS rural, foram abarcados no processo de escuta do Diagnóstico Socioterritorial ou nos questionários aplicados *in loco*.

Os conteúdos extraídos da pesquisa de campo têm como objetivo entender os territórios sob olhar de quem vive o chão e faz uso do território; nesse sentido, as análises que se sucedem destacam as problemáticas, desafios, fragilidades e movimentos de luta dos territórios. O território visto sob o olhar dos moradores representa o espaço vivido e percebido e permite colocar esses atores como essenciais no entendimento da sua própria realidade social.

Constitui-se também, a caráter de organização do trabalho, as problemáticas e movimentos de resistência apresentadas pela população. Esses fatores estão divididos em algumas temáticas que apareceram no bojo das discussões, são elas: Infraestrutura, lazer, violência, segurança pública, saúde básica, saúde mental (depressão), trabalho, preconceito e educação. Esses tópicos ilustram as privações de liberdades vivenciadas pelas populações rurais do município.

O presente capítulo apresentará as histórias de alguns povoados no sentido de analisar a formação territorial destes através da memória dos habitantes locais. Nas análises são consideradas as subjetividades, as lendas e as histórias locais, contadas de acordo com as leituras que os moradores fazem do seu território de vivência. Entende-se que as histórias que contam as origens dos povoados valorizam a memória dos territórios e são reveladoras de processos e construções sociais que apresentam traços importantes da identidade das famílias e dos seus antepassados.

Apresentar-se-á, também, uma discussão sobre a interferência de membros do governo na relação entre CRAS (que é um equipamento do Estado e não de governo) e as populações locais nos territórios. Considera-se que muitas são as liberdades não acessadas pelas populações rurais e os processos de luta por permanência no território são enfraquecidos por atores que exercem influência sobre os lugares, mas são estranhos a eles. Por fim, quando não é o Estado que interfere na dinâmica local, facilitando ou dificultando a vida dos sujeitos hegemônicos, são outros agentes de construção do Espaço. Na maioria das vezes são os sujeitos sociais ligados ao que Milton Santos entende como psicoesfera e que veem o território como recurso. Esses agentes do espaço geralmente são representados por fazendeiros, políticos, empresários etc.

A construção argumentativa e a análise crítica do presente capítulo deve dialogar com o conteúdo das ideias e problemáticas expostas pela população. O conteúdo dos diálogos e os resultados dos questionários aplicados é base das informações que serão apresentadas no decorrer do capítulo.

#### 4.1 Perspectiva socioterritorial do CRAS rural

Dos oito Centros de Referência de Assistência Social que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social em Vitória da Conquista, O CRAS rural é o maior tanto em público quanto em área territorial de atendimento. A oferta pública do trabalho social com famílias é realizada desde 2011, quando a unidade foi inaugurada.

Há uma complexidade dos contextos de vida das populações rurais de Vitória da Conquista e os territórios são bastante diversos no âmbito da zona rural do município. Esse CRAS atende uma extensão territorial que abrange os onze distritos da cidade: Bate Pé, Cabeceira da Jibóia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião, Veredinha e alguns territórios dos distritos sede 1 e 2.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), a população de Vitória da Conquista é de 370.879 habitantes, sendo então considerada uma cidade de grande porte para a Assistência Social. No Censo IBGE de 2010 havia o indicativo de que cerca de 88% da população do município era urbana e 12% rural, com população total de 310,129. O censo de 2022 estima uma população rural de 40.902 habitantes, equivalente a 11% da população do município. O distrito mais populoso é José Gonçalves, seguido por Inhobim e Bate Pé, conforme indica a Tabela 1.

**TABELA 1- População de Vitória da Conquista-BA, por distrito-2010-2022 (%)**

Distrito	População 2022	População 2010	Variação
José Gonçalves	6.722	5.886	14,59%
Inhobim	5.653	6.011	-5,95%
Bate-Pé	5.061	3.978	27,22%
Pradoso	4.268	3.231	32,09%
Cabeceira da Jibóia	4.138	3.729	10,96%
São Sebastião	3.756	3.169	18,52%

Iguá	3.188	3.851	-17,21%
S. J. da Vitória	2.630	2.364	11,25%
Veredinha	2.096	2.268	-7,58%
Cercadinho	1.816	1.998	-9,10%
Dantelândia	1.574	1.492	5,49%
Subtotal	40.902	37.977	7,70%
Distrito Sede	329.977	268.889	22,71%
Total	370.879	306.866	20,86%
Percentual pop rural	11,02%	12,37%	

Fonte: IBGE 2024

A unidade do CRAS Rural, no ano de 2023, contava com 24 servidores sendo onze temporários, doze estatutários e um em cargo de comissão. A formação dos servidores é de nível superior e médio, sendo que dos 24, cinco tem formação de nível médio e dezenove possuem formação de nível superior. A maioria tem formação na área de Serviço Social, três tem formação em psicologia e os demais com nível superior têm formações distintas, todas na área de educação (pedagogia e licenciaturas). Um total de cinco profissionais assistentes sociais e três profissionais psicólogos compõem a equipe de técnicos de referência de nível superior.

Para um comparativo de equipes entre os CRAS do município, o segundo maior CRAS, que corresponde ao Jardim Valéria é, de acordo com a prefeitura municipal:

Entre os CRAS que atuam na zona urbana de Vitória da Conquista, o de número 4 é o que lida com o maior número de pessoas. São mais de 7,2 mil famílias que vivem em bairros e loteamentos (...). Um público inferior apenas ao do CRAS Rural, que atende a toda a população da zona rural conquistense. (PMVC 2023, acesso 23- 12-2022)

Segundo dados do MDS/Cadsuas (2023), o CRAS Jardim Valéria conta com dezoito servidores na equipe. Destes, nove são técnicos de referência de nível superior. Um quantitativo maior que o do CRAS Rural, quando se observa que esse tem o maior território e maior população.

O CRAS rural é servido de sete Serviços de Convivência, enquanto os demais CRAS da cidade ofertam apenas uma unidade de SCFV. Para cada unidade de SCFV é necessário no mínimo um profissional, educador social. Em termos relativos, tem-se um contingente menor de profissionais no CRAS rural em relação ao segundo maior CRAS



do município. A mesma fonte mostra que o CRAS Vila América tem um total de vinte servidores no quadro de atendimento, nos quais seis são os técnicos de nível superior. Já o Cras Nossa Senhora Aparecida, que atende a um dos menores contingentes de público do município possui em seu quadro dezessete servidores ativos, no qual cinco são técnicos de referência de nível superior.

Esses dados ilustram uma disparidade no efetivo de profissionais para atendimento das diferentes unidades dos CRAS que é disponibilizado para os trabalhos com as famílias. A Norma operacional Básica de Recursos humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOBRHSUAS-2011 – determina um número específico de funcionários para as unidades de atendimento da proteção básica divididos da seguinte forma:

#### **QUADRO 2 - Quantidade de profissionais para atendimento dos CRAS segundo a NOBRHSUAS-2011**

##### **CRAS**

<b>Pequeno Porte I</b>	<b>Pequeno Porte II</b>	<b>Médio, Grande, MetrÓpole e DF</b>
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOBRHSUAS-2011

De acordo com NOB/SUAS 2012, a capacidade de referenciamento de um CRAS está relacionada ao número de famílias do território, à estrutura física da unidade e a quantidade de profissionais que atuam nela. Existem leituras diferentes para o conceito de referenciamento de famílias pelos CRAS que podem gerar algumas ambiguidades e interpretações equivocadas pois os CRAS, normalmente, referenciam um determinado território de abrangência e, conseqüentemente, toda população que habita seus limites.

No entanto o cadastro interno do CRAS rural só evidencia um total de 3.766 famílias ativas ao passo em que se estima um total de mais de 12 mil famílias com perfil para atendimento. Ademais, quando se considera a população da zona rural de Vitória da

Conquista de mais de 40 mil habitantes, percebe-se uma população maior que todas as cidades de pequeno porte I e boa parte das cidades de pequeno porte II da Bahia.

O IBGE 2022 calcula que a extensão territorial de Vitória da Conquista está em torno de 3.254.186 Km<sup>2</sup> e possuía uma área urbanizada de 77,51 km<sup>2</sup> em 2019, o que dá um cálculo aproximado de 3.176.676 Km<sup>2</sup> de área considerada não urbana ou de territórios rurais. Significa que o território atendido pelo CRAS rural representa em torno de 97,6% da extensão territorial do município colocando em voga o que pode ser o maior entrave para o seu funcionamento, ou seja, a questão logística dos atendimentos e da gestão territorial.

Alguns insumos, como o de transporte, costumam ser divididos de maneira equivalente entre os CRAS do município, mas fica evidente que o recurso de transporte que atenderia o território do CRAS Nossa Senhora Aparecida é insuficiente para os territórios do CRAS rural. Há um desequilíbrio em relação à qualidade dos trabalhos prestados pelo CRAS rural, ao desconsiderar sua singularidade, sendo que a sua gestão territorial é totalmente diferente da aplicada a um CRAS de território urbano.

Por esses motivos, o desafio maior do CRAS rural é atender tamanha extensão territorial com os recursos que dispõe, ao mesmo tempo em que a oferta de insumos e transporte tem ficado cada vez mais escasso.

No segundo semestre de 2023, o CRAS rural contava apenas com um carro com motorista de empresa terceirizada para o transporte de servidores e insumos nas localidades. Era ofertado, também, o transporte através de Vans para algumas ações pontuais, mas, mesmo sendo notório a insuficiência do transporte para o atendimento, os contratos com as empresas de transporte foram encerrados e, até o início de 2024, o transporte designado para o CRAS rural era o mesmo que atendia todos os outros setores da Assistência Social do município.

No ano de 2015 haviam disponíveis, exclusivamente para o CRAS rural, dois carros de 5 lugares para o trabalho nas localidades, somado à oferta de vans para ações pontuais. Na época, haviam também nove SCFV's em funcionamento em povoados distintos e os servidores compartilhavam o transporte da secretaria de educação, o que proporcionava um atendimento contínuo nos serviços. O acordo com o transporte da educação foi desfeito e, gradativamente, o número de transporte e a quantidade de quilômetros permitidos no mês foram reduzidos até chegar à situação da atualidade. O resultado é que a extensão territorial da zona Rural de Vitória da Conquista é maior que a capacidade de

atendimento da equipe do CRAS e o problema se amplia com a ineficácia do sistema de transporte que é oferecido.

Para tentar otimizar os recursos ao máximo no CRAS Rural, os trabalhos da equipe das Técnicas de Referência (Psicólogas e Assistentes Sociais) se dividem em três linhas: as Técnicas de atendimento do PAIF, no qual o atendimento efetivo com encontros com as famílias é praticamente inexistente; as Técnicas de atendimentos de benefícios eventuais na unidade (cadastros de usuários, pedidos de Benefício de Prestação Continuada-BPC, registro civil e outros), a Técnica de Serviço de convivência (responsável por atuar nos 6 Serviços ainda ativos) e os atendimentos nas subprefeituras localizadas em 3 distritos rurais.

Os técnicos de nível médio do CRAS rural estão representados entre os educadores, no total de oito e os mobilizadores do programa do PIS - Primeira infância no SUAS, que totalizam cinco servidores. O CRAS rural conta, também, com o apoio administrativo, gerência, porteiro e auxiliares de serviços gerais.

A partir do ano de 2013, com novas atualizações da PNAS, os Serviços de Convivência começam a ser integrados a Assistência Social em Vitória da Conquista. Esse passou a ocupar os espaços que antes eram destinados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que, com a reestruturação dos objetivos em 2013, passa por um redesenho. Os objetivos do SCFV incluem o trabalho social com famílias, com vistas a reduzir ocorrências de situações de riscos sociais, visando fortalecer as relações comunitárias e familiares e promover a troca de experiências entre os participantes.

Os distritos de Bate Pé, Inhobim, São João da Vitória, José Gonçalves e São Sebastião são servidos dos SCFV's. Nos anos de 2014 a 2015 o CRAS Rural também ofertava, além destes, os serviços nos povoados de Abelhas, Cabeceira, Limeira e Iguá. Gradativamente esses serviços foram reduzidos e a perspectiva é que mais serviços sejam desativados, a exemplo da atual desativação do Serviço de Convivência de São João da Vitória.

Conforme já mencionado, o CRAS Rural atua com sete unidades de Grupo de convivência, sendo uma unidade no distrito de Bate Pé, duas no distrito de José Gonçalves, duas no distrito Sede 1, uma no distrito de São Sebastião, e outra no distrito de Inhobim. A oferta de grupos de convivência, no CRAS rural de Vitória da Conquista, se dá desde o ano de 2013. Nesse ano, a Unidade do CRAS rural contava com onze SCFV's, mas devido às dificuldades de Gestão e de recursos muitas foram fechadas. Dentre muitas

outras problemáticas, a falta de estrutura e de recursos dificultam os trabalhos dos servidores nas localidades.

Os imóveis do SCFV de Bate Pé, Itapirema, Caiçara, Inhobim, São Sebastião e São João da Vitória, por exemplo, apresentam problemas na estrutura física. O que representam alguns dos muitos entraves que impactam no atendimento do CRAS rural.

Essas são as perspectivas do CRAS Rural de Vitória da Conquista. Entender as condições materiais, as relações e a história do equipamento é um fator de importância no desvendar das territorialidades da Assistência Social local.

#### **4.1.1 Perspectivas dos trabalhadores do CRAS Rural no âmbito dos SCFV's**

Os pilares fundamentais do CRAS são o PAIF e o SCFV. É por meio desses serviços que são implementadas as práticas direcionadas aos processos de trabalho preventivos da unidade. A equipes que compõem esses serviços são compostas pelos técnicos de nível superior e técnicos de nível médio. Destaca-se que o Educador Social, como técnico de nível médio do CRAS rural, desempenha um papel central nos Serviços de Convivência, assumindo a responsabilidade primordial pela condução e sustentação das atividades dos SCFV's.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS rural de Vitória da Conquista são uma representação de espaço vivido. Criar espaços de convivência é um dos objetivos base dos SCFV's. Nesses espaços se constitui parte do cotidiano de jovens, crianças, idosos, homens e mulheres que, de alguma forma, estabelecem referências nesse lugar por via de relações objetivas, subjetivas, pertencimento, territorialização e desterritorialização.

A visão de alguns servidores é que há eficácia do trabalho no SCFV, no que tange a construção de relações com a comunidade. Segundo esses, a capacidade do SCFV participar da vida cotidiana nos territórios, de maneira contínua, o torna o principal ativo do CRAS Rural nos povoados, muitas vezes superando as expectativas estabelecidas para o PAIF.

No CRAS Rural, os profissionais que atuam na linha de frente dos SCFV's são os Educadores Sociais, e a construção de vínculos afetivos é um pilar essencial da atuação desses. Acredita-se que isso facilita a compreensão das necessidades individuais e coletivas para intervenções personalizadas. Além disso, o profissional deve trabalhar

ativamente na promoção da autonomia, no sentido de promover capacitação para que os usuários se tornem agentes de transformação em seus territórios de vivência.

Alguns Educadores entrevistados enxergam as populações que atendem como aquelas que, de maneira geral, ninguém quer cuidar, que são esquecidos por todos e que se encontram às margens da sociedade. Segundo esses, estão englobados nesses grupos, os adolescentes, jovens e idosos que enfrentam situações de vulnerabilidade social. Destaca-se que há uma responsabilidade em assegurar os direitos dessas pessoas e enfatiza-se o papel fundamental do grupo de convivência como um ambiente inclusivo e protetor.

De acordo com os servidores entrevistados, dentre os principais desafios enfrentados pelas populações atendidas, destacam-se os variados tipos de violência, a ansiedade crônica, depressão, estrutura familiar fragilizada, uso de drogas, gravidez na adolescência e insegurança alimentar.

Esse grupo de profissionais entende que os usuários dos serviços são, em sua maioria, pessoas carentes, com ênfase em um grande número de crianças e adolescentes que enfrentam os desafios inerentes a realidade dos seus territórios de vivência e as fragilidades que aparecem tanto no âmbito educacional quanto econômico. A falta de perspectivas de mudanças na realidade socioeconômica dos usuários é ressaltada como algo que deve ser combatido nos grupos de convivências e esses grupos são vistos como um agente potencializador de transformação social.

Para uma técnica de referência dos SCFV's da zona rural, o público da Assistência Social é formado por "Pessoas que estão ávidas pelo conhecimento, por seus direitos, pela atuação na comunidade, e por outro lado, pessoas que foram silenciadas pela circunstância sociocultural e histórica, e que precisam ser incentivadas à autonomia e apropriação de sua história."<sup>8</sup>

Essas visões evidenciam que há uma complexidade das questões sociais enfrentadas pelos usuários atendidos e uma necessidade de reação destes aos problemas impostos. Evidentemente há necessidade de abordagens mais holísticas e integradas por parte dos profissionais no sentido de dar conta de pensar formas de promover as respectivas mudanças das quais os usuários necessitam.

Nos debates que envolvem os profissionais da Assistência Social, existe a preocupação com as fragilidades presentes no cotidiano destes que, muitas vezes, se apresentam em uma realidade socioeconômica e socioespacial que os colocam na mesma posição

---

<sup>8</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S.M.P em novembro de 2023.

de vulnerabilidade que o cidadão por ele atendido. Por vezes essas fragilidades aparecem na realidade objetiva do profissional e por outras aparecem nas deficiências formativas para o trato de situações complexas que exigem formações específicas. No contexto da política nacional de Assistência Social, a exigência de formação para atuar como Educador Social na rede SUAS é de nível médio, o que muitos consideram inadequado diante das complexas demandas enfrentadas pelos profissionais do SUAS que exigem uma formação mais adequada.

Um projeto de regulamentação da profissão está em andamento e propõe a formação de nível superior em área correlata à atuação do profissional para o exercício da profissão. Essa proposta surge em reconhecimento à complexidade do contexto no qual os educadores sociais desempenham suas funções.

A atuação do Educador Social, no Brasil, tem se tornado cada vez mais essencial para promoção do desenvolvimento humano e social, no âmbito das políticas públicas. As práticas profissionais do setor evoluíram ao longo do tempo em resposta às mudanças sociais e, atualmente, a profissão de Educador Social abrange diversos contextos e grupos em situação de vulnerabilidade ou não. O fazer do Educador Social, especialmente no CRAS, transcende a mera transmissão de conhecimentos quando cria estratégias participativas e dialógicas e age como mediador entre os serviços oferecidos em conexão com as reais demandas das comunidades.

O ambiente de trabalho do Educador Social, na zona rural de Vitória da Conquista, não apenas representa um local de desempenho profissional, mas também se converte em um cenário onde sua própria vida se desdobra. Em vitória da Conquista, dependendo do território de atuação, o Educador Social dedica até 13 horas diárias ao trabalho, integrando-se efetivamente no cotidiano das comunidades onde atua.

Destaca-se que a sua rotina laboral tem como objetivo estabelecer laços significativos com os territórios em que atua, buscando incorporar-se à identidade dos lugares. Assim, a construção de relações afetivas entre os Educadores Sociais e as populações locais são intencionais e são parte de um conceito da Assistência Social conhecida como “acolhida”. Nesse contexto, as trajetórias de lutas e solidariedade tornam-se compartilhadas, evidenciando a colaboração mútua diante dos desafios enfrentados. Os processos de trabalho acabam por influenciar a vida dos servidores, que no envolvimento com as populações, por vezes, se frustram devido as fragilidades da política de Assistência social e por outras, fortalecem as relações de horizontalidades nos territórios.

Alguns setores da política partidária e da educação entendem que investir na formação e no reconhecimento do Educador Social é fundamental para maximizar seu impacto na promoção do desenvolvimento social e na construção de comunidades resilientes. Nos CRAS, esses desempenham um papel fundamental na corrente da Assistência Social pois transformam os espaços da referida política em ambientes educativos com vias ao fortalecimento das resistências nos territórios. Seu papel como agente da promoção da cidadania e fortalecimento comunitário destaca a importância de investir nesse profissional para o fortalecimento da educação não formal.

De maneira geral, os Educadores acreditam que o SCFV é central para a política de Assistência Social. Estes reconhecem que, na experiência do CRAS Rural, o SCFV atua como a porta de entrada para o próprio CRAS que é, também, porta de entrada para a Assistência Social e que o serviço desempenha um papel central na construção de vínculos com indivíduo e comunidade, permitindo fortalecer os processos de gestão territorial do CRAS rural. A servidora E. França reforça que:

Os principais objetivos do SCFV são de desenvolver atividades que estimulem a convivência social, abordando questões relevantes sobre a infância, juventude e demais fases da vida, contribuindo para o conhecimento e formação de atitudes e valores que reflitam no seu desenvolvimento. (E. França, 2023, informação verbal)<sup>9</sup>

Os Educadores da unidade avaliam que há mudanças significativas na trajetória de vida dos participantes dos grupos e reconhecem que o serviço realmente conduz ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Entende-se o fortalecimento de vínculos, também, como o fortalecimento das resistências diante das forças hegemônicas que criam verticalidade nos territórios. Isso implica pensar em alternativas de requalificação espacial para além das avaliações genéricas que são comuns nos trabalhos da Assistência Social. A fala da servidora Jacineide Novaes ilustra um exemplo de autoavaliação do trabalho executado nos SCFV'S.

Um ex-educando, anos depois o encontrei, ele relatou a importância do SCFV na vida dele. Um garoto de periferia, sem perspectiva de vida fazia parte de um contexto de violência e tráfico de drogas. (...) passou a pensar no seu projeto de vida, dedicou-se em seus estudos e hoje tem seu emprego. (J.N., 2023, informação verbal, grifo nosso)<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, E. França em novembro de 2023.

<sup>10</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, J.N.V em novembro de 2023.

Observa-se a satisfação com o resultado de um trabalho voltado à busca de uma requalificação social. A entrevistada acredita que através dos processos de trabalho o participante passa a repensar sua trajetória de vida e assume um papel ativo diante da sociedade. O sujeito do relato da servidora se apresentava em uma situação de vulnerabilidade social que, em suas palavras, foi superada quando, por um despertar crítico, se apropriou da educação e isso resultou em uma requalificação socioeconômica.

Na interpretação de outra servidora, a influência do serviço na vida dos servidores é marcada por contradições e falhas sistêmicas, ressaltando a urgência de revisão e aprimoramento da forma de atuação do CRAS Rural. A servidora E. França tem como premissa uma percepção negativa acerca das práticas de trabalho atuais e sugere a busca de alternativas mais efetivas, alinhadas com as reais necessidades da população atendida. Ela observa que a sua experiência com trabalho nos grupos de convivência:

Tem, na maior parte das vezes, uma influência negativa. É estar do “lado de dentro” e saber que as políticas pregadas são ineficazes, ineficientes e improdutivas. Causa uma sensação de frustração ao ver e constatar que a Assistência Social é imprecisa e desacertada, e que falha na maioria das vezes com quem delas as necessita. (E. França, 2023, informação verbal)

A constatação dessa realidade gera, na servidora, o sentimento de frustração quando observa que a Assistência Social tem falhado em atender a população de maneira adequada e se torna motivo de preocupação. Para ela a sua participação como agente nos serviços do CRAS a fez perceber as lacunas e limitações da Assistência Social e a compreensão de sua ineficiência contribui para o sentimento de descrença nos resultados dos trabalhos.

Segundo as servidoras dos o SCFV's da zona rural, a unidade enfrenta sérios problemas estruturais como: a ineficiência de transporte, falta de material de trabalho, falta de espaços adequados, falta de segurança nos serviços e a escassez de profissionais diante da demanda que é expressiva. Além dessas dificuldades, os educadores frequentemente se deparam com a necessidade de lidar sozinhos com uma variedade de questões às quais não lhes é concedido autonomia e formação para atuar.

A percepção dessas dificuldades no cotidiano dos Educadores é ilustrada na declaração de que "são muitos os entraves, observados na falta de transporte, serviços sem segurança e a escassez de profissionais diante de inúmeras demandas, entre outras questões que o educador precisa resolver por conta própria" (S. Nascimento, 2023, informação



verbal)<sup>11</sup>. Além disso, a situação é agravada pelo fato de que a inserção dos Educadores Sociais nas comunidades rurais ocorreu historicamente sem um planejamento adequado, sendo guiada por fundamentos que não condizem com a realidade objetiva dos territórios e as normativas que regem a o funcionamento dos Serviços dos CRAS.

É consenso de toda equipe dos SCFV's do CRAS rural que os serviços ofertados precisam de diversas melhorias, começando pela adequação dos espaços físicos e a criação de ambientes mais acolhedores, com salas amplas e capazes de proporcionar atendimentos em grupo. Entende-se que, “teoricamente, o PAIF seria o “centro” da Proteção Básica, mas é o SCFV que tem sustentado as parcerias com os usuários nos locais de atuação do CRAS rural” (E. França, 2023, informação verbal)<sup>12</sup> por isso há uma necessidade de fortalecer o serviço para fortalecer o CRAS rural.

A citada servidora sugere que o SCFV deveria ser executado em conformidade com as diretrizes preconizadas na tipificação do serviço, tornando-o verdadeiramente contínuo e ininterrupto, em contraponto ao que tem acontecido na atualidade. Essa mudança deveria ser acompanhada pela implementação de um espaço acolhedor e pela ampliação da oferta de oficinas, que, segundo os servidores, fortaleceriam os interesses dos usuários.

Além disso, enfatiza-se a necessidade de apoio e suporte integral da equipe do CRAS Rural que reduziria a sobrecarga de demandas sobre os servidores da linha de frente dos atendimentos. Para isso sugere-se que se implementem “propostas mais atrativas na oferta das oficinas; apoio pedagógico especializado para o suporte aos Educadores e oficinairos e variedade de materiais para o desenvolvimento das atividades” (E. França, 2023, informação verbal)<sup>13</sup>.

Reconhece-se que a burocracia inerente à gestão figura como um entrave significativo que, quando somada a interferência dos setores administrativos, interferem nos trabalhos locais retardando a tomada de decisões e impactando diretamente na continuidade do SCFV. Além disso, nota-se a falta de integração efetiva entre os diferentes setores no qual a chamada intersetorialidade é praticamente inexistente. Isso que dificulta uma abordagem abrangente e integrada, que é necessária para atender de forma eficaz às demandas dos territórios.

---

<sup>11</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S. Nascimento em novembro de 2023.

<sup>12</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, E. França em novembro de 2023.

<sup>13</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, E. França em novembro de 2023.

As observações dos servidores desvendam algumas situações desfavoráveis ao trabalho nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) do CRAS rural de Vitória da Conquista. Destaca-se no serviço de Itapirema, sua estrutura insalubre com risco de acidente elétrico e a falta de água potável para os servidores e usuários. Já Caiçara é descrito pela educadora E. França como um "mausoléu". Em Inhobim, recentemente, houve a reativação do SCFV que, após mais de cinco anos fechado, ocorreu em 2023. Já o SCFV de São João da Vitória permanece desativado sem perspectiva de reativação. Curiosamente a gestão do CRAS rural tem se empenhado na abertura e manutenção de mais um serviço, na região de José Gonçalves, mas o modelo de criação de tais serviços está em desacordo com as normativas da Assistência Social. A propósito, segundo os servidores, nenhum dos SCFV's foram constituídos de acordo com as normativas da Assistência social.

O SCFV de Bate Pé enfrenta restrições operacionais devido a questões estruturais do seu espaço físico. Este fechou para reforma em 2019, mas a requalificação da estrutura, só foi iniciada em novembro de 2023 e até final de março de 2024 não permitia a retomada plena das atividades no espaço. Hoje o serviço de Bate Pé funciona de forma paliativa na Subprefeitura do distrito.

As atividades socioeducativas, antes abrangentes e realizadas em diferentes turnos, foram drasticamente reduzidas em todos serviços. Atualmente cada serviço funciona apenas uma vez por semana, devido a uma restrição na oferta de transporte.

Em Bate Pé, até o ano de 2018, e nos outros serviços, até o período pré pandemia, as atividades eram planejadas mensalmente seguindo os eixos propostos pelo caderno de tipificação dos Serviços de Convivência. A diferenciação entre as turmas de crianças e adolescentes ocorria nos turnos matutino e vespertino, proporcionando discussões, lazer assistido e atendimentos individualizados.

Costumava-se ter oficina de artes e esportes como complemento às atividades, seguida por aulas de música, peças musicais e passeio na cidade. Nos povoados de São Sebastião e Itapirema, além do atendimento às crianças e adolescentes, existia um grupo de mulheres com vias a promover discussões sobre cidadania e resistência nos territórios, além de oficinas laborais.

A visão dos Educadores Sociais do CRAS 5 lança luz sobre os desafios enfrentados pelos profissionais, principalmente relacionados às interferências externas. A crítica recai sobre a gestão municipal, destacando o não cumprimento de prerrogativas básicas

como o fornecimento de transporte adequado para os profissionais, que compromete a regularidade dos atendimentos.

As deficiências de transporte, além de impactar na regularidade dos atendimentos resultam em situações vexatórias para os profissionais, refletindo em tensões e conflitos recorrentes. Além disso, a ênfase da gestão nos quantitativos de atendimentos em detrimento da qualidade do trabalho é um dos principais questionamentos dos servidores.

#### **4.1.2 Perspectivas dos trabalhadores do CRAS Rural no âmbito do PAIF.**

Os técnicos de referência de nível superior desempenham um papel fundamental no Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), concentrando esforços e oferecendo apoio e orientação em áreas como saúde, educação, habitação e trabalho. Paralelamente, assumem papel central no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), auxiliando no planejamento, coordenação e execução das atividades que promovam o desenvolvimento social, cultural e emocional dos participantes, contribuindo para a construção de novas habilidades e o fortalecimento das resistências nos territórios.

A servidora S.S.A considera que atuar como técnica do CRAS rural em Vitória da Conquista tem sido uma experiência enriquecedora e desafiadora. No âmbito do Serviço de Atenção Integral à Família (PAIF), ela entende que seu papel vai além de simplesmente aplicar conhecimentos técnicos, pois seu trabalho envolve uma constante atualização e adaptação às peculiaridades dos territórios rurais, visto que o PAIF “busca fortalecer os vínculos familiares, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações socioassistenciais” (S.S.A, 2023, informação verbal).<sup>14</sup>

Uma outra profissional destaca a importância da orientação para a tomada de decisões, a persistência no acompanhamento para além do que ela entende como conquista dos direitos e a promoção de reflexões e discussões sob a justificativa de que:

O PAIF é o principal serviço ofertado pela Proteção Básica. Identifica-se direitos das famílias que ainda não foram assegurados ou que não tiveram conhecimento ou acesso, ainda, vamos orientar para tomada das providências, acompanhá-los até a conquista desses direitos e além, por mais um pouco. Além disso, o PAIF atua no fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, e promove reflexões e discussões, a partir da escuta, da troca e do planejamento de atividades acordadas em e com o grupo. (S.M.P, 2023, informação verbal).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, Sandra Alves em novembro de 2023

<sup>15</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S. M. P. em novembro de 2023.

Ela considera que o atendimento do PAIF deve “dar visibilidade e voz a essas famílias. Promovendo o fortalecimento de vínculo comunitário e garantindo seus direitos básicos”. (S M P, 2023, informação verbal).<sup>16</sup> Enfatiza-se também a importância da escuta, troca e planejamento de atividades em conjunto com o grupo.

Um resumo das ideias expostas pelos profissionais dos SCFV do CRAS rural permite inferir que a função social do Serviço é fundamentalmente acolhedora. Na visão das servidoras, ela se destina a fortalecer laços familiares e comunitários, implementar ações preventivas e oferecer atividades que explorem as potencialidades dos usuários.

A servidora S. Alves observa que as principais demandas relacionadas ao PAIF, em sua unidade de trabalho, envolvem a busca por serviços e ações destinadas a apoiar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a busca por acesso a benefícios sociais, orientação sobre direitos e outras demandas afins. Ela identifica duas principais categorias de vulnerabilidades. A primeira está ligada a desafios socioeconômicos, nos quais as famílias enfrentam dificuldades financeiras, refletindo diretamente em sua qualidade de vida e acesso a recursos básicos. A segunda vulnerabilidade diz respeito aos vínculos familiares, muitas vezes fragilizados ou até mesmo quebrados, o que intensifica a complexidade das situações enfrentadas.

As divergências de perspectivas sobre a qualidade dos serviços destacam a complexidade e a variedade de experiências dentro do contexto do CRAS rural, ilustrando a dualidade de percepções sobre a eficácia dessas iniciativas. Enquanto existe perspectiva de alguns servidores sobre uma influência negativa na vida do indivíduo, apontando para políticas assistenciais consideradas ineficazes e frustrantes, a visão de dessa servidora em relação ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é mais otimista. Mesmo diante dos obstáculos, há quem considere que o PAIF cumpre o que se prontifica sob o entendimento de que:

Apesar de tudo, o PAIF cumpre seu papel: a garantia de direitos, o fortalecimento de vínculos fragilizados, a prevenção, intervenção e antecipação (pro atividade) em relação às vulnerabilidades das famílias. (S.M.P, 2023, informação verbal).<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S. M. P. em novembro de 2023.

<sup>17</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S.M.P em novembro de 2023.

Contudo, para todos os entrevistados, não se deixa de notar as fragilidades presentes na estrutura de atendimento do PAIF. Uma das entrevistadas entende que “hoje, a principal dificuldade que enfrentamos para o desempenho do (...) trabalho é a falta de transporte, pois o (...) campo de atuação e a zona Rural sem um meio de transporte fica inviável o acesso” (S.S.A, 2023, informação verbal).<sup>18</sup> Para além disso a servidora S. M. entende que há uma morosidade dos serviços que se integram ao PAIF, especialmente os que são das áreas de saúde e do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS. Mas também concorda que há uma descontinuidade involuntária dos serviços, por questões diversas como transportes, agendas, acúmulo de demandas e poucos técnicos para dar conta do território que, segundo ela, é extenso e populoso.

Em sua visão, o desempenho do serviço poderia ser otimizado com a implementação de transporte regular para atender e acompanhar as famílias inseridas, garantindo ao menos encontros mensais. Além disso, seria benéfico contar com um quadro de técnicos mais amplo, evitando sobrecarga individual ao estabelecer um limite de 25 a 30 famílias por técnico.

As fragilidades na implementação do PAIF, no CRAS Rural, são motivos de preocupação diante das dificuldades frequentemente enfrentadas. Os Educadores Sociais e algumas Assistentes Sociais mais antigas do CRAS rural entendem que o PAIF, na sua totalidade, nunca foi efetivamente implementado na unidade, resultando em certa falta de familiaridade por parte de alguns profissionais em relação às suas práticas.

Uma ex-integrante do grupo de referência do CRAS rural relata que há outros entraves que dificultam a implementação do PAIF na unidade. Ela informa que existem demandas de outras instituições, como é o exemplo do INSS e do Ministério Público, que atravessam o fazer da equipe de técnicos de referência e acaba por não sobrar tempo para o PAIF. Sobre essa realidade ela esclarece que:

Em todo CRAS tem isso, mas no CRAS da zona rural é demais, por que está no centro, aí todo mundo que tem problema para acessar aposentadoria vai pra lá. O INSS, tem várias demandas que eles querem embutir nos CRAS. Já se criou uma cultura e o CRAS virou um puxadinho do INSS. Um exemplo. O governo informatizou tudo hoje em dia, ne? Então, tudo é pelo site do Gov. Daí o pessoal que vai pro INSS e não tem afinidade com internet, quer dizer, é a maioria, por que é idoso e pessoas com deficiência, é mandado para o CRAS. Antes a gente fazia todos. Se a gente não ajuda o pessoal fica sem o benefício, mas o CRAS estava virando só isso. Isso e Ministério Público, que manda até hoje

---

<sup>18</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora, S.S.A em novembro de 2023.

notificação para que a gente vá investigar famílias e mandar relatório no prazo de 15 a 20 dias. Veja se a gente é polícia? É absurdo o que tem acontecido. Enfim, O tempo todo de uma técnica dos CRAS de Conquista, ela passa fazendo pedido de certidão de nascimento, cadastro de idoso no Gov, preenchendo BPC e outras burocracias e fazendo visita determinada por algum juiz do Ministério Público. Fica difícil achar tempo para executar o PAIF como ele deve ser de verdade. (A. L. T., 2023, informação verbal).<sup>19</sup>

Outra servidora do quadro atual, a qual será identificada aqui como servidora X, reforça que “Como o CRAS é a porta de entrada para os serviços socioassistenciais, temos uma demanda grande no que diz respeito aos benefícios principalmente o BPC, Bolsa família, documentação civil, passe livre intermunicipal e interestadual” (servidora X, 2023, informação verbal).<sup>20</sup> Essa mesma servidora está designada como técnica de PAIF de uma das regiões mais populosas da zona rural desde 2023. Mas até o março de 2024 ainda não conseguiu promover um encontro com grupo já formado. Ainda assim ela considera que “na medida do possível, no que diz respeito a garantia de direitos, trabalhando de forma que possamos atender os usuários, dando-lhe um retorno ao que ele procura” (Servidora X, 2023, informação verbal)<sup>21</sup> o PAIF funciona bem na unidade.

Observa-se que seu fazer diário permanece muito associado às demandas que a mesma cita, e que se configuram em procedimentos burocráticos, de preencher relatórios e protocolos para concessão de documentos e benefícios. O trabalho nos lugares de vivência acaba por ser negligenciado. Percebe-se também a repetição, de ambas as técnicas do jargão “garantia direitos” ou “Usuários vulneráveis em busca do acesso aos seus direitos” (Servidora X, 2023, informação verbal).<sup>22</sup>

Mas de fato, que direitos são esses? O CRAS garante o BPC, segunda via de certidão de nascimento e carteirinha do idoso? Ou apenas oferta mão de obra que auxilia no preenchimento dos pedidos ao INSS, ou ao cartório? E mais. Isso é que é o PAIF? É acompanhamento integral? Focar no fornecimento dos benefícios como BPC não criaria uma visão meramente assistencialista e positivista dos fazeres do CRAS? Para responder esses questionamentos seria necessária outra dissertação. Portanto, são

---

<sup>19</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a Ex-servidora do CRAS rural, A.L.T em julho de 2023.

<sup>20</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora do CRAS rural, X em março de 2024.

<sup>21</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora do CRAS rural, X em março de 2024.

<sup>22</sup> Informação concedida em entrevista aplicada a servidora do CRAS rural, X em março de 2024.

apresentados no desvendar das contradições e das limitações nos discursos das servidoras.

Os obstáculos relacionados à escassez de espaços e meios de transporte para os atendimentos, juntamente com as resistências de alguns profissionais na realização de determinadas tarefas, acabam prejudicando ainda mais a execução das atividades do PAIF. Como desdobramento, os primeiros grupos do PAIF começaram a ser estabelecidos no ano de 2023, após várias tentativas frustradas. O detalhe crucial é que há um movimento para a implementação dos grupos de encontro do PAIF nos povoados, mas os profissionais permanecem privados do acesso aos processos formativos, o que os deixa incertos sobre as formas de conduzir os grupos do PAIF. Além disso, sempre que se tentou implementar as atividades do PAIF nos povoados da zona rural, os procedimentos de planejamento e execução mostraram-se inadequados, resultando em insucessos frequentes.

A falta de compreensão em relação à execução do PAIF ainda persiste como um desafio a ser superado. A maioria dos servidores do CRAS rural estão sob contratos temporários, o que acarreta na descontinuidade dos atendimentos e na deterioração da qualidade dos serviços prestados.

Além disso, o fato de não existir o coordenador e sim gerentes na direção dos CRAS ajudam a promover os atrasos na execução dos PAIF's. Há uma sazonalidade de gerentes nos CRAS que reforçam esses problemas. Geralmente os gerentes não conhecem as diretrizes básicas da implementação dos serviços do CRAS e, enquanto permanecem trabalhando nas unidades, não passam por processos formativos. O resultado é que as práticas referentes ao seu fazer acabam por ser improvisadas e tendem a se desviar dos objetivos dos serviços.

Os ambientes de trabalho também apresentam inúmeros problemas para os servidores. O atendimento individualizado é prejudicado pelo grande contingente de pessoas em um espaço pequeno e as escutas acabam por não acontecer de forma assertiva. Sendo assim, os espaços fornecidos pela gestão do CRAS não são capazes de aproximar os usuários dos serviços e de fortalecer as relações entre usuários e servidores.

Representam espaços de atuação do CRAS Rural, não apenas o prédio da unidade localizado no centro da cidade, mas as bases territoriais que precisam ser montadas nos povoados, em sua maioria, tem sido os espaços produzidos pelos SCFV's. Isso cria alguns tensionamentos ao passo que passa a existir uma dependência do CRAS rural com os Serviços de Convivência. Consequentemente há uma sobrecarga de responsabilidades

atribuídas ao Educador Social que reclama de, muitas vezes, ter que lidar sozinho com as demandas de toda equipe.

A Assistência Social, no âmbito do PAIF, muitas vezes enfrenta críticas relacionadas à sua incapacidade de proporcionar autonomia aos usuários. Apesar de seus objetivos nobres, argumenta-se de que, em alguns casos, as práticas adotadas não são eficazes na promoção da independência e autonomia das famílias assistidas.

De acordo com as servidoras entrevistadas, as estratégias comumente usadas pelo CRAS rural no atendimento às famílias, se materializa em visitas domiciliares, grupos de convivência, oficinas e capacitações, orientação psicossocial, encaminhamento a serviços específicos e assistência no acesso a benefícios sociais. Alguns acreditam que essas ações visam compreender de perto a realidade das famílias, e isso permite fortalecer vínculos comunitários, desenvolver habilidades pessoais e profissionais, além de fornecer suporte psicológico, direcionar para serviços essenciais e orientar sobre programas sociais. Além disso argumenta-se que o PAIF e o SCFV realizam ações como palestras, rodas de conversa, oficinas, buscas ativas nos territórios e atendimento remoto.

Os verbos capacitar, orientar, encaminhar, fornecer, desenvolver e direcionar aparecem marcando os objetivos contidos nas estratégias do CRAS rural e passam ideia de que há uma entrega constante da equipe às populações atendidas. Nota-se que, em nenhum momento aparecem traços de que os usuários caminham para uma independência. De fato, as estratégias informadas pelas profissionais realmente têm construído territorialidades, no sentido de marcar a presença do CRAS nos territórios de maneira assertiva? As famílias vulneráveis têm se apropriado dos Serviços do PAIF de forma integral e contínua como prevê a NOB/SUAS?

Parte dos profissionais da unidade entendem que não, pois consideram que os objetivos não têm sido alcançados. Argumenta-se que há famílias cujos atendimentos são realizados muito mais para cumprir protocolos que trabalhar superação de vulnerabilidades, sendo que algumas famílias permanecem há mais de 5 anos na mesma situação de vulnerabilidade, mesmo inseridos no cadastro do PAIF.

Para alguns desses servidores, as ações dos CRAS com vias a realizar visitas/buscas ativas nos territórios, seja através dos SCFV's ou de outros serviços não são o bastante para garantir o funcionamento do PAIF e, não significam que o PAIF tem se feito presente nas localidades. Esses consideram que alguns profissionais chegam a confundir os atendimentos do PAIF com as visitas esporádicas às famílias que estão



passando por situações que demandam uma atenção mais específica. O que estaria em desacordo com as normativas da PNAS e do caderno de tipificação dos serviços.

O PAIF obrigatoriamente trabalha na prevenção e mitigação dos riscos de vulnerabilidade social, e busca-se desenvolver a autonomia e a participação ativa dos cidadãos na sociedade. No entanto há inúmeros entraves para o alcance desse objetivo que vão desde a formação e treinamento das equipes aos problemas estruturais da Assistência Social. Soma-se a isso as ingerências promovidas na passagem dos governos que não fornecem os subsídios necessários ao funcionamento dos serviços.

Há, também, vários problemas de natureza assistencialista presentes em algumas abordagens do PAIF. Algumas intervenções podem criar uma dinâmica de dependência, na qual as famílias passam a esperar ajuda contínua, em vez de fortalecer suas resistências para lidar com dificuldades cotidianas.

A oferta de benefícios e suportes temporários, sem um foco claro na construção e no desenvolvimento de habilidades, pode perpetuar a dependência em vez de promover a independência. Adicionalmente, há relatos por parte de alguns usuários indicando que, em determinadas situações, as intervenções do PAIF tendem a ser mais paliativas do que efetivamente transformadoras.

É importante avaliar continuamente essas práticas, assegurando que estejam alinhadas às evoluções das demandas das famílias rurais e garantindo impactos positivos duradouros em suas vidas. A assistência social não deveria se limitar ao alívio imediato de necessidades básicas, ao contrário, deveria buscar instigar mudanças estruturais e capacitar as famílias a lidarem com os desafios de maneira duradoura e sustentável.

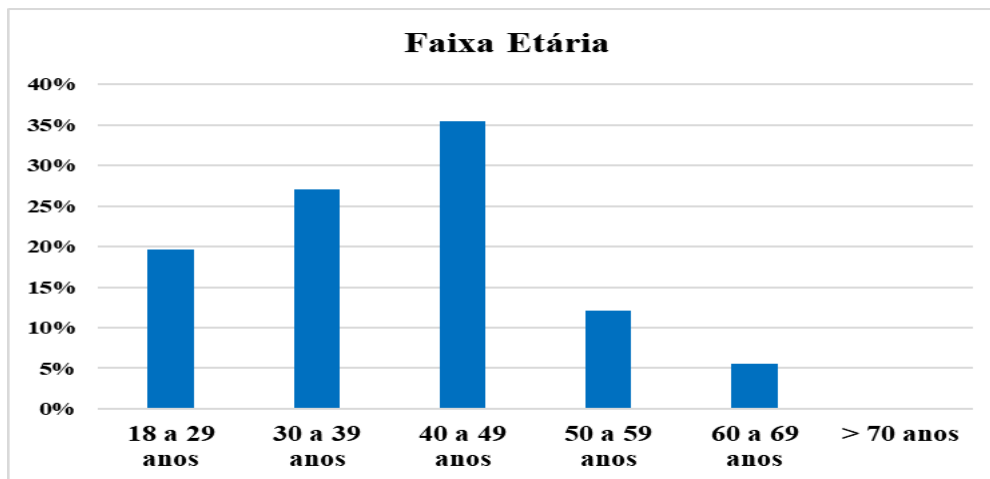
Ao invés desse modelo de intervenção do CRAS rural, sem um plano que determine o ponto de partida e que defina onde se pretende chegar com as intervenções, sugere-se o estabelecimento de metas claras de capacitação para a autonomia, e a implementação de estratégias que promovam mudanças estruturais nas condições de vida das famílias assistidas.

#### **4.2 Perspectivas socioterritoriais das populações do CRAS rural e suas relações com os territórios de vivência.**

A aplicação dos questionários trouxe alguns resultados importantes sobre os perfis das famílias nos povoados. Através desses constatou-se uma maior participação do público entre 40 e 49 anos de idade, seguido das pessoas entre 30 e 39 anos. O público de 30 a 59 anos representa a maioria dos entrevistados, ou seja 74,7% da amostra. O público

de idosos e de jovens entre 18 e 29 anos aparece expressivamente menor conforme indica Gráfico 6.

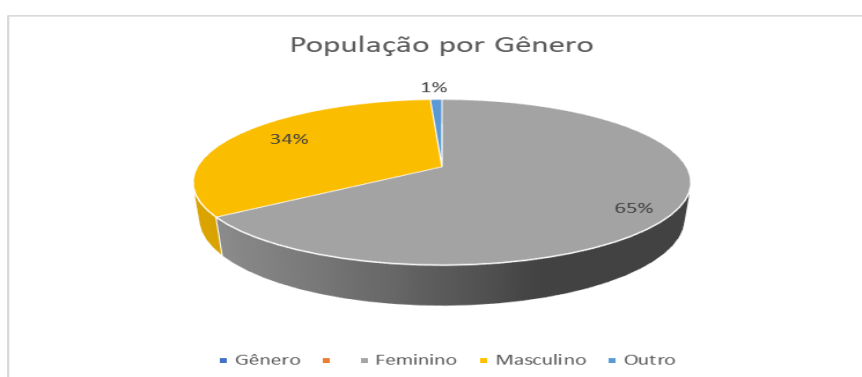
**GRÁFICO 6 - População entrevistada por faixa etária-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor

Reunir a população para discutir Assistência Social não tem sido tarefa fácil no município de Vitória da Conquista, sobretudo quando se trata do público masculino cujas participações costumam ser menos frequentes. Comumente, a maioria dos representantes dos territórios são mulheres, conforme os dados apresentados no Gráfico 7.

**GRÁFICO 7 - Entrevistados por reconhecimento-VC/Ba-2023**



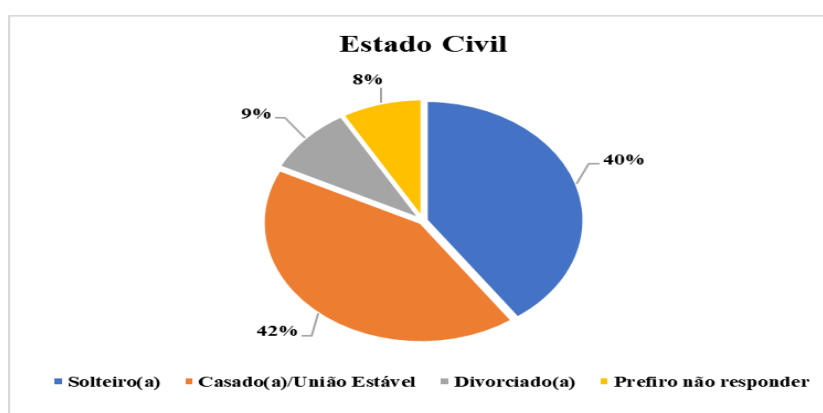
Fonte: Autor

A nível nacional, grande parte das famílias são sustentadas apenas pelas mulheres. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), “as famílias monoparentais com filhos e chefia feminina representaram cerca

de 14,7% dos arranjos – muito mais comuns do que aquelas com chefia masculina, representavam 2,3% em 2022” (DIEESE, 2023, p. 4).

A mulheres têm sido centrais nas decisões que envolvem os caminhos das políticas aplicadas nos territórios rurais de Vitória da Conquista. Na maioria dos casos, elas se reconhecem como pardas e chefiam os lares em grande parte dos povoados. O estado civil da população entrevistada, de acordo como o Gráfico 8, indica que mais de 50% dos entrevistados é solteiro ou divorciado, e desse grupo mais da metade é composto por mulheres chefes de famílias com idades entre 30 e 49 anos.

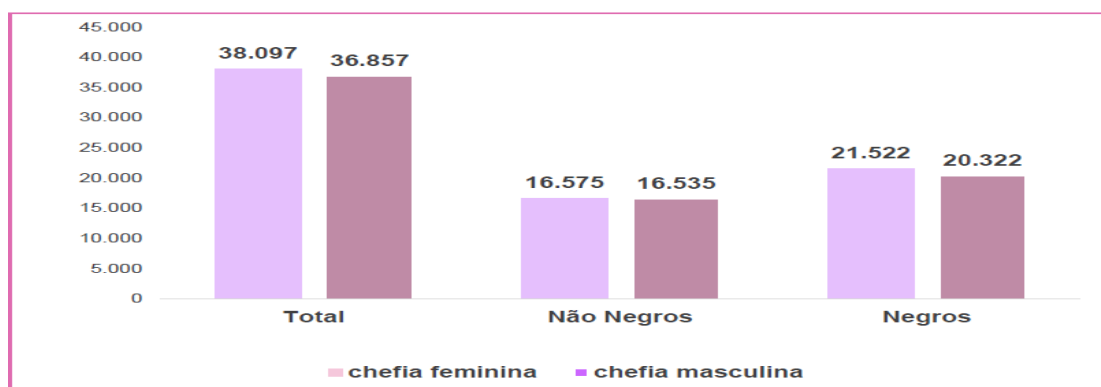
**GRÁFICO 8 - Estado civil do entrevistado-Zona Rural-VC-Ba-2023**



Fonte: Autor

Ainda de acordo com o levantamento do DIEESE, as negras tendem a ser maioria no contingente de famílias chefiadas por mulheres, conforme indica o Gráfico 9.

**GRÁFICO 9 - Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça-Brasil-3º trimestre de 2022**

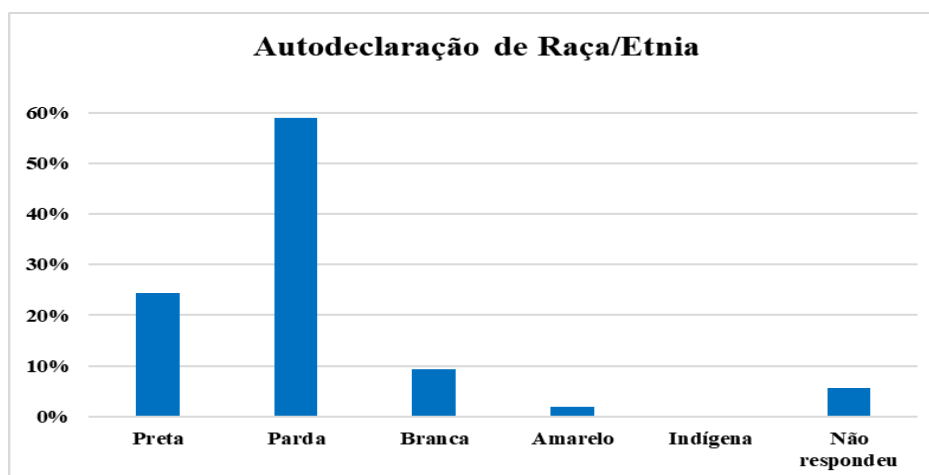


Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE-2022

O movimento negro no Brasil entende que a população negra é formada pela somatória do preto e do pardo. O Estatuto da Igualdade Racial também reconhece em seu artigo 1º inciso IV que a população negra é “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. (Brasil, 2010).

A pesquisa detectou que 58,9% da amostragem se declara como pardo e 24,3 se declaram pretos. Isso corresponde a 83,2% da população amostral representando a população negra.

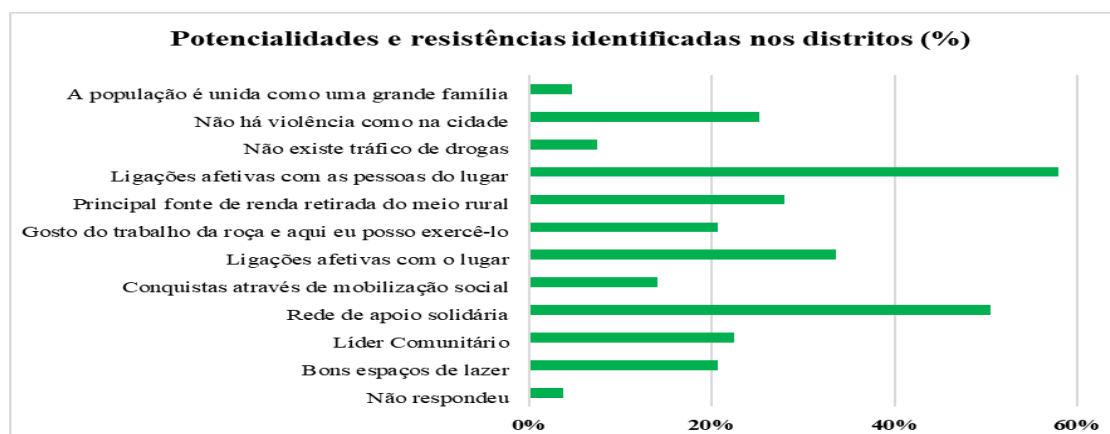
**GRÁFICO 10 - Auto reconhecimento da população Raça/Etnia-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor

As perspectivas das populações rurais são diversas e revelam o interesse, da maioria, por condições de permanência no seu local de vivência. Os laços afetivos com o lugar e com a rede de apoio, seja familiar ou de amigos e vizinhos, é fator de resistência no território. Aparecem também como movimentos de resistência, a relação de pertencimento com a terra e a agricultura, as organizações políticas locais, a existência de líder comunitário e a busca de um lugar de paz e sossego, longe da violência e da confusão das cidades, conforme disposto nos Gráficos 11 e 12.

### GRÁFICO 11 – Potencialidade e resistências por permanência no território-VC/Ba-2023



Fonte: Autor 2022

Assim como na periferia, as populações reconhecem os povoados rurais como locais de violência e pobreza, mas com solidariedade e potências. De igual forma, como existe um processo de criação de consciência periférica nos espaços urbanos hegemônicos, há uma necessidade de ampliação desses movimentos de luta para os espaços rurais.

Para D’Andrea, os movimentos da periferia refletiram “na criação de uma consciência periférica, expressa pelo entendimento da ocupação de certa posição urbana, pela compreensão do pertencimento local, entre outras formas de manifestação” (D’Andrea, 2020, p. 23). Tal consciência precisa, também, ser compartilhada com as populações dos novos territórios rurais do século XXI e os movimentos de resistência devem caminhar para um mesmo sentido.

As configurações territoriais dos povoados rurais de Vitória da Conquista estão cada vez mais próximas das configurações territoriais da sua periferia urbana. Alguns problemas são mais ampliados em zonas urbanas que rurais e outros mais em zonas rurais que urbanas, mas ambas as populações compartilham de um distanciamento da cidadania e de movimentos de resistência alusivos.

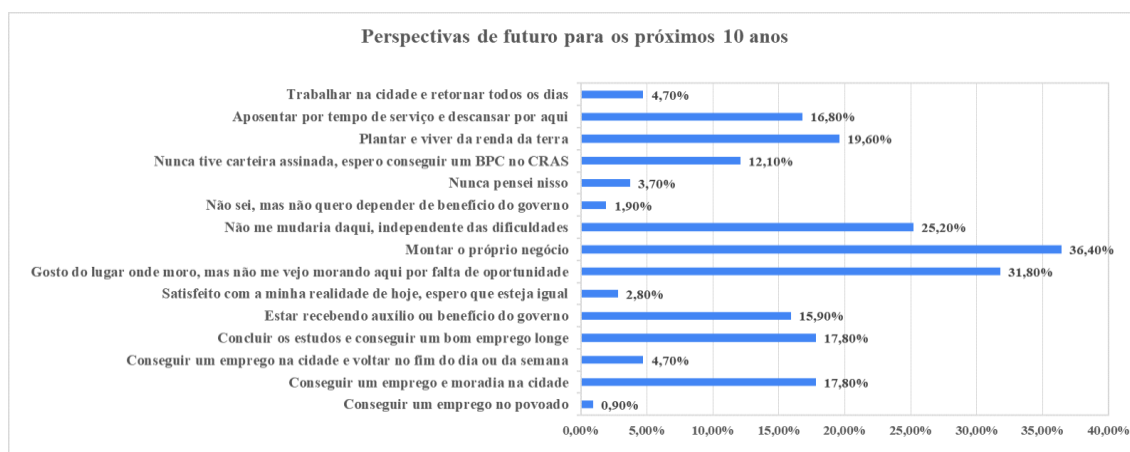
Entende-se por proximidade o fato de que as populações passam pelos mesmos dilemas. Nas periferias, por exemplo, a violência contra as populações, tanto do Estado como de grupos marginalizados ou milícias que controlam determinados territórios, é fator característico do que a constitui como periferia. Na zona rural aparece mais o distanciamento físico e conseqüentemente a potencialização dos problemas de acesso à cidade e aos serviços a ela inerentes. No entanto a violência, o tráfico de drogas, a invasão por

facções criminosas e a violência da polícia tem se ampliado na zona rural de Vitória da Conquista, enquanto o distanciamento das periferias em relação ao direito à cidade também se amplia física e socialmente.

A paisagem de ambos (periferia e povoados rurais) também se parece cada vez mais. As antigas casas de adobão e taipa características de tempos passados nos territórios rurais estão deixando de existir e deu-se lugar a um aglomerado de casas de alvenaria e comércios cada vez mais voltados a um modo de vida urbano. O asfalto e infraestruturas voltadas para a valorização monetária dos terrenos e a especulação dos lotes para moradia é facilmente percebida em grande parte dos povoados rurais de vitória da conquista como, por exemplo, no povoado Bate Pé.

Ao mesmo tempo, os movimentos de resistência se apresentam nos anseios da população e nas suas perspectivas de futuro. O Gráfico 12 é bastante revelador desse fato quando ilustra que, apesar das transformações no modo de vida das populações rurais, 19,6% da amostra afirma interesse em plantar e viver do campo. Muitos preservam laços de identidade com a cultura do rural e na faixa de um quarto dos entrevistados não se mudaria dos seus territórios de vivência, independente das dificuldades.

**GRÁFICO 12 - Perspectivas de futuro das populações-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

Em contrapartida, um número expressivo de pessoas, majoritariamente a população mais jovem, tem pretensão de se mudar do território devido à falta de oportunidades de trabalho. 17,8% da amostra, sendo que 93% destes, compostos pela população de jovens entre 18 e 29, demonstra interesse em terminar os estudos e conseguir um emprego na cidade. Da mesma forma, existem aqueles cujas expectativas de requalificação social

são baixas e tendem a se manter dependentes dos benefícios de transferência de renda do governo.

As ideologias que fortalecem o discurso do empreendedorismo também têm alcançado as populações rurais. Muitas vezes as formações baseadas nas ideias empreendedoristas são ofertadas por setores da Assistência Social, nas oficinas do ACESSUAS Trabalho. O efeito disso se reflete no interesse de boa parte da população que passa a pensar nas possibilidades de montar seu próprio negócio.

Pode-se inferir que as perspectivas da população são diversas. As populações mais jovens tendem a se desvincular da zona rural, as populações idosas tendem a permanecer e as populações adultas entre 30 e 59 anos tendem a reproduzir seu cotidiano nos povoados onde vivem, enquanto vislumbram possibilidades dentro e fora desses espaços.

#### **4.2.1 Aspectos Históricos e identitários dos povoados pesquisados: Elementos da memória local e origens dos povoados**

A história de Bate Pé tem na sua gênese a figura do Senhor Ney Ferreira que foi uma personalidade importante na formação do território. Populares afirmam que o povoado se formou a partir da fazenda Bate Pé e por isso o nome do distrito é assim é justificado.

Apontado como um dos fundadores de Bate Pé, o Sr. Leoni trouxe, através de um livro, a narrativa de que o distrito de Bate Pé ficou conhecido com esse nome devido a um suicídio ou tentativa de suicídio ocorrido na região. Conta-se que algumas pessoas encontraram um cidadão pendurado em uma árvore em vias de enforcamento onde se contorcia e batia o pé. Não se sabe ao exato se a pessoa faleceu ou a qual identidade do mesmo, mas através do acontecimento convencionou-se a chamar a região de Bate Pé.

Um morador local complementa que, em torno de 1968, estudou na primeira escola de Bate Pé. Construída próximo à praça do distrito que se chamava escola Justino Gusmão. Mais tarde a escola levou o nome do professor que lecionava no período e o equipamento passou a ser conhecido pelo nome de Eurípedes Peri Rosa, nome que permanece até a atualidade. Esse morador também presenciou a inauguração da primeira feira de Bate Pé, na década de 1970, que até hoje se mantém.

Veredinha é um distrito que possui alguns povoados quilombolas e abriga a história dos negros que fugiam da escravidão. Conta-se que o povoado foi constituído no processo de construção da BR 116. Os primeiros moradores se instalaram na região por conta da construção da rodovia, sendo eles mão de obra direta e indireta do

empreendimento. Após a conclusão da rodovia, alguns trabalhadores fincaram moradia e formaram o que hoje é o povoado.

De acordo com os relatos, a comunidade do Velame (povoado de Veredinha) pode ter surgido através de uma família descendente de quilombola (os França) que se instalaram na localidade e produziram descendentes. Com o passar dos anos, muitas terras foram adquiridas através da troca por trabalhos ou produtos. Houve uma época que aconteceram despejos de famílias consideradas irregulares em processos de grilagem envolvendo fazendeiros, porém mais tarde as famílias conseguiram a concessão das terras e solidificaram suas moradias na localidade.

Na hinterlândia do distrito de Inhobim, segundo informa os moradores mais antigos, a história do quilombo de Barreiros se iniciou por escravos fugidos. A moradora (1) afirma: “os mais velhos dizem que as mães deles foi tudo pegado de cachorro no mato, que era caboclo mesmo, sabe? Aí criou a associação de quilombola (...) causada de negro fugido” (informação verbal)<sup>23</sup>. Segundo outra moradora, hoje o território já abriga várias famílias com outras raízes históricas e outras vivências, mas que a história da escravidão negreira faz parte das raízes do seu território de vivência.

O nome Barreiro tem ligação com a existência de um barro propício para a construção das casas típicas do passado. As casas de taipa são compostas por uma madeira amarrada com um cipó (conhecido como Imbé) no qual se amassa o barro e aplica na estrutura da casa, por dentro e por fora. Conta uma moradora da região que houve uma época em que um grupo de pessoas resolveu fazer telha, potes, botijas e outros produtos de argila e com isso surgiu o termo Barreiro do Rio Pardo. Há informações de que a olaria que foi criada no período, há algum tempo, já encerrou as atividades. No entanto ainda há uma pessoa que trabalha na produção de artefatos de argila na comunidade que ajuda a manter viva a memória da antiga olaria e das raízes históricas do povoado.

Segundo os moradores do distrito de Cercadinho, a história local pode ser contada de acordo com a memória dos mais antigos. Sabe-se que cercadinho foi constituído devido ao garimpo e a extração de minérios realizados pela população imigrante vinda do Estado de Minas Gerais. O nome Cercadinho surgiu devido a um cercado feito em um momento que a população oriunda de outros estados retornou para sua terra de origem

---

<sup>23</sup> Relato de moradora (1) do povoado de Barreiros do Rio Pardo (Distrito de Inhobim) colhido em encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022



com planos de voltar a povoado no futuro. Nesse sentido deixaram as cercas demarcando sua propriedade.

Na fase embrionária de Cercadinho, inicialmente foi construída uma igreja católica que, segundo conta a população, foi produzida de uma madeira nobre e de adobão. Um dos moradores entrevistados foi o responsável pela produção do adobão que foi usado para erguer a igreja.

O distrito de Cercadinho apresenta várias comunidades com histórias singulares, como a comunidade do Terreirão, Campo Grande, Cortesia e Ouro Verde. Essas comunidades foram constituídas de antigas fazendas que foram se desmembrando e formando os atuais povoados. Um dos mais importantes povoados de Cercadinho é o Salitre que faz fronteira com o município de Candido Sales, divididos por um córrego de água salgada o que originou o nome do povoado de Salitre. Muitos dos nomes dos povoados estão ligados a fatores geográficos, culturais ou fatos históricos, como, por exemplo, o povoado de Lagoa Grande que recebe esse nome devido a uma lagoa que existe na região.

Atualmente não há mais exploração de minério na região, mas até determinado período havia uma pista de pouso para os aviões que buscavam pedras preciosas. Os moradores contam que a riqueza gerada com a extração de minério não ficou para a população do lugar pois saiu tudo para fora. Hoje boa parte das famílias dependem de políticas de transferência de renda para se manter.

No distrito de São João da Vitória que, de acordo com o conhecimento local, é denominado de Batuque devido ao que convencionou-se chamar de “batucada”, os antigos moradores ainda preservam a memória dos momentos de lazer regados a essa “batucada” que se tornaram uma identidade do povoado. Alguns comentam que o batuque característico vem dos movimentos ligados ao candomblé que existia na localidade. Em contrapartida outros atribuem a animação da população em fazer batucada nos períodos de São João e nas festas de Reis.

Conta uma moradora mais antiga, hoje com 74 anos, que na sua infância conhecia e frequentava a casa de todos os moradores do povoado; na época haviam poucas pessoas habitando o lugar e o lazer das crianças estava muito ligado ao encontro com as outras crianças da comunidade. Ela destaca que com o tempo começaram a aparecer mais pessoas. Em especial uma personalidade ligada ao movimento da política conhecido como Dr. Riva que, na época, “foi responsável por trazer Conquista para Batuque”<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Relato de moradora (2) do povoado de Barreiros do Rio Pardo (Distrito de Inhobim) Colhido em encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

Assim, este levou o nome do povoado para a prefeitura de Vitória da Conquista e registrou como São João da Vitória, com base no padroeiro da localidade que era São João Batista, santo católico então comemorado anualmente em igreja local.

A população local de Cabeceira da Jibóia conta que o nome do distrito tem relação com as primeiras construções que se teceram na Cabeceira do rio Jibóia, que é um rio conhecido pela história de ter muitas cobras Jibóias. Alguns relatam que o distrito também já foi chamado de Limeira, mas que depois foi registrado como “Cabeceira do Jibóia” a Limeira ficou apenas como um dos povoados do distrito.

O distrito de Cabeceira da Jibóia também é formado por vários povoados. Um deles é o de Duas Vendas, cuja formação socio territorial, tem a ver com a existência de dois estabelecimentos comerciais onde se vendia de quase tudo. Essas duas vendas foram referenciadas pelas pessoas que visitavam ou moravam no local e se constituiu em uma identidade histórica da localidade. Outro exemplo é o povoado de Casa de Telha, no qual as primeiras casas da região eram forradas com material de sapé, capim e outros. A moradora Senhora Vitória conta que foi construída uma sede de propriedade de um fazendeiro conhecido como Dr. Marcelo que construiu a primeira casa coberta por telhas, na região “que as pessoas não tinham conhecimento. Aí ficou conhecido como Casa de telha e até hoje o nome permanece.”<sup>25</sup>

De acordo com a memória local, o povoado sede de José Gonçalves foi inicialmente ocupado por pessoas que vieram da cidade de Vitória da Conquista. Na época o povoado foi batizado de Guigó devido a existência de uma espécie de macaco que, com a progressividade da presença humana e o desmatamento, foi desaparecendo. Até os dias atuais essa referência de Guigó ainda é usada por muitos moradores em substituição a José Gonçalves. Os moradores exaltam a memória de uma figura conhecida como Mãe Eleotéria que, segundo a memória dos mais velhos, essa era uma mulher solidária que habitava a região e acabou por ser uma referência no local; assim gerou o povoado de Mãe Eleotéria, que é vizinho ao povoado da Roseira.

Diferente da história do distrito de José Gonçalves, os moradores do distrito de São Sebastião atribuem sua gênese ao movimento dos tropeiros que, ao encontrar uma nascente conhecida como Olho D’água, foram ficando moradia ao redor e formado o primeiro aglomerado. Segundo relatos, o primeiro nome colocado no povoado foi

---

<sup>25</sup> Relato de moradora (3) do povoado de Barreiros do Rio Pardo (Distrito de Inhobim) colhido em encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

Cachorro. Mais tarde, através de influência da igreja católica, um padre orientou o nome de São Sebastião e assim foi registrado, permanecendo até os dias atuais. Um dos vários povoados de São Sebastião é o de Malvinas que, de acordo com moradores, o nome tem referência na guerra das Malvinas por questões de conflitos entre os distritos.

Alguns entendem que o povoado de Iguá já foi conhecido como Angico, devido a existência de uma árvore específica da região. Mais tarde quando o nome Iguá foi escolhido, já não existiam mais as árvores de Angico e sim um açude de água parada. O significado de Iguá em Tupi guarani é água parada, onde Ig quer dizer água. A população entende que o povoado foi formado no processo de reprodução dos tropeiros que descansavam na região e foram territorializando o lugar até se constituir em um povoado sede do distrito.

Populares contam com saudosismo as relações passadas, os encontros e festas religiosas que denotavam uma identidade do povoado e um modo de vida rural. Segundo os moradores, havia um tempo em que o lazer do Iguá se reproduzia em torno de encontros religiosos. Mas consideram que, com o passar dos tempos, outros povoados sede dos distritos cresceram e criaram identidade própria enquanto que o Iguá estagnou.

No interior do distrito de Iguá os processos históricos de vários povoados como Pé-de-Galinha, Cachoeira dos Porcos, Lagoa do Boi e outros são complementares da história do distrito, mas apresentam sua formação territorial com fatores singulares na sua (re)produção. Por exemplo, entende-se que o povoado de Pé de Galinha recebeu esse nome, ainda no período de construção da Br 116, devido a um entroncamento que apresentava um encontro de três estradas, mas o nome oficial povoado é São José. Já o povoado de Cachoeira dos Porcos é conhecido como o lugar onde existiam porcos selvagens, que com o passar dos tempos foram desaparecendo. A região onde se situa o povoado era conhecida pelo seu potencial em lençóis freáticos e regiões montanhosas. Complementar a isso, o povoado de Lagoa do Boi também é conhecido por uma relação histórica entre a reprodução do cotidiano em torno de objetos naturais. Já Baixão do Iguá, no passado foi uma fazenda que com o passar dos anos foi convertida no que hoje é o atual povoado.

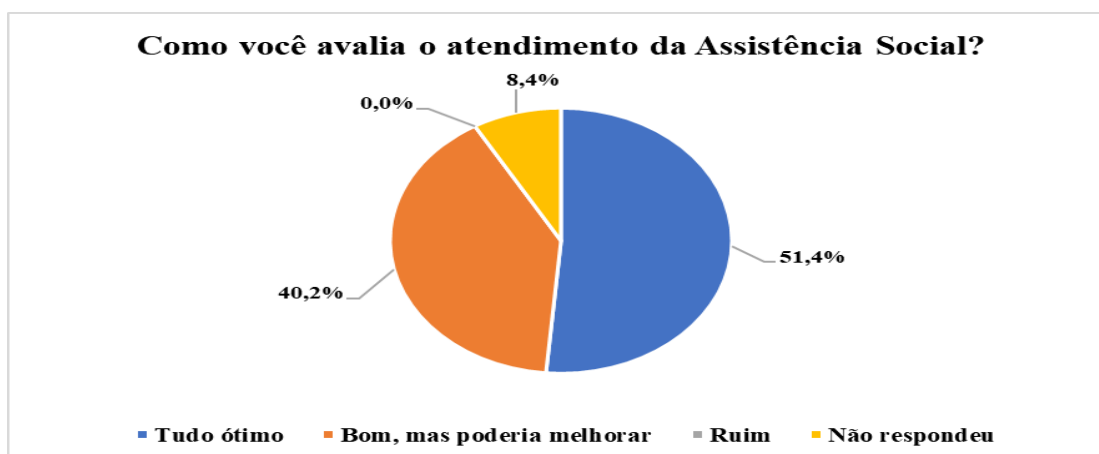
Algumas comunidades pequenas como o Tesoureiro são parte dos territórios de povoados próximos e o nome Tesoureiro tem a ver com o formato de tesoura da estrada do território que liga alguns povoados próximos e é considerada uma comunidade desenvolvida pelos moradores por possuir alguns comércios e infraestrutura como a energia elétrica.

Os conflitos e as relações que se tecem nos povoados rurais expostos aqui são fruto de processos históricos, sociais e culturais constituídos ao longo dos tempos. Destaca-se que os acontecimentos históricos constituintes da formação dos territórios e as identidades forjadas através desse movimento não podem ser ignoradas, uma vez que são bases fundamentais da reprodução dos lugares e dos territórios.

#### 4.3 A relação População/CRAS rural

Através dos dados coletados *in loco*, conforme disposto no Gráfico 13 e no quadro 03, mais de 50% dos entrevistados avaliam bem o atendimento da Assistência Social, enquanto que 40,2% entendem que a Assistência Social precisa melhorar em vários quesitos.

**GRÁFICO 13 - Avaliação dos entrevistados sobre atendimento da Assistência Social-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

Os entrevistados não só avaliaram os atendimentos da Assistência social como também apresentaram sugestões para aprimorar o atendimento do CRAS rural nas localidades. Suas assertivas revelam algumas lacunas que demandam atenção imediata do poder público e das equipes atuantes nos territórios da Assistência Social. Os entrevistados sugerem que os órgãos de Assistência Social, atuantes nos territórios rurais, adotem as medidas apresentadas no Quadro 3 para aprimorar seus serviços.

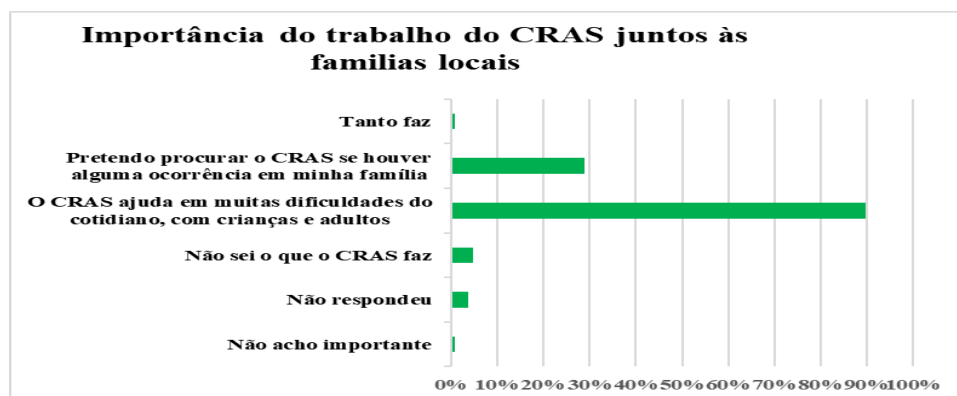
### QUADRO 3 - Demandas elencadas pela população

Intensifiquem a participação junto às comunidades, ampliando o fluxo de atendimentos através de visitas mais frequentes e extensão dos dias de assistência
Designem um psicólogo da Assistência Social para oferecer suporte à população; aumentem o quadro de funcionários para otimizar a cobertura; aprofundem o conhecimento sobre as localidades e seus desafios
Incentivem as pessoas a procurarem mais os serviços locais, reduzindo a necessidade de deslocamento até a cidade; promovam mais palestras nas comunidades
Assegurem que o CRAS esteja presente no mínimo três vezes por semana para atendimento às famílias; fortaleçam a presença da Assistência Social na comunidade; expandam os espaços físicos de atendimento dos CRAS
Realizem visitas aos territórios quinzenalmente; ampliem a presença da assistência social através da oferta de serviços diversificados; reintegrem os grupos de convivência; promovam mais reuniões na comunidade
Fomentem grupos e rodas de conversa com os jovens; realizem visitas domiciliares a pessoas que necessitam, como aquelas com deficiência e depressão; divulguem com maior frequência informações sobre o CRAS para melhor conhecimento da população e levar projetos de lazer e desenvolvimento para as comunidades

Fonte: Autor 2022

A maioria dessas demandas é direcionada aos CRAS e CREAS e se traduzem na necessidade de uma maior presença desses equipamentos nos territórios. No entanto, a capacidade de atendimento desses equipamentos em uma área de grande dimensão como a zona rural de Vitória da Conquista é bastante limitada, o que torna inviável um atendimento eficiente na atual conjuntura.

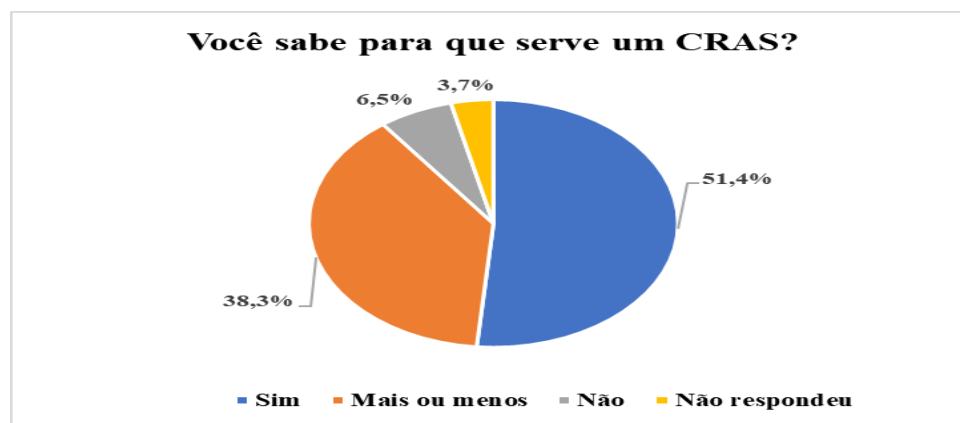
Os dados da pesquisa também revelaram várias contradições acerca da relação que as populações estabelecem com o CRAS rural. Enquanto alguns dados da pesquisa demonstraram que a maioria dos entrevistados faz uma avaliação positiva sobre o atendimento dos CRAS e do seu papel no cotidiano das famílias (conforme gráficos 14 e 15), outros resultados indicam que grande parte da população não entende exatamente os objetivos dos CRAS nos territórios.

**GRÁFICO 14 - Importância do CRAS para as populações-VC/Ba-2023**

Fonte: Autor 2022

Percebe-se que falta informação sobre os serviços que são oferecidos pelo Estado à população rural, sobretudo os serviços da Assistência Social. Isso ficou evidente nas falas de muitos moradores, com destaque a alguns de José Gonçalves, Bate Pé e Cercadinho que demonstraram conhecer muito pouco dos serviços que a Assistência Social oferece.

Os resultados da pesquisa de campo apontam que 51,4% dos entrevistados afirmam saber para que serve um CRAS, 38,3 % tem dúvidas e apenas 6,5% dizem não conhecer ou não saber o que faz o equipamento, conforme Gráfico 15.

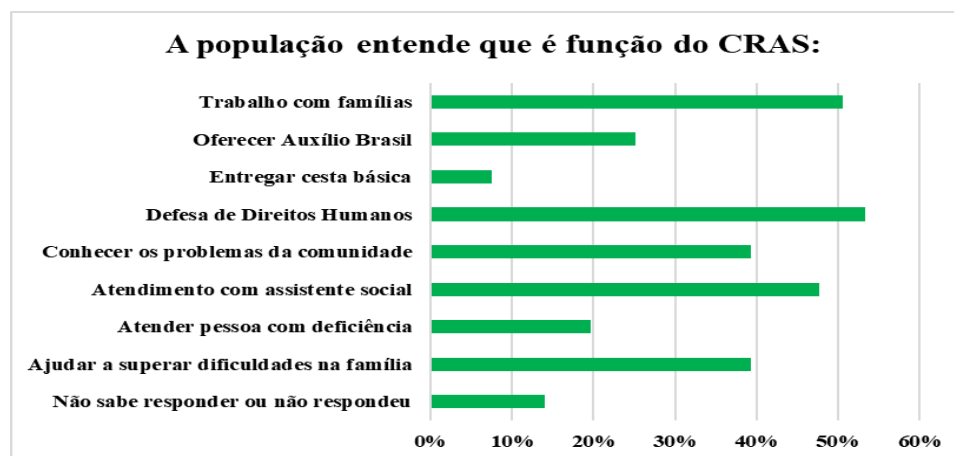
**GRÁFICO 15 - Percentual da população que afirma conhecer o CRAS-VC/Ba-2023**

Fonte: Autor 2022

Na zona rural de Vitória da Conquista há famílias que nunca ouviram falar de CRAS, outras até já ouviram falar, mas não fazem ideia do que este faz. Os dados da pesquisa também indicam que muitas das pessoas que afirmaram conhecer o CRAS não

entendem exatamente a função do equipamento. O Gráfico 16 ilustra a confusão em relação às atribuições do CRAS e revela a falta de familiaridade de parte da população com suas funções.

**GRÁFICO 16 - Funções do CRAS de acordo com a população-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

Na aplicação dos questionários foram inseridas afirmativas que representam funções do CRAS e outras que indicam assertivas falsas acerca dessas funções. Com exceção das asserções sobre o Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil e da distribuição de cestas básicas (atividade proibida para os CRAS) todas as demais funções sugeridas indicam atribuições do CRAS. Embora os dados sinalizem que a maioria dos entrevistados demonstra compreensão de que o CRAS desempenha um papel fundamental no trabalho com famílias e na promoção dos direitos humanos, uma análise mais aprofundada do gráfico indica que mais de 50% dos entrevistados desconhecem que o CRAS oferece atendimento com assistente social. Mais de 80% não têm consciência de que o CRAS prioriza o atendimento à pessoas com deficiência e outras minorias, e mais de 60% não reconhece a função protetora do CRAS no âmbito familiar.

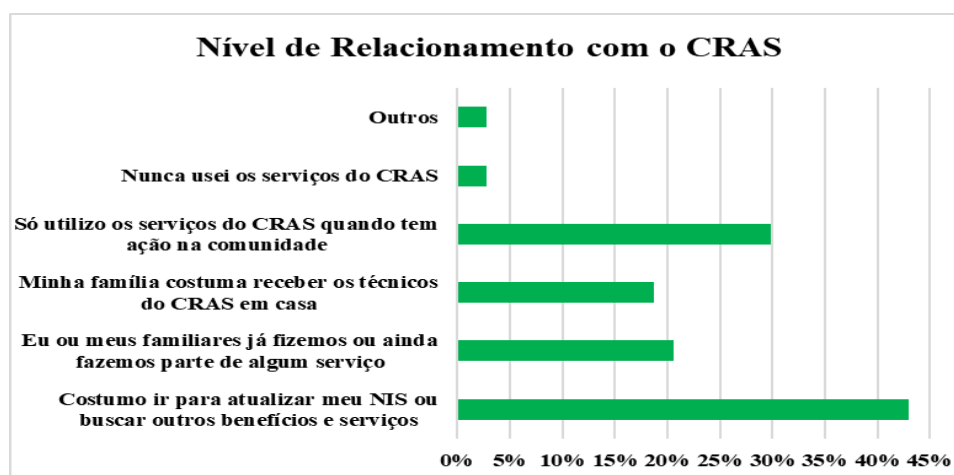
Há um grupo de entrevistados que enxerga o CRAS como responsável por ofertar o Bolsa Família/Auxílio Brasil e cestas básicas. A pesquisa observou que esse grupo, em sua maioria, é composto pelas pessoas com escolarização mais deficiente e pessoas não alfabetizadas, algumas encontram-se em situação de insegurança alimentar ou enfrentam recorrência de violência intrafamiliar. Essa correlação ressalta a necessidade de abordagens e processos formativos mais efetivos para garantir a população conhecer e se apropriar dos equipamentos que ofertam os serviços da Assistência Social.

Os dados da pesquisa apontam para uma falta de compreensão das funções do CRAS por parte da população, evidenciando a ausência de reconhecimento de seu papel nos processos emancipatórios e no fortalecimento das horizontalidades e resistências, considerando também que uma parte dos pesquisados afirma nunca ter utilizado os serviços do CRAS.

A maior parte dos entrevistados usa o CRAS para atualização do CadÚnico (setor responsável pelo cadastramento no Bolsa Família) que, como já foi discutido, não é necessariamente um serviço do CRAS. Outra parte diz só utilizar os serviços do CRAS em ações pontuais na comunidade, o que deixa ambíguo se o serviço utilizado por essa população também não é do CadÚnico.

Os entrevistados que se caracterizam como usuários do CRAS são os 20,6% que já fizeram ou fazem parte de algum serviço continuado e os 18,7% que recebem os técnicos em casa e que provavelmente são membros dos grupos de PAIF. Conforme apresenta o Gráfico 17, muitos usuários da Assistência Social passaram a conhecer os espaços dos CRAS através dos serviços do CadÚnico e outros fazem uso dos serviços apenas quando há ações nas localidades.

**GRÁFICO 17 - Nível de relacionamento entre população e CRAS-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

Observa-se que 46,2% dos entrevistados faz uso do CRAS para acessar serviços do CadÚnico e, no ano de 2022, a SEMDES de Vitória da Conquista determinou a transferência dos atendimentos do Cadastro Único para os espaços dos CRAS. A iniciativa apresenta aspectos positivos ao descentralizar os atendimentos, tornando-os mais



acessíveis para muitos cidadãos, uma vez que ocorrem em proximidade às suas residências dos bairros ou loteamentos que são sede dos CRAS.

Essa mudança, entretanto, também acarretou problemas de superlotação em alguns CRAS, que já enfrentavam desafios estruturais e carência de espaços para atendimento antes da descentralização. No caso específico do CRAS Rural, a alteração prejudicou o atendimento das técnicas de referência pois os usuários se amontoam no corredor do CRAS enquanto aguardam atendimento e acabam por tirar a privacidade das salas de escuta especializada. Essa realidade expõe a necessidade de uma gestão mais cuidadosa para equilibrar a descentralização dos serviços com a garantia de condições adequadas de atendimento, especialmente em casos que exigem maior sensibilidade com as demandas dos assistidos.

A presença do CadÚnico nos CRAS também potencializou algumas posturas controversas principalmente de gestores que, muitas vezes, confundem e misturam o fazer desses dois equipamentos. Os serviços do CRAS e os Bolsa família têm funções e objetivos muito distintos e a maioria dos usuários do Bolsa família não é usuário dos serviços do CRAS como alguns gestores querem fazer parecer.

#### **4.3.1 O uso do Auxílio Brasil/Bolsa Família como ferramenta de interferência dos governos na relação população/CRAS rural**

Nenhum serviço da Assistência Social tem visibilidade o bastante para ser instrumentalizado pela política partidária como o Bolsa Família; com isso, o uso político partidário do benefício aponta para a necessidade de redobrar os cuidados com os serviços que se fragilizam quando confundidos ou mesclados com programas de transferência de renda. O CRAS tem sua equipe e seus serviços bem definidos nas normativas, mas muitos gestores têm promovido a subalternização dos CRAS a alguns benefícios socioassistenciais que são potencialmente atrativos para as populações, quando se materializam na forma de renda ou alimentos. O Gráfico 18 oferece uma representação visual do uso dos serviços e benefícios mais demandados pela população.

**GRÁFICO 18 - Serviços e benefícios da Assistência Social já utilizados pelos entrevistados-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

Observa-se que os serviços do CRAS e CREAS e os programas de habitação são acessados pelas populações rurais do município. No entanto, o benefício mais acessado pelos entrevistados é o Bolsa Família. Os dados de acesso aos serviços do CRAS poderiam ser maiores, porém as deficiências de atendimentos de grupos de PAIF, que são raras ou não funcionam corretamente nos povoados rurais, dificultam o acesso do CRAS rural às populações e das populações aos serviços.

Além disso, de acordo com servidores do CRAS rural, só em 2022 é que foi realizado o primeiro diagnóstico Socioterritorial envolvendo o CRAS e a Vigilância Socioassistencial nos territórios, desde a fundação desse CRAS em 2012. Os Serviços de Convivência, presentes em alguns territórios, é que costumeiramente fazem a ponte entre a população e o CRAS rural e isso é o que chegou mais perto de um diagnóstico socioterritorial até o ano de 2022.

Nas ações pontuais realizadas pela SEMDES de Vitória da Conquista, o governo municipal costuma usar as redes sociais oficiais do município para a divulgação dos serviços dos CRAS. Ações pontuais fazem parte das estratégias do CRAS na aproximação com os territórios, mas essas ações não podem substituir, em essência, os serviços do CRAS. Analisa-se o enunciado extraído de uma dessas redes oficiais do governo municipal:

Por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras Rural), a Secretaria de Desenvolvimento Social (Semdes) tem levado serviços socioassistenciais a moradores de comunidades quilombolas e de distritos da zona rural de Vitória da Conquista. Neste mês de outubro, foram realizadas quatro ações comunitárias, começando pelo Assentamento Cipó, no dia 3 de outubro e seguindo com a Comunidade Quilombola de Barrocas, no dia 17, Comunidade Quilombola de Cachoeiras das Araras, no dia 24, encerrando na sede do distrito de Iguá, nesta

terça-feira, 31. Em todas as ações, foram disponibilizados aos moradores de forma territorial todos os serviços ofertados pelo Cras Rural, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), encaminhamentos para segunda via de certidão de nascimento ou casamento, carteira do idoso, atualização do Cadastro Único, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Passe Livre, Tarifa Social de Energia, entre outros. (PMVC 2023, postado em 1-11-2023, acesso 06-11-2023)

Geralmente essas ações atraem, majoritariamente, o público para os serviços do CadÚnico. O CRAS rural costuma realizar os encaminhamentos para segunda via de certidão de nascimento ou casamento, carteira do idoso e BPC. O PAIF e Serviço de Convivência, que são os serviços base do CRAS, não são deveras contemplados.

Esse modelo de atendimento pontual e sazonal não oferece suporte para os acompanhamentos de PAIF e SCFV cujos processos de trabalho devem ser continuados. Assim, os serviços que os CRAS executam nessas ações são burocráticos e descaracterizam seus objetivos, ao passo que alguns profissionais da unidade são incentivados a assumir ocupações incompatíveis com suas funções.

Uma das metas da Assistência Social é construir possibilidades de emancipação, autonomia e o fortalecimento de grupos e territórios socialmente subjugados. Em consonância com o que preconiza a NOBSUAS (2012), é imprescindível que as políticas de intervenções sociais se concentrem não apenas em aliviar a pobreza imediata, mas também, em capacitar as comunidades rurais a se tornarem resilientes e autossuficientes a longo prazo. Alguns autores propõem que os profissionais que realizam essas intervenções possam se apropriar da teoria-crítico-dialética e direcionar os olhares para um modelo de intervenção no qual:

Os profissionais passam a interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente na esfera econômica, mas também nas esferas política, ideológica e cultural. Entram em cena considerações relativas às classes sociais, ao Estado e ao papel das ideologias na análise e compreensão da realidade, possibilitando mudanças significativas, não só quanto aos referenciais teórico-metodológicos para o conhecimento da realidade, mas ao próprio fazer prático-operativo. (Simionatto, 2009, p. 15).

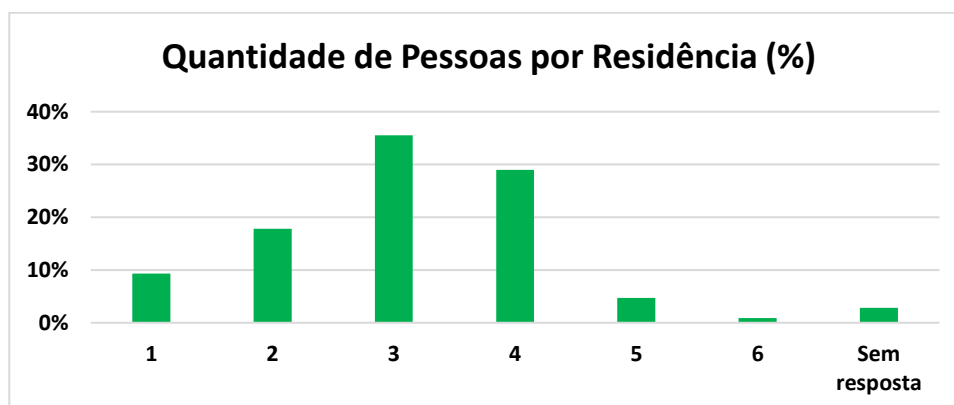
Considera-se que os CRAS, se bem geridos e quando possuem capilaridade nos territórios, constituem-se como equipamentos com capacidade de transformação social. Nota-se que, através dos CRAS, há potencial de fortalecer a consciência política das populações e combater processos de alienação e vulnerabilidades territoriais, como também há potencial de instrumentalização das ações para interesses estranhos ao que preconiza

o trabalho da Assistência Social. Destarte, enquanto a Assistência Social é crucial para mitigar as desigualdades e proporcionar um mínimo de condições de vida, ela também pode contribuir para uma dinâmica de dependência. A falta de projetos eficazes de capacitação e desenvolvimento local pode perpetuar a dependência, a longo prazo, em vez de fortalecer as horizontalidades nas comunidades rurais.

Observe-se que, no ano de 2022, devido o afrouxamento na fiscalização dos benefícios de transferência de renda, os dados do CadÚnico indicaram um crescimento das famílias monoparentais, ou seja, formadas por um membro apenas. Grande parte constituída por Homens jovens entre 18 e 25 anos. Isso potencializou as suspeitas de fraudes em declarações falsas por parte dos beneficiários.

Através das declarações do CadÚnico, estima-se que entre outubro de 2021 e dezembro de 2022 as famílias monoparentais inscritas no Bolsa Família (na época Auxílio Brasil) saltaram de 15% para 26%. O questionário aplicado junto aos usuários da Assistência Social e moradores dos povoados de Vitória da Conquista revelou, também, um contingente de cerca 9% de famílias monoparentais. No cruzamento desses dados com outros dos CRAS, constatou-se que apenas 2% das pessoas realmente moravam sozinhos. O Gráfico 19, a seguir, é baseado nos dados coletados através dos questionários aplicados nas localidades.

**GRÁFICO 19 - Quantidade de pessoas por residência-VC/Ba-2023**



Fonte: Autor 2022

O Gráfico 19 indica a quantidade de pessoas por família, dos territórios pesquisados, nas quais a maioria tem entre 3 e 4 membros. As famílias monoparentais cresceram devido às fragilidades construídas nas estratégias do governo em 2022, que tinham forte conotação eleitoral e escancarou que o Bolsa Família, embora seja de extrema relevância para a promoção da inclusão social e tenha contribuído significativamente para o

exercício da cidadania no Brasil, apresenta um expressivo potencial de ser instrumentalizado como um ativo no jogo político partidário.

Em comparação com outros serviços fundamentais, como os CRAS e os CREAS, os programas de transferência de renda tendem a ter uma visibilidade mais acentuada na Política de Assistência Social, tornando-se alvos privilegiados nas estratégias de comunicação, de agentes da psicoesfera e de aspirantes a cargos políticos.

O Bolsa Família e outros benefícios como BPC são amplamente conhecidos pela população. Em contrapartida, grande parte da população não faz ideia do que seja PAIF ou PAEFI. Isso se traduz em um distanciamento entre o serviço público de Assistência Social e a população atendida, haja vista o negligenciamento das gestões federais, estaduais e municipais que têm desconsiderado os papéis fundamentais dos CRAS.

Para fortalecer as resistências junto às populações, os CRAS precisam criar capilaridade nos territórios aos quais atende e isso inclui ser percebido e conhecido pelas populações locais como ele é e sem ser atrelado à certos benefícios socioassistenciais.

Para além disso, “o trabalho social com famílias do PAIF é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica” (Brasil, 2009, p.10). O coordenador, que segundo a NOB-RH/SUAS (2011) deve ser concursado, é de suma importância pois sua atuação contribui para o bom funcionamento e efetividade dos trabalhos nos CRAS.

O que acontece em grande parte dos municípios brasileiros, como é o caso de Vitória da Conquista, é que o cargo de coordenador é substituído pela figura de um gerente, geralmente indicação política, o conhecido cargo de confiança. Essa cultura culmina em uma rotatividade do profissional, que gera retrocessos nos processos de trabalho dos CRAS, uma vez que a gerência não consegue se estabelecer por muito tempo nos equipamentos e quando o profissional adquire experiência e *expertise* é substituído por outro inexperiente. Esse processo é vulgarmente conhecido pelos servidores da Assistência Social como “dança das cadeiras”.

Isso se constitui em um modelo desagregador para o trabalho da Proteção Social básica do município. É, sobretudo, uma interferência do governo nas decisões que deveriam ser guiadas pelos profissionais com *expertise* e capilaridade territorial no trabalho com as populações. As interferências dos governos são frequentes e limitam as ações nas unidades dos CRAS, pois as estratégias com as famílias passam a ser moldadas pela perspectiva dos governantes vigentes, em vez de seguir os parâmetros definidos pela política de Estado.

A relação hierárquica entre gerentes e servidores, nos CRAS de Vitória da Conquista, contradiz as normativas que preconizam uma abordagem horizontal, na qual as ações são pensadas e decididas em equipe, sem a interferência de membros do governo que podem não estar alinhados com as necessidades das populações.

Tem-se o exemplo de que, atualmente, nos Serviços de Convivência do CRAS Rural, há uma pressão de membros da gestão para a inserção de grupos de convivência de mulheres nas localidades atendidas. Por outro lado, há uma resistência por parte dos servidores que entendem que o modelo de criação desse grupo está em desacordo com as normativas da NOB/SUAS 2012 e o caderno de tipificação dos Serviços Socioassistenciais. No entanto, os grupos estão sendo criados a contragosto da equipe de referência e seguem sem um propósito real dentro da Assistência Social, que não sejam de usar esses grupos para a divulgação de ações do governo local.

Para além disso, as interferências de personalidades da política partidária e o uso da Política de Assistência Social para fins eleitoreiros prejudicam o desenvolvimento desse setor. Os interesses político-partidários frequentemente se sobrepujam aos interesses das populações e a concessão de benefícios muitas vezes é condicionada ao uso das famílias em propagandas de reeleição de políticos. Essa prática ficou evidente durante a pandemia do COVID-19, quando o auxílio emergencial foi implementado sem um planejamento responsável, resultando em diversas distorções.

Percebe-se que as novas formas de realização das campanhas eleitorais, com o uso das redes sociais, têm se configurado como um processo contínuo para aqueles que assumem a gestão de um determinado município. Isso acarreta o abandono das diretrizes e normas legais que regulamentam os equipamentos da Assistência Social, em favor de uma abordagem centralizada na visão dos governantes do momento. Isso pouco contribui para o desenvolvimento da Política de Assistência Social e das populações atendidas, ao passo que tira a autonomia dos profissionais que atuam nos territórios e os subalternizam às vontades alheias dos gestores.

Os trabalhos dos CRAS e CREAS são base da Assistência Social, mas até mesmo pelo caráter do trabalho realizado se torna mais complicado avaliar os resultados obtidos em dados quantitativos, que sejam passíveis de serem usados em modelos de propaganda eleitoral. É sabido que o trabalho do CRAS é muito mais qualitativo e os profissionais que lidam com as problemáticas vivenciadas, juntamente com a própria população, são os mais aptos a avaliar efetivamente os resultados das intervenções. Porém o Controle

Social como instrumento de participação popular tem sido subvertido nas estratégias de gestão da Assistência Social local.

Nos últimos anos, percebe-se que as populações ainda consideram os CRAS como um equipamento estranho às suas necessidades e isso promove o seu esvaziamento político no contexto local e nacional enquanto que se propaga um fortalecimento das ações que envolvem o Bolsa Família e outros benefícios socioassistenciais de transferência de renda. No âmbito municipal, pouco se tem lançado mão de estratégias de inserção das equipes no cotidiano das populações atendidas, no sentido de dar protagonismo aos serviços da Proteção Social Básica. Sendo assim, é justificável que muitas populações desconheçam os serviços dos CRAS e sua importância.

#### **4.4 As fragilidades territoriais e os movimentos de resistência vivenciados pela população**

A zona rural de Vitória da Conquista é diversificada, tanto em processos culturais, costumes e modos de vida quanto nas diversas urdiduras sociais que se tecem em cada lugar. Nas várias escalas territoriais do Brasil está presente uma piora na qualidade de vida da população devido ao aumento da extrema pobreza. Os dados do Cadastro Único para Beneficiários da Assistência Social-CadÚnico, para além de medir a pobreza, são importantes para análise do contexto social dos distintos territórios urbanos e rurais.

Esses dados indicam que há grupos tradicionais, bastante comuns dos espaços rurais do Brasil, presentes no município de Vitória da Conquista como as comunidades quilombolas que representam um contingente expressivo das populações rurais. Vitória da Conquista tem uma das dez maiores populações quilombolas do país, segundo dados do censo IBGE 2022, são 12.057 habitantes e 32 territórios quilombolas reconhecidos pela fundação Palmares. O MDS apresenta, também, dados de outros grupos tradicionais presentes no território de Vitória da Conquista através dos dados de cadastro no CadÚnico, tendo em vista que muitas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família, como mostra o Quadro 04.

#### **QUADRO 4 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais característicos de zona rural de Vitória da Conquista-BA**

<b>Grupos Familiares</b>	<b>Famílias Cadastradas</b>	<b>Famílias Cadastradas Beneficiárias do Bolsa Família</b>

Indígenas	33	20
Ciganos	08	6
Quilombolas	3.225	2.236
Ribeirinhos	2	2
Pescadores artesanais	3	1
Agricultores Familiares	1.634	1.211
Assentados da Reforma Agrária	297	182
Acampados	24	14

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para programas Sociais (fevereiro/2023)

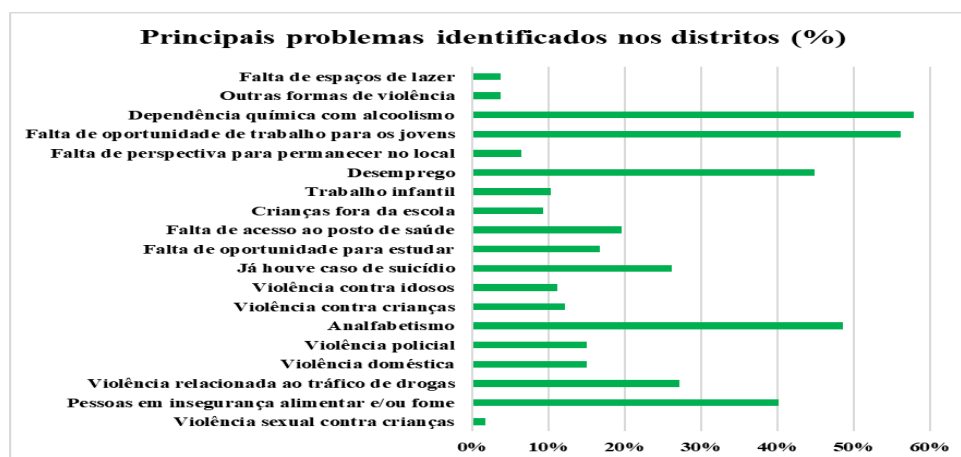
Observa-se que o número de famílias cadastradas que se reconheceram como agricultores familiares é de 1634 e as famílias que recebem o Bolsa Família é de 1.211, o que indica que do total de famílias envolvidas na agricultura familiar, menos de 25% não recebem o bolsa família, e os mais de 75% das famílias complementam sua renda através de benefícios assistenciais do Governo.

O programa de fomento às atividades produtivas rurais, em Vitória da Conquista, não recebeu nenhuma atenção entre 2012 e 2022, conforme indica o Relatório de informações-RI do MDS; assim, a permanência no campo é dificultada pelas fragilidades das políticas públicas ligadas a produção agrícola, mas também pelas condições territoriais de cada espaço rural. Esse quadro desemboca em outras questões que podem ser observadas nos dados coletados em campo.

Alguns dados acerca das problemáticas sob olhar das populações estão dispostos no Gráfico 16 e foram colhidas através dos questionários aplicados. Esses dados ilustram as vulnerabilidades territoriais potencializadas pela ineficiência do Estado e a negação de liberdades básicas. Dos principais problemas identificados, o mais evidente é a dependência química com álcool. Muitos associam isso ao fato dos aumentos dos casos de depressão e ansiedade na atualidade. Em seguida segue-se uma preocupação com a falta de oportunidade de trabalho para os jovens, desemprego, analfabetismo e insegurança alimentar.



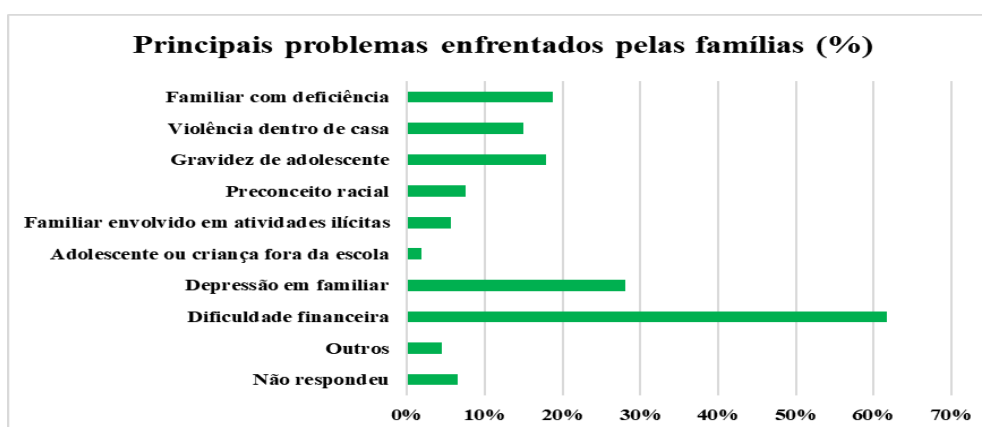
## GRÁFICO 20 - Problemáticas dos territórios sob olhar das populações-VC/Ba-2023



Fonte: Autor 2022

São percebidas, também, carências de infraestrutura, como a falta de equipamentos de lazer, de saúde ou de educação. Através do Gráfico 20 observa-se que muitas são as formas de violência as quais a população está sujeita. Muitas vezes a violência é praticada por agentes do Estado, mas a maioria das situações de violência está relacionada ao cotidiano da família; assim, grupos vulneráveis como crianças idosos e mulheres são as principais vítimas. O Gráfico 21 ilustra os principais problemas vivenciados no seio familiar.

## GRÁFICO 21 - problemáticas reconhecidas no seio familiar-VC/Ba-2023



Fonte: Autor 2022

O cotidiano das famílias é dotado de desafios inerentes a um quadro de dominação que limita as liberdades. Sobretudo nos territórios rurais, alguns padrões culturais

preestabelecidos que tendem a ter raízes mais profundas e preservam, dentre outras, a cultura do machismo e da servidão de forma escancarada. Essa combinação de preconceitos e estereótipos presentes nos territórios rurais, combinados as desigualdades territoriais, distanciam ainda mais os processos de luta por igualdade como as de raça e de gênero enquanto fortalecem culturas segregadoras nos territórios.

O combate às relações de desproteção que é tão caro à Assistência Social revela que essas são comuns em todos os territórios, sendo que algumas problemáticas estão mais presentes em alguns lugares que outros. Em Bate Pé, por exemplo, há um indicativo de população idosa em isolamento ou negligência, em Cabeceira observa-se a negligência nos cuidados aos idosos no seio familiar e o indicativo de que existem idosos em insegurança alimentar. Em José Gonçalves já aparece mais a questão da violência intrafamiliar e a praticada por agentes do Estado.

É difícil pensar a superação dessas vulnerabilidades sem se estar inserido no contexto cultural e no cotidiano das famílias. O CRAS precisa fazê-lo sem que se imponha a cultura higienista, a subalternização das famílias ou posturas que postulem consertar as mesmas. Daí a importância da qualificação profissional das equipes que compõem o CRAS.

#### **4.4.1 Infraestrutura**

São diversas as fragilidades de infraestrutura identificadas pelos residentes nos diversos territórios rurais, abrangendo distritos como Veredinha, Bate Pé, Iguá, Cercadinho, e seus respectivos povoados. Os desafios infraestruturais mais evidentes incluem o acesso à água, eletricidade, serviços telefônicos, coleta de resíduos e transporte.

No que diz respeito ao transporte para as sedes de alguns distritos, este é viabilizado devido à existência de empresas privadas que oferecem o serviço. No entanto, nos povoados mais afastados, a qualidade do transporte é considerada insatisfatória em todos os distritos. Por exemplo, nos povoados do distrito de Veredinha, o transporte para a cidade ocorre apenas uma vez ao dia, em contraste com outros distritos como Iguá e Pradoso, que estão mais próximos do perímetro urbano e há disponibilidade de transporte coletivo público ao longo do dia.

O transporte ofertado pelas empresas privadas tem um custo de passagem considerado elevado para o nível socioeconômico da população. Muitas pessoas não tem condições de pagar passagem quando necessitam de acesso à equipamentos como os

hospitais, que ficam na cidade. Esses então, acabam por não acessar alguns dos serviços especializados como os de saúde e educação.

Segundo um membro da administração da Subprefeitura de Inhobim, o povoado de Barreiro é um dos mais distantes da sede e o acesso ao território é muito difícil. Afirma-se também que mesmo com a manutenção da estrada sendo realizada regularmente, a mesma sempre volta a apresentar problemas que dificultam o acesso dos moradores e das equipes de saúde, educação e Assistência Social na localidade.

A estrada vicinal que conecta a sede de Inhobim ao povoado de Barreiro do Rio Pardo encontra-se intransitável. Com isso as populações usam outras possibilidades de acesso e desembocam em uma série de conflitos originados pela proibição de tráfego em áreas sob propriedade de fazendeiros locais. Essas restrições impactam diretamente o direito de locomoção da população local, uma vez que os fazendeiros negam autorização para os moradores transitarem pelas estradas que servem de acesso a outros povoados. Algumas pessoas chegam a equiparar tais práticas dos fazendeiros locais a comportamentos tipicamente coronelistas.

A comunidade quilombola de Barreiro do Rio Pardo fica a cerca de 28 km do povoado sede de Inhobim e foi um dos principais territórios atingidos pelas fortes chuvas de 2021; na ocasião muitas famílias ficaram desabrigadas. Para se ter uma ideia da gravidade dessa tragédia natural e da ineficiência dos entes federativos, observou-se que um ano após o período de fortes chuvas que atingiu o território de Vitória da Conquista, as populações de distritos como o de Iguá, ainda sofrem com a falta de água para criação dos pequenos rebanhos. Com as chuvas a barragem de Iguá foi rompida e toda água acumulada foi levada, aumentando a dificuldade do cultivo da agricultura e pecuária na região. Um paliativo tem sido o cultivo da palma que ajuda a hidratar e alimentar os animais.

Alguns problemas de infraestrutura são históricos, como a falta de iluminação pública, coleta de lixo e sistema de água potável. Alguns povoados até são servidos de tais serviços, porém, de maneira insuficiente. Bate Pé, Cabeceira da Jibóia e José Gonçalves são servidos de sistema de abastecimento de água através da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa. No entanto, não existe sistema de abastecimento de água tratada da Embasa na maioria dos povoados mais distantes da sede dos distritos.

Na sede de José Gonçalves, embora haja disponibilidade de água tratada fornecida pela Embasa, é frequente a ocorrência de interrupções no fornecimento que se estendem

por períodos superiores a 30 dias. Apesar disso, os residentes de José Gonçalves afirmam que a maioria das residências não está conectada à rede de saneamento.

De modo geral, os distritos dependem de recursos como cisternas, poços artesianos ou do sistema de caixas d'água do Governo federal para garantir o abastecimento de água, especialmente nos povoados mais afastados. Exceto por José Gonçalves, onde há fornecimento de água tratada, não existe sistema de esgoto nos distritos mencionados.

Em outros distritos, como Bate Pé e Cercadinho, a coleta de lixo é realizada pela prefeitura, embora haja a presença de espaços inadequados para o descarte de resíduos, utilizados pela população por motivos diversos. Destaca-se que povoados com maior densidade populacional, a exemplo de Bate Pé, já apresentam desafios anteriormente típicos de áreas urbanas. A comunidade local manifesta crescente preocupação com a ausência de calçadas e os riscos associados ao aumento do tráfego de automóveis e motocicletas, apontando para questões que antes eram exclusivas de ambientes urbanizados.

#### **4.4.2 Cultura e Lazer**

Em todos os territórios da zona rural constatou-se ausência ou deficiência de equipamentos públicos de lazer. Em Cercadinho, assim como Bate Pé, Iguá, Cabeceira da Jibóia, São Sebastião e todos os outros distritos e povoados pesquisados é comum o uso do campo de futebol de terra e as festas conhecidas como “paredões” nas praças com a presença majoritária do público jovem e regadas a bebida alcóolica e drogas ilícitas.

Alguns movimentos culturais como o “Terno de Reisado” do Rancho Alegre (Iguá) até aparecem como um movimento cultural da comunidade. No entanto, a cultura popular não tem sido passada entre as gerações, pois há uma resistência da juventude a essas expressões artísticas, sendo o movimento cultural mais expressivo do distrito, e que reúne todas as idades, os festejos do São João.

Em Cabeceira da Jibóia, alguns lugares da comunidade são usados para o lazer, a exemplo do trailer de duas vendas que, de acordo com os moradores, é um lugar para a diversão onde é possível beber ouvir música e fazer festas. No geral, pessoas da localidade preferem sair para o distrito de Capinal pois oferece mais possibilidades de atividades de lazer e os espaços são considerados mais agradáveis. Porém o lazer na comunidade está muito ligado aos encontros e jogos de futebol, igrejas e bares. Os moradores de Duas Vendas não consideram que haja lazer suficiente, nem uma praça ou espaços de vivência comunitária.

A igreja aparece como um espaço de lazer para grande parte das populações, sendo um importante construtor de vínculos entre os moradores. As relações de solidariedade e

o sentimento de pertencimento estão ligados a esses vínculos. A igreja, o futebol e os paredões são os principais programas das populações dos povoados rurais do município. Um exemplo disso está no povoado de Veredinha, onde a população afirma que o futebol e as festas na Lagoa de Melquiades com uso de bebida alcoólica e música alta são o ponto alto do lazer.

Muitas mães, na maioria dos povoados, lamentam a ausência de um parquinho infantil e consideram que não há opções de lazer que não envolva bares, bebidas ou a igreja. Segundo moradores de Inhobim, as opções de lazer são pífias e isso impacta negativamente na qualidade de vida e nas perspectivas da população jovem do distrito. Alguns associam a falta de lazer com o alto índice de adolescentes envolvidos com uso de entorpecentes ou vulneráveis ao tráfico de drogas.

A preocupação com o público jovem pode ser observada na fala de uma moradora de Inhobim quando afirma que, além de não existirem opções de lazer, a população vive assustada. De acordo com a moradora, “tem uma pracinha lá que fizeram, mas já destruíram tudo. Hoje em dia ninguém tem confiança de deixar uma criança sentar lá. (...) começa a beber, começa a rodar de moto, carro, manobra perigosa, aí acabou lazer, né?” (informação verbal)<sup>26</sup>. Complementarmente outra moradora afirma:

Tínhamos o PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (...) era maravilhoso, principalmente pra mim que sou mãe. A gente deixava as crianças de manhã na escola, eu vinha, dava almoço pra ela e de tarde ia pro PETI. Mas acabou (...) e era um lazer também (...) pelo menos tinha uma coisa que envolvia e fazia a mente produtivo (informação Verbal)<sup>27</sup>.

O PETI que a moradora se refere é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que, na maioria das localidades rurais, é confundido com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI. A mesma afirma que o CRAS era um lugar de pertença que, antes da pandemia do COVID 19, já estava com funcionamento limitado e depois da pandemia parou de vez. Em Cabeceira da Jibóia e São Sebastião houve reclamação semelhante. Em Cabeceira, alguns relembram a existência do Serviço de Convivência que foi fechado na comunidade e consideram que foi um ativo perdido pelo povo, enquanto a população de São Sebastião denuncia a falta dos espaços de convivência da Assistência Social que também fechou nos pós pandemia e até a data do encontro não havia retornado.

---

<sup>26</sup> Relato de moradora (4) do povoado sede de Inhobim, colhido em encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

<sup>27</sup> Relato de moradora (5) do povoado sede de Inhobim, colhido em encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

#### 4.4.3 Violência

Na maioria dos povoados que participaram dos encontros, a população reclama da segurança pública que, segundo um dos moradores de Inhobim, não chega no lugar, assim como “não vai polícia e dificilmente vai a saúde, dificilmente vai o conselho tutelar. É onde o pessoal faz a própria lei deles. Muitas vezes a gente julga, diz que eles brigam, diz que eles fazem isso e aquilo (...), mas é a forma que eles foram criados” (informação verbal)<sup>28</sup>. No povoado de Barreiros do Rio Pardo, alguns temas que dizem respeito à violência doméstica e outras correlatas são evitados por medo de ameaças e represálias.

A população conta que as violências são recorrentes contra a mulheres e crianças do povoado. A violência Intrafamiliar é comum no Povoado e alguns moradores observam a violência física no seio das famílias como algo corriqueiro. Conta-se que houve um caso onde um homem mantinha uma mulher, em cárcere privado e, após denúncia de um morador local, o agressor foi detido, mas dias depois o denunciante passou a ser perseguido na localidade por pessoas próximas ao agressor.

Em Inhobim, as falas dos moradores verbalizam uma insatisfação, tanto com o efetivo policial que atende o povoado sede, quanto aos resultados das ações colocadas em prática pela polícia. A mesma insatisfação foi percebida nas falas dos moradores dos povoados internos do distrito, mas a principal reclamação é contra um grupo de fazendeiros que, segundo os moradores, ameaça a população e pratica grilagem de terras com aval de agentes públicos.

Os moradores de São João da Vitória percebem o crescimento dos casos de abusos sexuais de crianças e adultos, gravidez precoce, a insegurança alimentar que é cotidiana, além da violência contra a mulher e o tráfico de drogas que tem incorrido no aumento da violência, inclusive de casos de assassinatos. Um morador do referido povoado comenta que com o passar dos anos o modo de vida da população mudou bastante. Para ele o crescimento de jovens envolvidos com drogas tem tirado o sossego da população que, juntamente com os problemas da política de saúde, são prioridades na comunidade.

Em Cercadinho, conta-se que existiu um grupo de adolescentes que fazia uso de drogas e tráfico dentro do território. Segundo populares, havia um grupo que fazia tal uso nas imediações e praticava furtos a residências. Com o tempo esse grupo desapareceu e, na atualidade não se vê essa problemática.

---

<sup>28</sup> Relato de morador (6) do povoado de Barreiros do Rio Pardo (Distrito de Inhobim), colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

Muitas pessoas de Iguá e Cabeceira da Jibóia afirmam que a violência policial se tornou outro fator de apreensão na comunidade. Alguns dizem ter medo da polícia devido a violência praticada pelos agentes públicos e não se sentem protegidas pela instituição. Isso é ilustrado na fala de uma moradora que afirma: “eu não sei o que me dá, que tenho uma tremedeira nas pernas quando a polícia aparece (...) porque tenho medo” (informação verbal).<sup>29</sup>

O sentimento é parecido em José Gonçalves pois a polícia é considerada violenta, dentro da comunidade, principalmente após o episódio de violência envolvendo um grupo de ciganos e policiais. O assassinado de dois policiais na região por grupos de ciganos culminou em conflitos e ameaças da polícia contra toda a comunidade com arrombamentos ilegais de casas e episódios de tortura. Os moradores contam que muita gente tem preferido sair do povoado ir e morar em outros lugares para fugir da violência.

Depois do episódio da morte dos dois policiais algumas mulheres alegam ter sido agredidas pela polícia, outra afirma que a polícia agredia todo mundo em busca dos assassinos dos policiais. Uma das moradoras contou que a polícia:

Chegou me coagindo colocou na parede (...) você conhece (sic) eu falei não. A senhora mora onde? - eu moro no Xavier - pois pegue os seus rumos e vai embora. Como que eu fosse um objeto (...) eles estavam com muita raiva (...) eles estavam com muito ódio (informação verbal).<sup>30</sup>

Um dos presentes informou que quando a população necessita, dificilmente conseguem o apoio da polícia e que há uma agressividade da equipe que trabalha na base policial local contra as pessoas que procuram seus direitos. A população de São João da Vitória também denuncia os excessos nas abordagens policiais que segundo eles agredem pessoas inocentes e protegem os que cometem ilegalidades. Toda a situação tem potencializado o medo na população a sensação de impunidade e a falta de confiança no aparato do Estado.

#### **4.4.4 Saúde mental**

Constatou-se, na maioria dos povoados pesquisados, um alto índice de adolescentes com depressão e ansiedade. Os agentes de Saúde de Veredinha, por exemplo, afirmam que houve aumento dos casos entre os adolescentes e, após a pandemia, houve um

---

<sup>29</sup> Relato de moradora (7), povoado sede de Iguá, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

<sup>30</sup> Relato de moradora (8), do povoado sede de José Gonçalves, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

crescimento do adoecimento mental da população, principalmente entre os mais jovens. Em José Gonçalves e São Sebastião isso tem sido um fator de preocupação da população. Constatou-se que isso tem atingido também a população adulta, em especial os idosos.

Em Bate Pé, uma das moradoras presentes infere:

Nós estamos precisando de socorro, não é de um profissional, é socorro de saúde mental como a gente já falou no posto de saúde (...) por que está crescendo demais a questão de ansiedade, a questão de depressão aqui em Bate Pé. E não é só jovens é criança, adolescentes, jovens e adultos e idosos também, com essa questão (informação verbal).<sup>31</sup>

Os dados coletados com a aplicação dos questionários, conforme disposto no gráfico 16, revelam que 28% dos entrevistados já enfrentou problemas relacionados a depressão na família, 26% reconhecem que já houve casos de suicídio onde mora, e 58% observam problemas relacionados da dependência de pessoas com alcoolismo. Alguns moradores de Bate Pé e São João da Vitória observam que há um alto índice de depressão e mutilação entre os jovens que, inclusive, cresceu nos últimos dois anos dentro da localidade, assim como o consumo de álcool e o aumentado do uso de drogas.

#### **4.4.5 Saúde básica**

Em todos os povoados pesquisados, notou-se um conflito entre a população e os serviços de Saúde. Os Moradores entendem que os atendimentos não são realizados de forma eficiente e que não há um atendimento humanizado na maioria das localidades.

No povoado de Barreiro, o posto de saúde funciona em um espaço particular de uma associação e a população o considera ineficaz. Segundo a presidente da associação de moradores, a energia do espaço foi cortada por falta de pagamento. Ela afirma que, no período da pandemia, as vacinas precisaram ser aplicadas em uma área insalubre devido à falta de um espaço adequado. Ademais, nos procedimentos da área de saúde são necessários processos de triagem para o atendimento da população pois, como as vagas são limitadas, na maioria das vezes os pacientes em situação de emergência têm prioridade e ultrapassam o contingente de vagas.

Em José Gonçalves, a política de saúde é prejudicada pelas limitações que são colocadas *in loco*, como a dificuldade de acionar ambulância, as vagas limitadas para atendimento e a falta constante de médicos. Em algumas localidades do distrito, dificilmente chegam as ambulâncias do serviço de urgência da saúde. O que prejudica o socorro

---

<sup>31</sup> 31 Relato de moradora (9), do povoado sede de Bate Pé, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022



às famílias que necessitam de atendimento de urgência ou até mesmo o socorro para um parto em um final de semana.

Em Bate Pé, o posto de saúde também é motivo de reclamação da população. Segundo os moradores, o tempo dedicado ao atendimento é curto, quase nunca tem médico e... é da cultura dos servidores voltar para a cidade sem cumprir os horários de trabalho. Denuncia-se que, sob suspeita de qualquer Início de precipitação de chuva ou neblina, a equipe interrompe os atendimentos e retornam para a cidade. A população da localidade também reclama da falta de um profissional da psicologia que atenda o público com deficiência ou com depressão pois muitos consideram que é inviável certas famílias se deslocarem à cidade para os atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em José Gonçalves uma moradora relata problemas sérios quando necessita de visita a uma pessoa com deficiência dependente de um medicamento que só pode ser aplicado por profissional qualificado. Esta relata que há um negligenciamento com atrasos na aplicação do medicamento, o que provoca sérios problemas de saúde e eventos de violência do paciente devido ao seu quadro de esquizofrenia.

#### **4.4.6 Trabalho**

Em Inhobim postula-se que a população precisa se deslocar do território para trabalhar fora pois “dentro da comunidade não tem como se manter” (Informação Verbal).<sup>32</sup> Por outro lado, uma das lideranças locais afirma que o distrito é um produtor de café, eucalipto, feijão e milho. Para ele existe uma efetiva produção de gêneros alimentícios da agricultura familiar, o que inclui a existência de uma associação envolvida com a criação de galinhas e produção de ovos.

Em contrapartida, outros moradores não reconhecem que isso tem favorecido a população, no geral, mas alguns pequenos grupos isolados. Não obstante, observa-se o plantio do eucalipto em grande parte da região de Inhobim e outros distritos, mas o eucalipto não representa um ativo econômico para as populações que moram nos povoados.

Em São João da Vitória a população adjura falta de oportunidade de trabalho para os moradores das localidades rurais. Na região existe uma feccularia que emprega algumas pessoas, mas é considerado um empreendimento pequeno que contribui pouco no combate ao desemprego local. De toda sorte as casas de farinha se mostram uma importante

---

<sup>32</sup> Relato de moradora (5) do povoado sede de Inhobim, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

fonte de renda das comunidades, mas, através dessas, situações de trabalho infantil são recorrentes. Por conta disso, na região é comum crianças e jovens com mutilações nas mãos devido ao trabalho realizado com facas. Soma-se a isso a falta oportunidade de trabalho para as mulheres, muitas delas estão migrando para cidade em busca de trabalhos como diaristas e faxineiras.

Em Iguá, muita gente prefere trabalhar nas fábricas próximas dos povoados, em especial, uma fábrica de postes, um matadouro e uma rede de postos de combustíveis. É notório que as pessoas do distrito, de maneira geral, não vivem da agricultura familiar, embora existam famílias que estão envolvidas com cultivos agrícolas dentro de suas pequenas propriedades. A opinião do morador P. A. é que: “Eu falo que dentro do Iguá não existe ninguém que trabalhe com agricultura familiar. Tem esses casos específicos, quem tem a roça, que vendem seu coentro sua cebola, sua alface. Mas sobreviver mesmo, não existe” (informação Verbal).<sup>33</sup> Os moradores reconhecem que já houveram muitas plantações, mas que hoje não se consegue produzir e a agricultura está morrendo no distrito. Informam também que já houve a apresentação de projetos de desenvolvimento da agricultura na localidade, mas percebem dificuldade de participação popular nos movimentos.

Um dos moradores conta que o povoado recebeu o suporte de um projeto chamado Bahia Pesca, no qual foram entregues acessórios e treinamento para a produção de peixes no açude da localidade, mas o projeto não seguiu em frente por conta das fragilidades da Associação. Um projeto de cultivo do umbu gigante foi também frustrado por motivo parecido. O habitante local entende que:

Enquanto o povo não tiver consciência que associação é o único canal que nós temos para conseguir as coisas pra comunidade. As pessoas se sentem pertença do lugar. A associação é uma entidade que consegue, que luta pelos direitos da comunidade(...) e principalmente o Iguá não vai evoluir nunca se o povo não tiver essa consciência política de lutar pelos seus direitos, por melhoria. (Relato Verbal)<sup>34</sup>

Há também o entendimento de que a vulnerabilidade dos jovens na localidade é potencializada uma vez que as famílias não conseguem dar o suporte emocional e financeiro necessário. Para agravar a situação, não há oportunidades de trabalho quando o jovem conclui o ensino médio. Para alguns moradores, as perspectivas de vida deles é muito

---

<sup>33</sup> Relato do morador (10), povoado sede de Iguá, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

<sup>34</sup> Relato do morador (10), povoado sede de Iguá, colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

limitada e as oportunidades não aparecem, tampouco tem-se no local uma agricultura que dê suporte e fonte de renda para a quem vive nos povoados.

A população percebe uma vulnerabilidade dos jovens e atribui isso ao fato de não haver uma política voltada para o público infante juvenil, que é uma população com poucas possibilidades de trabalho e lazer e carece de políticas de permanência no meio rural. Em Veredinha, por exemplo, muita gente saiu para o Estado de São Paulo devido à falta de oportunidade de trabalho na localidade.

Em Cercadinho, muitas famílias de moradores mais antigos continuam no lugar e reafirmam não ter pretensão de se mudar, mas reconhecem que a juventude tem abandonado a localidade por falta de oportunidade de emprego. Afirma-se que quem termina o ensino médio geralmente costuma ir para a cidade trabalhar, sair para outros Estados, trabalhar em lavouras intermitentes ou ficar desempregado mesmo.

Essa realidade se repete na maioria dos distritos, com destaques para Bate Pé, Pradoso e São Sebastião. Embora, em algumas localidades como Veredinha, exista a produção de mandioca e farinha, a comercialização é pífia e a maior parte da produção é destinada principalmente para a subsistência, não representando uma fonte de renda para o conjunto da população. Em Veredinha, além da produção de mandioca, há algumas fábricas de farinha, o cultivo de melancia, abacaxi e outros que são usados principalmente para o consumo das famílias e, algumas vezes, são vendidos nas regiões próximas.

O povoado de Salitre (Cercadinho) abriga cerca de 70 famílias. No passado foi um importante produtor de gêneros agrícolas do distrito, mas na atualidade não tem mais a pujança produtiva de tempos idos, sendo um reduto de idosos aposentados e de famílias que trabalham na cidade ou dependem de programas de transferência de renda do Governo Federal.

Nessa relação de trabalho, o que há de mais comum entre os povoados rurais é o fato de a população em idade ativa ainda migrar para a cidade em busca de oportunidades de trabalho, o que tem provocado o desaparecimento ou enfraquecimento da agricultura e um déficit populacional em vários distritos.

#### **4.4.7 Preconceito**

O preconceito e discriminação racial em alguns distritos é visto como algo endêmico, especialmente para população de José Gonçalves. Uma moradora afirma que existe um preconceito contra a comunidade dos Patos, Boqueirão e Algodão. Inclusive nota-se uma certa crise de identidade nos povoados quilombolas no qual muitos moradores não conseguem se reconhecer como pessoas negras. Além disso, entende-se que há também

o preconceito contra pessoas com deficiência, sendo essa prática mais comum nos espaços escolares.

Uma das participantes da reunião era uma pessoa com deficiência e afirma sofrer preconceito constantemente. Afirma-se que também existe preconceito religioso dentro e fora dos templos religiosos, com ataques contra as religiões de matriz africana. As relações de preconceitos também aparecem no território pelo medo de doenças infecciosas como a hanseníase, que está presente no território e a desinformação provoca situações de isolamento aos acometidos da doença.

A população de Cabeceira da Jibóia considera que existem manifestações de preconceito na comunidade e assim destacam o preconceito racial contra pessoa com deficiência e também a população LGBT.

Como os distritos de Veredinha, Inhobim, José Gonçalves e São João da Vitória abrigam um número expressivo de comunidades quilombolas, as manifestações de preconceito racial se reproduzem no cotidiano das populações dessas localidades. Em Veredinha, alguns moradores desconhecem situações que envolvem segregação entre as comunidades tradicionais e os outros povoados. Para alguns existe uma relação pacífica e amistosa entre os povoados, embora reconheçam que nos tempos passados existiam conflitos por questões de racismo, principalmente com a comunidade de Velame.

De acordo com um dos moradores as expressões de preconceito aparecem com mais frequência em relação a comunidade LGBT. Ele atribui esse fato aos paradigmas morais ligados ao crescimento de grupos religiosos no povoado. Em Iguá e Cercadinho as questões que envolvem preconceitos é bem parecido com Veredinha. Em ambos os povoados alguns membros da comunidade negam as relações de preconceito e discriminação racial, por deficiência ou contra comunidade LGBT, e afirmam que existe um trabalho bem focalizado na escola contra essas mazelas. Contraditoriamente, o público mais jovem reconhece já ter sofrido preconceito racial, principalmente na escola.

No povoado quilombola de Barreiro do Rio Pardo afirma-se que a origem dos moradores não é apenas de negros fugidos da escravidão, mas também de indígenas. A expressão “pegado de cachorro” foi usada em alguns contextos para exemplificar a história da população local e está associado ao processo de fuga dos negros para os quilombos. Assim a moradora (2) explica:

Minha mãe dizia que as mães delas eram escravas, as tias delas eram escravas, aí fugiam para os quilombos e os senhores (...) mandavam atrás com os cachorros, né? (...) como elas não sabiam explicar o que

acontecia elas diziam: - Minha mãe é pegada dos cachorros (Informação Verbal).<sup>35</sup>

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Vitória da Conquista tem a 10.<sup>a</sup> maior população quilombola do Brasil, com cerca de 12.057 pessoas autodeclaradas e 32 povoados quilombolas reconhecidos pela fundação Palmares. Alguns, como Cachoeira das Araras (Pradoso), Oiteiro (José Gonçalves) e muitos outros já citados anteriormente, são territórios cuja produção se deu no contexto da desumanização de todo um povo.

No processo de busca por requalificação dos povos quilombolas enfrenta-se, além de todas as problemáticas comuns aos territórios rurais, os desafios de preservar a história ancestral das respectivas comunidades, de manter vivas as tradições e a memória dos antepassados, de sobreviver com os recursos presentes nos territórios e manter vivo o movimento de luta por emancipação do povo negro, enfrentando o racismo estrutural.

#### **4.4.8 Educação**

A questão da educação é fator de preocupação na maioria dos povoados. Dentre as demandas das populações rurais estão: a segurança dentro da escola, construção de equipamentos de esporte na escola, possibilidade de haver ensino médio nos turnos diurnos, fortalecimento de ensino médio, contratação de cuidadores para os alunos com deficiência, melhoria ou implementação do transporte para a escola, melhoria da infraestrutura e equipamentos já existentes nos povoados e possibilidade de creches que atendam as populações rurais. As creches nos povoados rurais da cidade são raras mas, segundo o diretor da escola de São João da Vitória, foi feito um diagnóstico para apurar a necessidade junto as mães trabalhadoras do distrito e a possibilidade de criação de creche, mas até o momento do encontro nenhum projeto havia sido implementado.

Para os moradores de José Gonçalves, Cercadinho e Cabeceira da Jibóia a educação deixa a desejar, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. No povoado de Duas Vendas existe a queixa de que ensino médio não é oferecido na localidade e para ter acesso ao curso, a população precisa se deslocar para a cidade ou para a sede do distrito, que ficam distantes do povoado. Em José Gonçalves e Cabeceira da Jibóia o problema é parecido. Segundo os moradores de José Gonçalves, muitos adolescentes abandonam a escola por conta desse problema.

---

<sup>35</sup> Relato de moradora (2) do povoado de Barreiro do Rio Pardo (Inhobim), colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022

No povoado de Duas Vendas (Cabeceira da Jibóia) a comunidade não considera escola como um lugar de proteção por entendê-la como um lugar inseguro e vulnerável, onde já aconteceram vários episódios de violência. Segundo alguns moradores, há uma ineficiência na gestão da escola que fragiliza a relação de confiança no trabalho docente.

Em Cercadinho, a população traz como demanda a falta de professores na escola. O problema maior está relacionado ao ensino médio, mas no ensino fundamental o problema também existe. É recorrente que situações torpes se tornem motivos para não haver aula, assim como as intempéries, chuvas e outros fatores.

No distrito de São João da Vitória, a moradora do povoado de Vereda (Gambá) relata que, na localidade onde mora, os últimos anos foram de perdas de conquistas anteriores, o que ela considera como perda de direitos. Um dos casos relatados por ela é a questão da escola Nossa senhora da Graças, que tem toda infraestrutura para um bom funcionamento, mas simplesmente foi desativada pelo poder público municipal.

De acordo com moradores de Iguá, muitas crianças já não estudam no território devido às condições da infraestrutura educacional. Nos povoados do interior do distrito, os moradores consideram que a escola fica longe da comunidade, o transporte é precário e o acesso é ruim. Diferentemente de outras localidades rurais, a distância entre o povoado de Iguá para e o perímetro urbano municipal também influencia no acesso da população a uma gama maior de possibilidades na educação. Nesse caso muitos pais, com melhores condições financeiras, preferem escolas particulares dentro da zona urbana ou até mesmo as escolas públicas da cidade.

Em Bate Pé, a escola atende crianças e adolescentes da região, oferecendo as séries de pré-escolar ao 9.º ano nos turnos diurnos e o ensino médio no noturno. Existe uma linha de ônibus que faz o transporte dos alunos das localidades distantes para a escola. No entanto a população afirma que encontra sérios problemas com esses transportes. Alguns entendem que os alunos de povoados distantes ficam prejudicados no ensino.

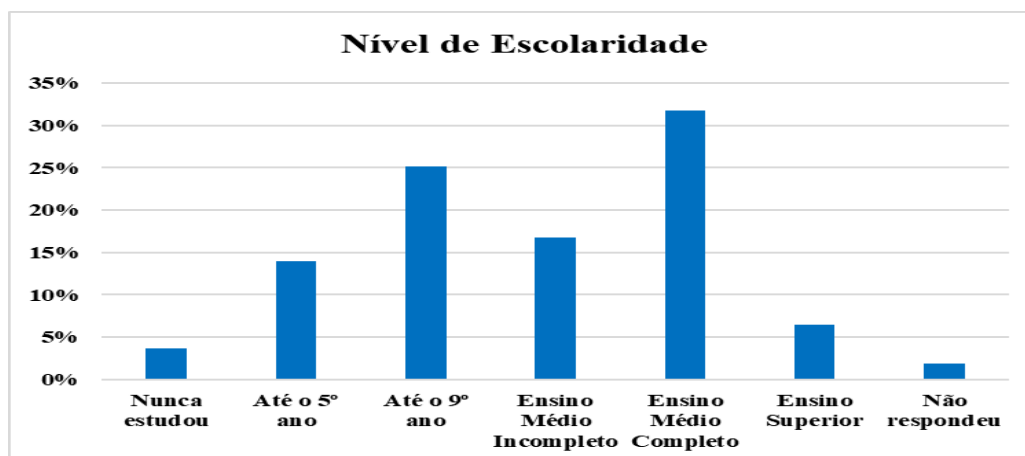
O atendimento especializado à pessoa com deficiência também é ineficiente. Para uma moradora de Cabeceira da Jibóia, o índice de pessoas com deficiência é alto e carece de acompanhamento do poder público; assim, “deveria melhorar o acompanhamento para as pessoas que necessitam (...) tanto na escola (...) e tanto na comunidade. Alcoolismo e doente mental que aqui tá demais” (Relato Verbal).<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Relato do morador (11) do povoado de Duas Vendas (distrito de Cabeceira da Jibóia), colhido durante encontro para construção do Diagnóstico Socioterritorial do CRAS Rural em novembro de 2022.

Através dos dados coletados em campo, foi possível estabelecer um panorama sobre o nível de escolaridade da população pesquisada, conforme demonstra o Gráfico 22.

**GRÁFICO 22 - Nível de escolaridade da População-VC/Ba-2023**



Fonte Autor

A maioria dos entrevistados, 48,8% cursou o ensino médio, sendo que 31,8% conseguiu concluir, no entanto a pesquisa mostra um número expressivo de pessoas sem alfabetização ou que nunca frequentaram a escola.

Em relação ao nível superior, cursar uma universidade pública ainda é um desafio para os moradores da zona rural. As famílias que têm uma condição socioeconômica mais favorável, que são um grupo seletivo, conseguem manter seus filhos na cidade. Alguns membros dos povoados quilombolas conseguem aprovação nos vestibulares através do sistema de cotas, mas não conseguem permanecer nas universidades.

Assim as relações de exclusão vão se perpetuando através de uma infinidade de problemáticas que invadem os territórios hegemônicos e resultam na produção de espaços deficientes em educação, lazer, saúde, segurança e sobretudo, da aplicação dos direitos humanos.

## 5 CONCLUSÕES

As questões apontadas no decorrer do trabalho não são todas passíveis de conclusões definitivas. Nesse sentido, não se almeja abordar aqui todos os conteúdos problematizados na dissertação, uma vez que alguns deles já indicam potenciais direcionamentos ao longo dos capítulos.

A síntese das ideias que se seguem têm como base responder ao que foi proposto pelos objetivos geral e específicos. Com isso, a pesquisa permitiu compreender que a produção das territorialidades da Assistência Social em Vitória da Conquista está intrinsecamente ligada às perspectivas das populações que fazem uso dos CRAS. A análise revela que as contingências das populações locais devem ser base de planejamento das políticas públicas de Estado. Isso já é materializado, além da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde - SUS e de Segurança Pública - SUSP. Inference-se também que os significados do território, no âmbito da Assistência Social, são variados devido à polissemia da categoria de análise e às várias leituras possíveis nas diferentes vertentes de estudos.

Como resultado de um primeiro objetivo, foi permitido compreender que o território desempenha um papel fundamental na Assistência Social, sendo o substrato de todas as questões abordadas por essa política estatal. A análise à luz da teoria de Milton Santos revelou uma interconexão entre a referida política e o espaço geográfico.

Um segundo objetivo examinou e concluiu que as diretrizes que fundamentam a missão do CRAS rural e o conectam ao Território Usado estão ancoradas no fato de que o território como abrigo, das populações rurais do município, é dotado de vulnerabilidades sociais que pressupõe a criação de resistências contra as problemáticas que implicam em atrasos sociais e no enfraquecimento do exercício da cidadania.

Constata-se que é no Território Usado que se materializam as territorialidades da Assistência Social, pois nele residem as populações que, enquanto se (re)produzem, constroem as relações históricas e sociais, as de pertencimento com os territórios de vivência, os conflitos, as lutas por direitos e liberdades, territorialização-desterritorialização, as relações de afetividade e todas as outras dimensões inerentes à reprodução da vida humana.

As problemáticas surgidas nos territórios receptores das políticas de Estado são constituídas no contexto da produção de desigualdades espaciais, que se processam de acordo com as formas de uso dos territórios. Aos territórios rurais de Vitória da Conquista se inserem várias problemáticas, ausências e conflitos socioespaciais. O conteúdo desses conflitos está intrinsecamente ligado ao que se busca superar com a Política de Assistência Social, no sentido de combater as fragilidades territoriais, fortalecer os movimentos de resistência e construir alternativas para acessar as liberdades individuais e coletivas.

Em resposta a um terceiro objetivo, inference-se que a matricialidade sociofamiliar proposta na Política de Assistência Social, do ponto de vista geográfico, pode ser observada como o território da família, constituído por relações de poder, desproteções e



violências. Nos territórios de abrigo da família é que está a materialização dos problemas que a Assistência social se debruça. Muitos desses se configuram no cotidiano, mas não podem ser combatidos apenas considerando o espaço banal da família e sim toda uma conjuntura social, presente nas diferentes escalas espaciais. A sociedade brasileira, enquanto macro território dotado de desigualdades, violências e essencialmente excludente, também é outra escala do território que influencia na construção das territorialidades no cotidiano da família.

Insiste-se que a família por si só não deveria ser o central na Política de Assistência Social, mas sim a forma como ela se relaciona com Território Usado. Logo, a matricialidade sociofamiliar foi entendida aqui, não apenas como um núcleo base ao qual se busca promover ações assistencialistas, mas dentro das suas territorialidades, que são inerentes às formas pelas quais o espaço é apropriado para o uso.

Por conseguinte, sendo a família uma unidade territorial da escala do lugar, a matricialidade sociofamiliar se estabelece como um conceito integralmente válido e central na construção de uma territorialidade para os CRAS e, conseqüentemente, para Assistência Social. Todavia, as ideias que promovem a matricialidade sociofamiliar dentro a Assistência Social precisam ser constantemente revistas, rediscutidas e reformuladas à luz das dinâmicas dos territórios e das mudanças estruturais no decorrer da história, pois deve-se reconhecer a família condicionada à formação da própria sociedade brasileira.

A pesquisa define que as famílias consideradas vulneráveis são aquelas que se encontram imersas em contextos de violência, preconceito, insegurança alimentar, extrema pobreza, restrição de liberdades, exclusão social e diversas outras complexidades sociais. Muitas dessas características são frequentemente compartilhadas em diferentes espaços, mas algumas são endêmicas em territórios subjugados, tais como as periferias urbanas, as favelas e, conforme defendido neste estudo, os povoados rurais.

Nesses territórios a negação contínua dos direitos humanos é flagrante, o que coloca as pessoas que usam esses territórios como abrigo em posição de vulnerabilidade, independente da configuração da família nuclear estar em “harmonia” ou em situação socioeconômica favorável. Há todo um movimento de agentes hegemônicos que interferem e produzem contradições no espaço banal. Além disso as questões de gênero, raça e *status* social potencializam as vulnerabilidades territoriais. As informações obtidas nos encontros do Diagnóstico Socioterritorial e nos questionários aplicados às populações explicitaram como isso é materializado no cotidiano das populações.

Nesse contexto, as periferias urbanas e os povoados rurais de Vitória da Conquista compartilham características entre si que se associam aos objetivos da Política de Assistência Social. Em ambas se notam semelhanças físicas, socioeconômicas e uma complexidade das relações sociais, ideológicas e culturais que culminam em um distanciamento das liberdades e da cidadania plena.

Acerca das perspectivas do CRAS Rural de Vitória da Conquista e das populações atendidas, percebe-se um certo distanciamento devido à falta de proximidade entre o CRAS e grande parte das populações que este atende. Há uma crise na qual, as transformações no campo brasileiro têm resultado no desaparecimento de formas tradicionais de vida rural. Nos distritos rurais de Vitória da Conquista isso se concretiza, dentre vários outros fatores, no enfraquecimento das feiras populares, da agricultura familiar e pelo desinteresse crescente das populações mais jovens pela agricultura.

No processo das metamorfoses, constata-se uma convergência entre as realidades urbanas e rurais, enfatizadas nas transformações da paisagem e no modo de vida das populações. Muitas características do urbano estão presentes na cultura das populações rurais do município, vistas na paisagem e na dependência cada vez maior do trabalho na cidade. Contraditoriamente, alguns movimentos de resistência persistem, destacados pelos anseios de parte da população em preservar a identidade rural, mesmo diante das mudanças impostas pelo mundo globalizado.

Nos povoados rurais de Vitória da Conquista, o uso do território gera diversas questões para as populações locais visto que as perspectivas das comunidades pesquisadas são moldadas, também, pela ausência de infraestruturas e equipamentos básicos, como escolas e postos de saúde, além de outras fragilidades estruturais. Isso cria barreiras significativas para o desenvolvimento humano nas áreas rurais, mas também se constituem na materialização do que representa o Território Usado no Brasil.

As populações locais, além de enfrentarem desafios, destacam-se pela resistência e a busca por horizontalidade nos territórios. Notabilizados pelos fortes vínculos comunitários e o apoio solidário entre conterrâneos, muitos enxergam a vizinhança como uma grande família com laços estreitos. As organizações políticas, como cooperativas de agricultores e associações de moradores nos distritos, também se constituem como formas de resistência.

Todavia, a superação da maioria dos problemas relatados pelas populações locais não é passível de ser resolvida pelos CRAS ou mesmo pela Assistência Social brasileira, tal como ela é hoje. Por isso, o que muitos chamam de política de garantia de direitos

assegura apenas alguns mínimos para grupos já excluídos, mas não prevê o bem-estar social no sentido estrutural.

Nesse contexto é que se encaixa o Estado brasileiro e seu papel na produção e no enfrentamento das desigualdades sociais e das violências. O sentimento relatado pelas populações rurais de Vitória da Conquista é de descrença, de abandono e insegurança em relação ao poder público. Muitos observam que o Estado, sob interferência dos governos, em vez de adotar uma abordagem protetiva, muitas vezes se manifesta coercitivamente contra as populações. O resultado é um território propenso à violência e conflitos locais.

A pesquisa esclarece que o Estado brasileiro, quando governado por regimes totalitários, monarquias sem responsabilidade social e grupos hegemônicos diversos, promoveu políticas de exclusão e marginalização das populações e das minorias. Com a consolidação da política de Assistência Social produz-se uma nova territorialidade que passa a considerar as populações mais vulneráveis no planejamento estatal e promover a inserção das temáticas relacionadas aos direitos humanos. Isso só foi possível, após uma mudança pontual na forma como o Estado passou a enxergar o exercício da cidadania.

Atualmente, o Estado brasileiro, ao reconhecer as desigualdades sociais, estabeleceu uma estrutura de proteção social. No entanto, na sociedade capitalista, a política de Assistência Social coexiste com a desproteção social no trabalho e nos direitos humanos, gerando vulnerabilidades que afetam principalmente a classe trabalhadora. Atualmente, o Estado implementa a política de Assistência Social sem romper com a estrutura da sociedade que é responsável pela produção de desigualdades e violências. Isso acontece, em parte, porque as políticas estatais sofrem interferências dos interesses corporativos e governamentais, que reduzem a participação popular e fragilizam a eficácia das políticas públicas.

Em Vitória da Conquista, o enfraquecimento da participação das populações rurais, nos mecanismos de controle social, é perceptível quando se observa a organização de encontros improvisados e mal divulgados pela gestão local com aparente desinteresse na participação das populações locais. Vale observar que tais encontros, quando não são esvaziados de conteúdo, são de contingente populacional. Isso foi constatado, dada a aplicação inadequada do diagnóstico socioterritorial e nos planejamentos deficientes das conferências de Assistência Social, principalmente no período da pandemia.

A interferência dos governos e dos atores hegemônicos com interesses particulares, revelaram uma outra territorialidade da Assistência Social local que, contrárias as

premissas pretendidas nas normativas oficiais da PNAS, se manifesta contra o desenvolvimento da referida política.

Infere-se que essas interferências ampliam os entraves que impedem no desenvolvimento das ações do CRAS rural. Ficou perceptível que o equipamento já enfrenta problemas na execução dos diagnósticos socioterritoriais, na implantação do PAIF e na construção de territorialidades que contribuam para o desenvolvimento humano nos povoados. Além disso, os insumos, os transportes que são oferecidos e as verbas destinadas a Assistência Social não têm sido repassadas de forma correta ou não atendem às demandas do equipamento.

Considera-se, sobretudo, que a questão mais impactante na qualidade dos serviços oferecidos é a carência de treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais, que são a base de funcionamento da unidade. Isso impede a adoção de uma abordagem mais holística, baseada em um raciocínio teórico-metodológico eficiente, com o propósito de fomentar processos emancipatórios. Ao invés disso, em muitas situações, percebe-se a predominância de improvisos e ações pautadas no senso comum, sem considerar as perspectivas das populações usuárias do equipamento.

Por estas e outras razões, dadas as especificidades do CRAS Rural de Vitória da Conquista, à luz do conhecimento sobre o Território Usado como base material para a análise da realidade e dos dados coletados em campo, detecta-se um distanciamento entre o equipamento e o público-alvo.

Como resultado, vê-se que o CRAS rural de Vitória da Conquista não construiu territorialidades fecundas, conforme sugerido no livro 'Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões Acadêmicas Sobre o Desenvolvimento Social e o Combate à Fome: Assistência Social e Territorialidades' (2014), nem se pode garantir que as pífias formas de horizontalidades criadas em alguns povoados têm fortalecido as uniões locais e as liberdades nos territórios.

Depois de tudo que foi discutido neste trabalho, reputa-se que fortalecer as horizontalidades e ampliar as liberdades são objetivos que estão ao alcance do CRAS rural e, portanto, esse tem potencial transformador da realidade ao qual se debruça. No entanto, dentre as várias questões, já apresentadas, que se configuram como impeditivo de desenvolvimento do CRAS rural de Vitória da Conquista, está o fato que esse, na condição de política de Estado, não tem sido executado de acordo com as normativas que regem seu exercício. Na condição de política pública, tem sido pensada de maneira verticalizada, onde as abordagens levam em conta quem aborda e não quem é abordado.

## 6 REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social.: **Orientações gerais do conselho nacional de Assistência Social para a adequação da lei de criação dos conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no suas**. Brasília: 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Lei 12.288/10.DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome :Assistência Social e territorialidades**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social – NOBRH/SUAS**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana. **Revista Geosul**, ano 1, nº 2, p. 70-78, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 2ª edição. Ática, 1989.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 10, 171-188, 2002.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 39, p. 19-36, 2020.

DIEESE. **As dificuldades das mulheres chefe de família no mercado de trabalho** – Boletim Especial, 8 de março de 2023. DIEESE. São Paulo, 2023. 13 p.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012 [1975], p. 523-545.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2ª edição. Rev.1 reimp. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

GOV/MDS: Dados do sistema de cadastro do SUAS-CadSuas. Endereço eletrônico, 2023. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarEntidadeConsultaExterna.html?aba=dados\\_gerenciais\\_rh&codigo=260026](https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarEntidadeConsultaExterna.html?aba=dados_gerenciais_rh&codigo=260026) acessado em 28-08-2023.

HAESBAERT, R. . Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Famílias e domicílios - Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOGA, D. H. U. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 16, p. 30-42, 2013

LAURELL, A. C. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, A. C. (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2 ed. São Paulo: Cortez/CEDEC, 1997. p. 151-178.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Título original: La production de l'espace. 4ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOCATEL, Celso Donizate. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo Fundação SEADE, v. 14, n.4, p. 21-33, 2000.

MARX, Karl. **Karl Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MERCADANTE, Aloizio. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: WERCHEIN, Jorge (Org.); NOLETO, Jovchelovitch Marlova. **Pobreza e Desigualdade no Brasil - Traçando caminhos para inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

PMVC. Pmvc: **Cras Rural leva serviços socioassistenciais a comunidade quilombolas e distritos de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista, 2023. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/cras-rural-leva-servicos-socioassistenciais-a-comunidades-quilombolas-e-distritos-de-vitoria-da-conquista>> Acesso em: 06 de novv. de 2023.

PMVC, 2014. **Desenvolvimento Social**.<Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2023.

PMVC. Pmvc: **Prefeita comemora aniversário do Cras jardim valeria**. Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeita-comemora-aniversario-do-cras-jardim-valeria-e-entrega-mochilas-a-criancas-atendidas-pelo-servico>> Acesso em: 28 de fev. de 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1982. 269 p.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. Estado e governo: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 11, n. 2, p. 140-145, 2008.

ROCHA, R. D. S.; FERRAZ, A. E. Q. Produção e reprodução do espaço na periferia de uma cidade média: uma análise do cotidiano no bairro Nossa Senhora Aparecida, em Vitória da Conquista - Bahia, 2018. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 39, p. 1-24, 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 384 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. Nobel, São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton et al. **O papel ativo da geografia, um manifesto**. Florianópolis, 2000.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. In: Santos, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Cap. 1).

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Edusp, 2007).

SANTOS, M. O retorno do território. In: Milton Santos; Maria Adélia A. de Souza; Maria Laura Silveira. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, v. , p. 15-20

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, N. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 10/02/2023.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. 6ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, M. L.. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI? a história de um livro. **Acta Geográfica** (UFRR), v. Ed esp, p. 151-163, 2011.

SIMIONATTO, I. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. 1. ed., v. 1., 760p. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



SOUZA, Maria Adelia. **Política e território - geografia das desigualdades. Brasil em questão a universidade e a eleição presidencial.** Brasília: editora UNB, 2002, v. 1, p. 283-293.

SPOSATI, Aldaíza. **Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade social brasileiro.** In: IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Qual a política de Assistência Social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argumentum**, v. 8, p. 6-15, 2016.

TORRES, Abigail Silvestre; FERREIRA, S. S. **Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais.** O social em questão (online), v. 22, p. 279-301, 2019.

VILLANUEVA, Elisa Rodrigues et al. **História da assistência social no Brasil.** Multi-temas, 1999.

WEBER, Max. Economia e sociedade: **Fundamentos de sociologia compreensiva.** 2. v. Brasília: UnB, 1999.

## 7 APÊNDICES

### Apêndice A: Questionário para usuários

#### QUESTIONÁRIO PARA OS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Elaborado por **Rômulo Dias dos Santos Rocha**, discente do curso de Mestrado em Geografia-PPGEO da Universidade Estadual Do Sudoeste da Bahia- UESB. Este questionário tem como objetivo **discutir as perspectivas da unidade e das populações atendidas pelo CRAS Rural de Vitória da Conquista bem como o de buscar a relação que as famílias estabelecem no uso do território de vivência**

**Público alvo:** Usuários dos serviços do CRAS rural de Vitória da Conquista.

Agradeço que responda da forma mais sincera possível. Asseguro que a pesquisa é totalmente **anônima e confidencial** e jamais será usada para qualquer outro fim, que não seja este estudo.

#### Parte I

##### Sexo:

1. ( ) Masculino
2. ( ) Feminino

##### Idade:

1. ( ) 18 a 29 anos
2. ( ) 30 a 39 anos
3. ( ) 40 a 49 anos
4. ( ) 50 a 59 anos
5. ( ) 60 a 69 anos
6. ( ) Acima de 70 anos

##### Estado Civil:

1. ( ) Solteiro(a)
2. ( ) Casado(a)
3. ( ) Viúvo(a)
4. ( ) Divorciado(a)
5. ( ) Outro

##### Raça/cor:

1. ( ) Preta
2. ( ) Parda
3. ( ) Branca
4. ( ) Amarelo
5. ( ) Indígena
6. ( ) outro \_\_\_\_\_

**Região onde mora (Povoado/distrito):** \_\_\_\_\_

**Quantidade de pessoas que moram na residência, incluindo você:** \_\_\_\_\_

##### Nível de escolaridade:

1. ( ) Nunca estudou

2. ( ) Até o 5º ano
3. ( ) Até o 9º ano
4. ( ) Ensino médio Incompleto
5. ( ) Ensino Médio Completo
6. ( ) Ensino Superior

## **Parte II**

### **Você sabe para que serve um CRAS?**

1. ( ) Sim
2. ( ) Mais ou menos
3. ( ) Não

### **Marque as alternativas que você acha que é função do CRAS.**

1. ( ) Trabalho com famílias
2. ( ) Defesa de direitos humanos
3. ( ) Oferecer auxílio Brasil
4. ( ) Entregar cesta básica
5. ( ) Conhecer os problemas da sua comunidade
6. ( ) Atendimento com assistente Social
7. ( ) Atender pessoa com deficiência
8. ( ) Ajudar a superar dificuldades na família
9. ( ) Não sei responder

### **Quais dessas questões sua família já enfrentou, ou enfrenta?**

1. ( ) Dificuldade financeira
2. ( ) Depressão em familiar
3. ( ) Adolescente ou criança fora da escola
4. ( ) Familiar envolvido em atividades ilícitas
5. ( ) Preconceito racial
6. ( ) Gravidez de adolescente
7. ( ) Violência dentro de casa
8. ( ) Familiar com deficiência
9. ( ) outro \_\_\_\_\_

### **Marque os principais problemas que você enxerga na comunidade onde mora**

1. ( ) Aqui existe muita gente passando necessidade financeira e até fome
2. ( ) Aqui existe violência por conta do tráfico de drogas
3. ( ) Aqui existem muitos casos de violência doméstica.
4. ( ) Aqui existe violência praticada pela polícia.
5. ( ) Aqui há muita gente que não sabe ler ou escrever
6. ( ) Aqui, os adultos costumam usar de violência contra: ( ) crianças ( ) idosos
7. ( ) Aqui já houve casos de suicídios
8. ( ) Aqui as pessoas não têm muita oportunidade de estudar
9. ( ) Aqui, a população não tem acesso à posto de saúde
10. ( ) Tem muita criança aqui que não estuda
11. ( ) As crianças aqui geralmente trabalham
12. ( ) Por aqui há muita gente desempregada
13. ( ) Não há futuro pra mim aqui. Se pudesse me mudaria daqui agora
14. ( ) Falta oportunidade para os jovens.
15. ( ) Aqui, existem muitas pessoas em dependência química com alcoolismo

### **Marque as principais potencialidades que você enxerga na comunidade onde mora.**

1. ( ) Aqui existem bons espaços de lazer para as crianças brincarem
2. ( ) Aqui existe um líder comunitário que ajuda a população
3. ( ) Aqui as pessoas costumam se ajudar nas horas difíceis

4. ( ) As pessoas daqui conseguem garantir seus direitos através da luta política
5. ( ) Esse é meu lugar, tenho laços afetivos aqui
6. ( ) Gosto do trabalho da roça e aqui eu posso exercê-lo
7. ( ) Daqui é que tiro a maior parte do meu sustento e da minha família
8. ( ) Tenho amigos e familiares aqui que são muito importantes para mim
9. ( ) Aqui dá pra viver sossegado pois não existe tráfico de drogas
10. ( ) Aqui não tem violência como na cidade

**Como você se imagina daqui a 10 anos?**

1. ( ) Pretendo concluir meus estudos e conseguir um bom emprego longe daqui
2. ( ) Pretendo plantar e viver da renda de minha terra
3. ( ) Aqui não tem muita opção, espero ainda estar recebendo benefício do governo
4. ( ) Pretendo montar meu próprio negócio
5. ( ) Pretendo arrumar um emprego na cidade e ficar por lá
6. ( ) Pretendo arrumar um emprego na cidade e voltar no fim do dia ou da semana
7. ( ) Espero poder me aposentar por tempo de serviço
8. ( ) Nunca tive carteira assinada, espero conseguir um Benefício de Prestação Continuada.
9. ( ) Gosto do lugar onde moro mas não me vejo morando aqui por falta oportunidades.
10. ( ) Não me mudaria daqui, independente das dificuldades.

Não quero mas não quero estar dependendo de benefício do Governo.

**Você considera importante o CRAS trabalhar junto às famílias da comunidade onde mora?**

1. ( ) Sim, o CRAS ajuda em muitas dificuldades que temos no cotidiano, com as crianças e entre os adultos também
2. ( ) Pretendo procurar o CRAS se houver alguma ocorrência em minha família
3. ( ) Não sei o que o CRAS faz.
4. ( ) Não acho importante. Acho que o Estado não deve se meter nas coisas que acontecem na minha família.

**Qual é o nível de relacionamento você e seus familiares tem com o CRAS**

1. ( ) Costumo ir na unidade do centro para atualizar meu NIS ou buscar outros benefícios e serviços
2. ( ) Minha família costuma receber os técnicos do CRAS em casa
3. ( ) Já fiz ou faço parte de algum serviço do CRAS
4. ( ) Não costumo usar os serviços do CRAS, só quando tem ação aqui na comunidade

**Quais desses serviços você já utilizou na Assistência Social?**

1. ( ) Auxílio Brasil/Bolsa Família
2. ( ) Benefício de Prestação Continuada
3. ( ) Serviço de Convivência
4. ( ) PAIF
5. ( ) Programa de Habitação
6. ( ) Outro \_\_\_\_\_

**Como você avalia o atendimento da Assistência Social?**

1. ( ) Tudo ótimo
2. ( ) Poderia melhorar
3. ( ) Ruim

Você tem alguma Sugestão para melhorar o atendimento das ações do CRAS na comunidade onde mora?

---



---

## **Apêndices B: Roteiros das Entrevistas**

### **Apêndice B 01: Roteiro de entrevista realizada com servidores dos CRAS-PAIF**

Elaborado por **Rômulo Dias dos Santos Rocha**, discente do curso de Mestrado em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Esta entrevista objetiva entender as relações entre CRAS, cotidiano e território, vista pelo viés dos servidores envolvidos com o Programa de Atendimento Integral à Família -PAIF dos CRAS de Vitória da Conquista-BA.

Agradeço que responda da forma mais sincera possível, assegurando que o inquirido é totalmente **anônimo e confidencial** e jamais será usado para qualquer outro fim, que não seja este estudo.

#### **Experiências com o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)**

- 1- O que faz exatamente o PAIF?
- 2- Como é a participação dos usuários nos encontros do PAIF?
- 3- Quais as vulnerabilidades Sociais o PAIF busca combater?
- 4- Geralmente, quais as principais demandas de PAIF o seu CRAS recebe?
- 5- Você considera que o PAIF funciona bem no CRAS onde você trabalha?
- 6- É comum as famílias atendidas pelo PAIF superarem as vulnerabilidades que às fizeram ser inseridas no Programa?
- 7- Você sabe quais as estratégias que são usadas pelo CRAS para o atendimento das famílias no geral?
- 8- Como o CRAS onde você trabalha tem participado da vida das pessoas no território onde ela habita?
- 9- No geral, como você enxerga os usuários dos CRAS que você atende?
- 10- Quais as características dos territórios que seu CRAS atende, você consegue identificar?
- 11- Para você, quais os principais problemas para a execução do seu trabalho nos CRAS onde já trabalhou?
- 12- Você acredita que trabalho que executa no CRAS é essencial para o desenvolvimento da sociedade brasileira? Por quê?


### **Apêndice B 02: Roteiro de entrevista realizada com servidores dos CRAS-SCFV**

Elaborado por **Rômulo Dias dos Santos Rocha**, discente do curso de Mestrado em Geografia-PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Essa entrevista objetiva entender as relações entre CRAS, cotidiano e território, vista pelo viés dos servidores envolvidos com o Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos CRAS de Vitória da Conquista-BA.

- 1-Como você explicaria para uma pessoa que não conhece qual é a função social do SCFV
- 2- Você acredita que o serviço de convivência mudou o cotidiano das pessoas que participam dele? Como?
- 3- Você consegue avaliar uma mudança significativa no percurso de vida de algum usuário participante ou ex-participante dos grupos de convivência?
- 4- E na sua vida, o que você acha que mudou?
- 5- Você considera o SCFV Central para a política de Assistência Social? Por que?
- 6- Se você pudesse mudar algo no SCFV, o que você mudaria?
- 7- O que mais atrapalha a execução do SCFV?
- 8- Me fale sobre o seu nível de envolvimento com os usuários do SCFV.
- 9- Na sua visão, quem são os usuários atendidos no grupo de convivência que você trabalha?
- 10- Para você, o que significa fazer gestão territorial no SUAS?

## 8 ANEXOS

### Anexo 1 – Roteiro de entrevistas aplicados nos encontros do diagnóstico socioterritorial


 PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

**ROTEIRO DIAGNÓSTICO**  
**TRABALHADORES/USUÁRIOS DO SUAS**


O seguinte roteiro tem por objetivo direcionar momento de escuta aos trabalhadores e usuários do SUAS em relação aos territórios de atuação para atualização do Diagnóstico Territorial do Município. As perguntas foram extraídas do artigo Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais das autoras Abigail S. Torres e Stela da S. Ferreira, publicado em 2019.

“Por isso, traduzir as vulnerabilidades características de cada território em demandas de proteção social do SUAS requer conhecer os impactos dessas vulnerabilidades nos modos de relação desses cidadãos em suas famílias, entre vizinhos, nos serviços públicos e com demais atores que fazem parte da dinâmica desses territórios. Dimensionar os elementos desta trama implica perguntas como:

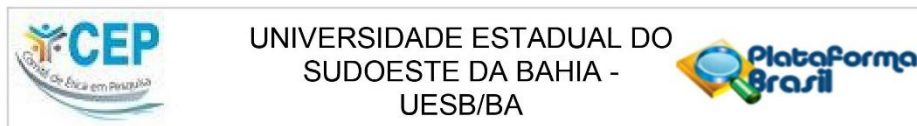
1. Como esse lugar (bairro, distrito, povoado, etc) foi constituído? Qual sua história?
2. De que forma a infraestrutura urbana (serviços básicos: água, luz, gás, telefone, saneamento básico, transporte público) fragiliza vínculos de proteção nos territórios?
3. Como manifestações de preconceito isolam e apartam determinados grupos sociais nos territórios (população negra, idosa, LGBTQIA+, PCD, entre outros)?
4. Quais são os lugares de pertença no território?
5. Quais vínculos são valorizados por quem ali vive (os vínculos familiares, comunitários, com serviços, entre outros)?
6. Quais vínculos protegem as pessoas que vivem?
7. Onde as pessoas gostam de estar?
8. O que elas querem que mude no território e o que elas desejam que permaneça?
9. Com quais instituições ou grupos, as pessoas contam em momentos de sofrimento? Quem as socorre?
10. Como as demais políticas públicas territorializadas (saúde, educação, segurança) atuam nesse território? O que elas e com quem se parceirizam?”

\*Algumas perguntas foram adaptadas em relação ao documento original sem perder o sentido e objetivo.

Av. Juracy Magalhães, nº 182, Bairro Jurema  
 Fone: (77) 3429-9406  
 CEP: 45023-490 – Vitória da Conquista – Bahia  
 vigilanciaps@semdes.pmvc.ba.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  

 PREFEITURA VITÓRIA DA CONQUISTA  
 GOVERNO PARA PESSOAS

## Anexo 02 – Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Território Usado como conceito estratégico na política de assistência social: um estudo sobre a Protecção Social Básica nas comunidades Rurais de Vitória da Conquista-BA

**Pesquisador:** ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 63636122.1.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.695.283

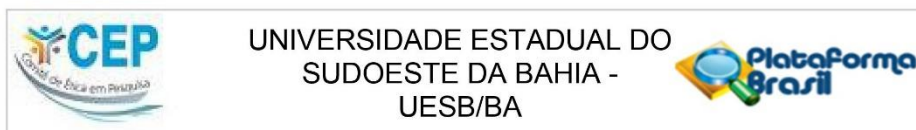
#### Apresentação do Projeto:

Nas palavras do autor:

"Na contemporaneidade, o Estado brasileiro tem se valido do território no sentido de buscar, nesse, uma aproximação com a realidade social para o aperfeiçoamento das políticas públicas ou políticas de Estado. Uma dessas políticas é a de Assistência Social do Brasil, que se coloca no bojo do enfrentamento às urdiduras contidas na gênese social do país como é o caso da desigualdade social. Comunidades historicamente subjugadas como as periferias, as comunidades quilombolas e os povoados na zona rural, são os territórios prioritários das demandas da Assistência Social. É nesse âmbito que a Política Nacional de assistência Social se define como política de base territorial através dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, que deve considerar o território, na sua relação com as questões socioeconômico e cultural das famílias, seus arranjos, as vulnerabilidades sociais e outras questões que envolvem valores, crenças e demandas individuais. A experiência dos CRAS, no Brasil, conduz a uma perspectiva geográfica na Política de Assistência Social quando confrontamos suas diretrizes com o conceito de território usado, proposto por Milton Santos. Assim a materialização dos Territórios do CRAS de Vitória da Conquista-BA se concretiza nas diversas relações que se tecem nos espaços de vivência, seja no urbano ou no rural.

(...)

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequeiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.695.283

Para a pesquisa serão efetuados estudos de bibliografia e revisão de literatura com base no método crítico-dialético. Com efeito, serão adotados alguns aportes teórico-metodológicos fornecidos por abordagens da Geografia e de áreas afins que dialogam com a perspectiva do trabalho como Santos (1978, 1985, 1994, 1996, 1999, 2002, 2006) Koga (2013) Carlos (1996) Raffestin (1972), dentre outros. Pretende-se realizar trabalho de campo

ancorado em pesquisa semiestruturada a servidores dos CRAS de Vitória da Conquista e membros da Gestão. Também serão aplicados questionários, nas localidades onde habitam os usuários do CRAS Rural de Vitória da Conquista-Ba (nos seus respectivos territórios de vivência e não nos CRAS), seguindo os protocolos éticos, o respeito à dignidade humana".

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Entender como o conceito de território usado se materializa na Política de Assistência Social de Vitória da Conquista-BA, através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Rural de Vitória da Conquista -Ba.

Objetivo Secundário:

1-Compreender o significado do conceito de território para a política de assistência social no Brasil e suas as diretrizes básicas. 2-Analisar o papel do Estado brasileiro com a Política de Assistência Social e a sua relação com a dinâmica dos territórios urbanos e rurais de Vitória da ConquistaBa.3-Examinar de que forma o conceito de Território Usado se materializa nas diretrizes e ações dos Centros de Referência em Assistência SocialCRAS, em Vitória da Conquista.4-Discutir as perspectivas do CRAS Rural de Vitória da Conquista e das populações atendidas pelo equipamento e suas interrelações concretas com o território onde vivem.5-Relacionar a concepção de "matricialidade familiar", da Assistência Social, com as leituras geográficas sobre os conceitos de Cotidiano e Território Usado.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

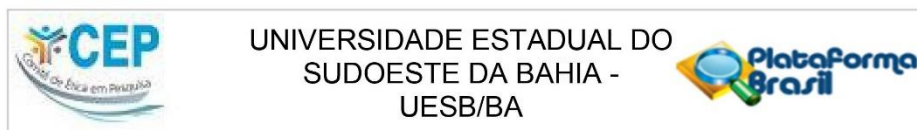
A presente pesquisa envolve riscos mínimos.

Os riscos existentes ao participante desta pesquisa são de constrangimento e/ou desconforto ao responder as questões, perturbação do seu tempo e da sua rotina e/ou interferência no seu comportamento em decorrência da presença do pesquisador. Nos TCLEs aponta o que será feito no sentido de evitar/minimizar os riscos.

Benefícios:

<b>Endereço:</b> Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
<b>Bairro:</b> Jequiezinho <b>CEP:</b> 45.206-510
<b>UF:</b> BA <b>Município:</b> JEQUIE
<b>Telefone:</b> (73)3528-9727 <b>Fax:</b> (73)3525-6683 <b>E-mail:</b> cepiq@uesb.edu.br





Continuação do Parecer: 5.695.283

Visa contribuir para o desenvolvimento da Assistência Social no que diz respeito ao entendimento e gestão do território atendido pelos CRAS da Cidade de Vitória Da Conquista e conseqüentemente um melhor entendimento de procedimentos de trabalho nos Centro de Referência em Assistência Social.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligada ao PPGeo (UESB), que analisa o conceito de território junto a Política de Assistência Social de Vitória da Conquista-BA.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1) PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1991409 (OK)
- 2) decretoAna (OK)
- 3) AutColetadeDados (OK)
- 4) PREPROJETOMESTRADORomuloRocha (OK)
- 5) Instrumentos (OK)
- 6) TCLEQUESTIONARIOS4 (OK)
- 7) TCLEGESTOR3 (OK)
- 8) TCLESCFV2 (OK)
- 9) TCLEPAIF1 (OK)
- 10)DECLAR (OK)
- 11)FolhaderostoRomulo (OK)

**Recomendações:**

Ver conclusões.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

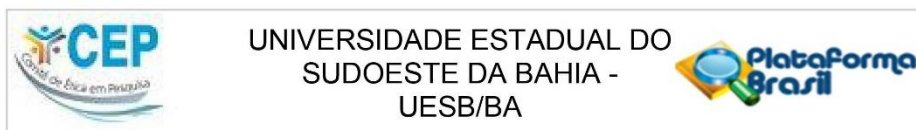
Sem pendências éticas.

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em reunião realizada no dia 07/10/2022, por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária

<b>Endereço:</b> Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
<b>Bairro:</b> Jequiezinho <b>CEP:</b> 45.206-510
<b>UF:</b> BA <b>Município:</b> JEQUIE
<b>Telefone:</b> (73)3528-9727 <b>Fax:</b> (73)3525-6683 <b>E-mail:</b> cepiq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.695.283

deste CEP/UESB acatou o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1991409.pdf	19/09/2022 21:46:27		Aceito
Outros	decretoAna.pdf	19/09/2022 21:45:36	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
Outros	AutColetadeDados.pdf	16/09/2022 19:44:08	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PREPROJETOMESTRADORomuloRocha.pdf	16/09/2022 19:31:53	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
Outros	Instrumentos.docx	18/08/2022 13:26:31	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEQUESTIONARIOS4.pdf	04/08/2022 15:31:29	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGESTOR3.pdf	04/08/2022 15:25:14	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLESCFV2.pdf	04/08/2022 15:19:18	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPAIF1.pdf	04/08/2022 15:15:33	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLAR.pdf	04/08/2022 15:00:30	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoRomulo.pdf	03/08/2022 15:56:37	ROMULO DIAS DOS SANTOS ROCHA	Aceito

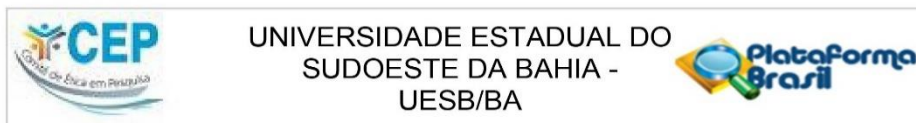
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
 Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510  
 UF: BA Município: JEQUIE  
 Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepiq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.695.283

JEQUIE, 10 de Outubro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Leandra Eugenia Gomes de Oliveira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

